



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 015

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 19ª SESSÃO, EM 27 DE MARÇO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 26/84 (nº 3.004/80, na Casa de origem), que regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros.

— Projeto de Lei da Câmara nº 27/84 (nº 2.567/83, na Casa de origem), que institui o "Dia da Solidariedade ao povo libanês" e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 28/84 (nº 56/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.

— Projeto de Lei da Câmara nº 29/84 (nº 128/79, na Casa de origem), que determina a inclusão de parágrafo no art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, regulando a inclusão dos pescadores no regime dessa lei.

— Projeto de Lei da Câmara nº 30/84 (nº 75/79, na Casa de origem), que assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.

— Projeto de Lei da Câmara nº 31/84 (nº 87/79, na Casa de origem), que proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.

— Projeto de Lei da Câmara nº 32/84 (Nº 32/70, na Casa de origem), que altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

— Projeto de Lei da Câmara nº 33/84 (nº 2.103/76, na Casa de origem), que revigora, por 180 (cento e oitenta) dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 1/84 (nº 27/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, celebrado em Brasília, em 17 de agosto de 1982.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 2/84 (nº 35/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção de 1973, aprovada pela Conferência das Partes, em reunião extraordinária realizada em Gabarone, em 20 de abril de 1983.

1.2.2 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento dos Projetos de Lei da Câmara nº 246/83 (nº 3.747/80, na Casa de origem) e nº 258/83 (nº 1.603/75, na casa de origem), por terem recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foram distribuídos.

1.2.4 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 29/84, de autoria do Sr. Senador Passos Pôrto, que inclui, no Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

— Projeto de Lei do Senado nº 30/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre limitação dos valores das prestações mensais de amortização dos empréstimos para aquisição de casa própria.

— Projeto de Lei do Senado nº 31/84, de autoria do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial da União, de dados relativos ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder — 90º aniversário de fundação da "Tribuna de Santos". Convocação do cientista Jacques Cousteau para prestar, em comissão do Senado, depoimento a respeito de suas pesquisas sobre a Amazônia. Entrevista concedida pelo Deputado Magalhães Pinto ao **Jornal do Brasil**, sobre os motivos que o levaram a deflagrar o Movimento de 64.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Liberação de recursos para aquisição de sementes e para custeio da lavoura do semi-árido nordestino.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 120/81 — Complementar, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituído pela Resolução nº 69, de 1978. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 857/83, solicitando nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 6/84, solicitando, nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a crise econômica e financeira da Previdência e Assistência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 896/83, solicitando nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77 do Regimento Interno a criação de uma Comissão Especial Mista, composta

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para no prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política, examinando ainda os motivos e causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 16/82, de autoria do Senador Lázaro Barboza, que dispõe sobre a proibição de importar alho. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o território nacional. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço de álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ITAMAR FRANCO — Conclusão da sindicância realizada pelo Banco Central, sobre a irregularidades que teriam sido praticadas pela financeira Coroa/Brastel.

SENADOR CID SAMPAIO — Considerações sobre o endividamento externo do País.

SENADOR GABRIEL HERMES — 108º aniversário de fundação do jornal *A Província do Pará*. Relatório da viagem de Senadores e Deputados brasileiros à Itália.

SENADOR JORGE KALUME — Apelo às autoridades financeiras em favor da liberação de financiamentos para os produtores de borracha. Solenidade de entrega de títulos de terra a agricultores do Estado do Acre.

SENADOR MÁRIO MAIA — Encaminhando à Mesa, projeto de lei que dispõe sobre o pagamento dos financiamentos dos contratos imobiliários do Sistema Financeiro de Habitação e do Sistema de Financiamento e Empréstimos sob garantia hipotecária.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Defesa da exclusiva participação do Estado na coleta e distribuição de sangue.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Apelo às autoridades competentes em favor de medidas de combate às enchentes no Estado do Amazonas.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Adroaldo Ribeiro Costa.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Considerações sobre o excesso de lotação de expectadores

que vem se verificando em eventos no ginásio de esportes de Brasília.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Desastre ecológico ocorrido no rio São Francisco.

SENADOR JOÃO CALMON — "O Papel reservado à educação no mundo moderno", como tema do discurso proferido pelo brigadeiro Waldir de Vasconcellos, por ocasião da aula inaugural dos cursos do Instituto da Aeronáutica, em São José dos Campos.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Virgílio Távora, proferido na sessão de 16-3-84

— Do Sr. José Lins, proferido na sessão de 23-3-84

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 19ª Sessão, em 27 de março de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Lomanto Júnior e Almir Pinto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

— Mário Maia — Eunice Michiles — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Mar-

condes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

E lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1984

(nº 3.004/80, na Casa de origem)

Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas de ônibus autorizadas a executar o serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive em linha internacional, serão responsáveis, independentemente de verificação de culpa, pelos danos sofridos por seus passageiros, em decorrência de acidente com o veículo transportador, dentro dos limites desta lei e nas condições por ela estabelecidas.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se passageiro qualquer usuário de serviços de transporte coletivo, inclusive dos executados pelas empresas turísticas ou mediante fretamento contratado pelo setor público ou privado.

Art. 2º A indenização a ser paga, por qualquer dano de que resulte morte ou lesão corporal de passageiro, será limitada, no máximo a 1.464, vezes o valor da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN.

Parágrafo único. O valor da ORTN a que se refere o caput deste artigo é o da data do pagamento da indenização.

Art. 3º No caso de morte ou de invalidez com incapacidade total permanente para o trabalho, a indenização será a máxima estabelecida no artigo anterior, que será paga mediante a apresentação de certidão do registro da ocorrência, passada pela autoridade policial competente, além do documento a que se refere a alínea a ou a alínea b deste artigo, conforme o caso, obedecido o seguinte prazo:

a) em caso de morte, dentro de 5 (cinco) dias da data da apresentação da certidão mencionada no caput deste artigo ou do atestado de óbito à empresa seguradora;

b) No caso de invalidez total permanente para o trabalho, dentro de 30 (trinta) dias da entrega, à empresa seguradora, ao laudo de perícia médica.

§ 1º O prazo de que trata a alínea b deste artigo deverá ser observado também no pagamento da indenização por incapacidade parcial permanente.

§ 2º No caso de invalidez parcial permanente, a indenização será proporcional à máxima, conforme o grau de incapacidade para o trabalho, definido mediante perícia médica.

§ 3º Paga a indenização por incapacidade permanente, se sobrevier a morte em razão do mesmo acidente, observar-se-á o seguinte:

a) não será devida qualquer indenização se já recebida a máxima prevista nesta lei;

b) os dependentes receberão a indenização máxima em razão da morte do acidentado, deduzida a importância paga a título de indenização por incapacidade parcial permanente.

§ 4º Fica assegurado à vítima e à empresa, nos casos de invalidez permanente, o direito de indicar perito próprio, quando não houver concordância quanto às conclusões do laudo.

§ 5º A indenização a que se refere a alínea a deste artigo será paga aos dependentes da vítima com observância da ordem de vocação e na proporção estabelecida na legislação da Previdência Social para outorga do benefício-pensão.

§ 6º A indenização, quando devida a menores, será preferencialmente aplicada em depósito em Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal.

§ 7º O não pagamento das indenizações nos prazos previstos neste artigo sujeitará a empresa seguradora a multa, aplicada pela SUSEPE, correspondente a 5% sobre o valor a ser pago.

Art. 4º O pagamento das despesas médico-hospitalares e suplementares será efetuado diretamente pela empresa transportadora, sem ônus para a vítima ou seus familiares, e reembolsado, pela empresa seguradora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data da apresentação dos comprovantes à empresa seguradora, de acordo com as normas a serem estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Parágrafo único. O valor máximo reembolsável, conforme previsto no caput deste artigo, será, por pessoa vitimada, de 20% (vinte por cento) do valor da indenização máxima prevista no art. 2º desta lei.

Art. 5º As empresas de ônibus são obrigadas a manter seguro destinado a garantir, na sua totalidade, o pagamento das indenizações devidas a seus passageiros, em decorrência da execução desta lei.

§ 1º A prova do seguro deverá ser feita à autoridade competente:

a) dentro de 30 (trinta) dias da data da entrada em vigor desta lei, em relação aos serviços de transporte coletivo já concedidos, autorizados ou permitidos;

b) antes da assinatura do contrato de concessão, termo de autorização ou de permissão, mesmo a título precário, de serviços rodoviários de transporte coletivo de passageiros, inclusive os realizados por empresas turísticas ou de fretamento;

c) na vigência do contrato, autorização ou permissão, por ocasião da renovação das apólices.

§ 2º O valor da cobertura do seguro instituído por esta lei e a identificação da empresa seguradora deverão constar do bilhete de passagem ou dos documentos de contratação de transportes turísticos ou de fretamento em que não houver emissão de bilhetes.

Art. 6º O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias da data da publicação desta lei, deverá divulgar tabela, que indicará os valores das indenizações devidas para despesas hospitalares de assistência médica e suplementares, para os casos de lesão parcial e temporária, e o valor das indenizações por incapacidade parcial.

Art. 7º O Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias da data da publicação desta lei, baixará o regulamento necessário à sua execução.

Art. 8º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

LEI Nº 6.194, DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1984

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

DECRETO Nº 68.961,
DE 20 DE JULHO DE 1971

Regulamenta o transporte coletivo de passageiros de caráter interestadual e internacional por estradas de rodagem.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Economia.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1984

(nº 2.567/83, na Casa de origem)

Institui o "Dia da Solidariedade ao povo libanês" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "Dia da Solidariedade ao povo libanês", a ser comemorado a 22 de novembro de cada ano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 1984

(nº 56/79, na Casa de origem)

Dispõe sobre aposentadoria especial para os motoristas profissionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se penosa a atividade de motorista profissional, desde que comprovado o exercício da profissão através dos órgãos competentes, para efeito de aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, na forma do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, motorista profissional é aquele que exerce, em caráter permanente, a atividade de conduzir veículo automotor, para transporte de passageiros ou carga, mediante relação empregatícia ou por conta própria, desde que sindicalizado.

Art. 3º O período de recebimento de benefícios por acidente de trabalho, moléstia profissional ou incapacidade decorrente da atividade, será computado integralmente como de efetivo exercício.

Art. 4º o § 2º do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

§ 1º

§ 2º Reger-se-á pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas, a dos jornalistas profissionais e a dos motoristas profissionais." Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.890, DE 8 DE JUNHO DE 1973

Altera a legislação de Previdência Social, e dá outras providências.

Art. 9º A aposentadoria especial será concedida ao segurado que, contando no mínimo 5 (cinco) anos contribuição, tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por decreto do Poder Executivo.

§ 1º A aposentadoria especial consistirá numa renda mensal calculada na forma do § 1º do art. 6º, desta lei, aplicado-se-lhe ainda o disposto no § 3º, do art. 10.

§ 2º Reger-se-á pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas e a dos jornalistas profissionais.

§ 3º Os períodos em que os trabalhadores integrantes das categorias profissionais, enquadrados neste artigo, permanecerem licenciados do emprego ou atividade, desde que para exercer cargos de Administração ou de Representação Sindical, serão computados, para efeito de tempo de serviço, pelo regime de Aposentadoria Especial, na forma da regulamentação expedida pelo Poder Executivo.

ANEXO II

REGULAMENTO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979)

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

SEGUNDO OS GRUPOS PROFISSIONAIS

Código	Atividades Profissional	Tempo Mínimo de Trabalho
2.0.0	GRUPOS PROFISSIONAIS	
2.4.0	TRANSPORTES	
2.4.1	TRANSPORTE FERROVIÁRIO Maquinista de máquinas acionadas a lenha ou a carvão Foguista	25 anos
2.4.2	TRANSPORTE URBANO E RODOVIÁRIO Motorista de ônibus e de caminhões de cargas (ocupados em caráter permanente).	25 anos
2.4.3	TRANSPORTE AÉREO	25 anos

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 1984
(Nº 128/79, na Casa de origem)

Determina a inclusão de parágrafo no art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, regulando a inclusão dos pescadores no regime dessa lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo, numerado como § 3º:

"Art. 5º

§ 3º Os pescadores que, sem vínculo empregatício, na condição de pequenos produtores, trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, fazendo da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida e estejam matriculados na repartição competente, poderão optar pela filiação ao regime desta lei, na qualidade de trabalhadores autônomos".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960

Lei Orgânica da Previdência Social.

(Com as alterações introduzidas pela legislação posterior.)

TÍTULO II

Dos Segurados, dos Dependentes e da Inscrição

CAPÍTULO I

Dos Segurados

Art. 5º São obrigatoriamente segurados, ressalvado o disposto no art. 3º:

I — os que trabalham, como empregados, no território nacional;

II — os brasileiros e estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados nas sucursais ou agências de empresas nacionais no exterior;

III — os titulares de firma individual e os diretores, sócios-gerentes, sócios-solidários, sócios-quotistas, sócios de indústria, de qualquer empresa;

IV — os trabalhadores autônomos.

§ 1º São equiparados aos trabalhadores autônomos os empregados de representações estrangeiras e os dos organismos oficiais estrangeiros ou internacionais que funcionam no Brasil, salvo se obrigatoriamente sujeitos a regime próprio de previdência.

§ 2º As pessoas referidas no art. 3º, que exerçam outro emprego ou atividade compreendida no regime desta lei, são obrigatoriamente segurados, no que concerne ao referido emprego ou atividade.

(As Comissões de Legislação Social e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 1984
(Nº 75/79, na Casa de origem)

Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao funcionário público de Estado, matriculado em curso universitário, fica assegurada a transferência para estabelecimento federal congênere da localidade para a qual for removido, observadas a lei estadual e as seguintes condições:

I — a remoção não poderá ter ocorrido a pedido do funcionário, mas a critério da administração;

II — a distância entre o estabelecimento universitário de origem e o da nova matrícula deverá ser superior a 50 km (cinquenta quilômetros), por estrada de rodagem;

III — somente será efetuada nova matrícula, no estabelecimento universitário federal do local da remoção, para semestre completo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

LEI Nº 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui o regime jurídico dos funcionários civis da União e dos Territórios.

TÍTULO III

Dos Direitos e Vantagens

CAPÍTULO VI

Das Concessões

Art. 158. Ao estudante que necessite mudar de domicílio para exercer cargo ou função pública, será assegurada transferência do estabelecimento de ensino que estiver cursando para o da nova residência, onde será matriculado em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. Ao funcionário estudante será permitido faltar ao serviço, sem prejuízo dos vencimentos ou outras vantagens, nos dias de prova ou de exame.

Art. 159. O funcionário terá preferência, para sua moradia, na locação de imóvel pertencente à União.

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Educação e Cultura.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1984
(Nº 87/79, na Casa de origem)

Proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 471 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 471.

Parágrafo único. Respeitado o disposto nos arts. 482 e 493 desta Consolidação, é vedada a dispensa do empregado acidentado, beneficiário do auxílio-doença ou beneficiária do auxílio maternidade, até 12 (doze) meses após haver retornado ao trabalho."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 471. Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- ato de impiedade;
- incontinência de conduta ou mau procedimento;
- negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- desídia no desempenho das respectivas funções;
- embriaguez habitual ou em serviço;
- violação de segredo da empresa;
- ato de indisciplina ou de insubordinação;
- abandono de emprego;

j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado, a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios a segurança nacional.

Art. 493. Constitui falta grave a prática de qualquer dos fatos a que se refere o art. 482, quando por sua repetição ou natureza representem séria violação dos deveres e obrigações do empregado.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 1984 (Nº 32/79, na Casa de origem)

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aos atuais empregados que não tenham optado pelo regime instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, é assegurado o direito de fazê-lo, com efeitos retroativos, a 1º de janeiro de 1967 ou à data de admissão no emprego, se posterior àquela."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.958, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos atuais empregados que não tenham optado pelo regime instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, é assegurado o direito de fazê-lo com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1967 ou à data da admissão ao emprego se posterior àquela, desde que haja concordância por parte do empregador.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica também aos empregados que tenham optado em data posterior à no início da vigência da Lei nº 5.107, retroagindo os efeitos da nova opção a essa data ou à da admissão.

§ 2º Os efeitos da opção exercida por empregado que conte dez ou mais anos de serviço poderão retroagir à data em que o mesmo completou o decênio na empresa.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1973; 152ª da Independência e 85ª da República.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1984 (nº 2.103/76, na Casa de Origem)

Revigora, por 180 (cento e oitenta) dias dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revigorada, por 180 (cento e oitenta) dias, a vigência do parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 194, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

Art. 1º É facultado às entidades de fins filantrópicos, que se enquadrem no art. 1º da Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, a dispensa de efetuar os depósitos bancários de que trata o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, na redação dada pelo Decreto-lei nº 20, de 14 de setembro de 1966:

I — com relação a todos os empregados; ou

II — com relação aos seus empregados que não optarem pelo regime instituído nestes últimos diplomas legais citados.

Parágrafo único. A preferência por uma das hipóteses previstas no artigo é irrevogável e deverá ser comunicada pela entidade interessada ao Banco Nacional da Habitação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

LEI Nº 3.577, DE 4 DE JULHO DE 1959

Isenta da taxa de contribuição de previdência aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas de utilidade pública, cujos membros de suas diretorias não percebem remuneração.

Art. 1º Ficam isentas da taxa de contribuição de previdência aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas como de utilidade pública, cujos membros de suas diretorias não percebem remuneração.

LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam obrigadas a depositar, até o dia 30 (trinta) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga no mês anterior, a cada empregado, optante ou não, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT.

Parágrafo único. As contas bancárias vinculadas a que se refere este artigo serão abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do empregado que houver optado pelo regime des-

ta Lei, ou em nome da empresa, mas em conta individualizada, com relação ao empregado não optante.

LEI Nº 5.406, DE 9 DE ABRIL DE 1968

Revigora, por 30 (trinta) dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

Art. 1º Fica revigorada por 30 (trinta) dias a vigência do parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

(As Comissões de Legislação Social e de Finanças.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1984

(nº 27/83, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, celebrado em Brasília, em 17 de agosto de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, celebrado em Brasília, em 17 de agosto de 1982.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 403, DE 1982

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em conformidade com o disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, celebrado em Brasília, a 17 de agosto de 1982.

Brasília, 20 de setembro de 1982. — João Figueiredo.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DCOPT/DCS/-DAI/203/644 (B46) (A54), DE 15 DE SETEMBRO DE 1982, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

A Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Brasil e Antígua e Barbuda, assinado em Brasília, em 17 de agosto de 1982, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Senhor Vere Cornwall Bird.

2. O referido Acordo visa a instituir e sistematizar a cooperação cultural, científica e técnica entre o Brasil e aquela jovem nação amiga.

3. Permito-me encarecer a Vossa Excelência a conveniência de o Governo brasileiro ratificar o Apenso Acordo, para o que, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição Federal, faz-se necessária a prévia autorização do Congresso Nacional.

4. Nessas condições, tenho a honra de submeter projeto de Mensagem Presidencial, para que Vossa Excelência, se assim por bem houver, encaminhe o texto do Anexo Acordo à aprovação do Poder Legislativo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE ANTIGUA E BARBUDA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda,

Desejosos de desenvolver os laços culturais, científicos e técnicos entre os dois países, no mútuo interesse do desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos;

Amparados no respeito aos princípios da soberania e independência nacional, da igualdade no Direito, das vantagens recíprocas e da não ingerência nos negócios internos;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes se comprometem a promover, pelos meios apropriados, uma cooperação eficaz nos domínios da cultura, da ciência e da técnica.

ARTIGO II

Cada Parte Contratante se esforçará para estimular e favorecer a cooperação entre centros culturais e de pesquisa científica e técnica e outras instituições culturais dos dois países, com o objetivo de intercambiar informações e experiências nas áreas citadas.

ARTIGO III

1. As duas Partes Contratantes se comprometem a encorajar a troca de informações e a favorecer o intercâmbio de missões de estudo nas áreas cultural, científica e técnica.

2. As modalidades de cooperação nos domínios citados, serão negociadas, por intermédio dos canais diplomáticos usuais, entre as instituições especializadas de ambos os países e aprovadas pelas autoridades governamentais competentes.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes contribuirão, dentro dos princípios de respeito à soberania e de não ingerência nos assuntos internos, ao conhecimento recíproco dos valores culturais de seus povos, pelos seguintes meios:

- troca de informações culturais, científicas e técnicas;
- intercâmbio de artistas, de cientistas e de técnicos; e
- organização conjunta de eventos de caráter cultural e científico.

ARTIGO V

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação entre as duas Partes. Terá validade por período de 5 (cinco) anos e será renovado por recondução tácita de novos períodos de 5 (cinco) anos a menos que uma das Partes Contratantes noti-

fique a outra, por via diplomática e com antecedência mínima de 6 (seis) meses, de sua decisão de denunciá-lo.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de agosto de 1982, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

Pelo Governo de Antígua e Barbuda: **Vere Cornwall Bird.**

(*As Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2; DE 1984

(nº 35/83, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção de 1973, aprovado pela Conferência das Partes, em Reunião extraordinária realizada em Gaborone, em 20 de abril de 1983.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção de 1973, aprovado pela Conferência das Partes, em reunião extraordinária realizada em Gaborone, em 20 de abril de 1983.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 299, DE 1983

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

De conformidade com o disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção de 1973, aprovado pela Conferência das Partes, em reunião extraordinária realizada em Gaborone, em 20 de abril de 1983.

Brasília, 11 de agosto de 1983. — **Aureliano Chaves.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº DNU/- DAI/150/650.3(008), DE 9 DE AGOSTO DE 1983, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Antônio Aureliano Chaves
de Mendonça,

Vice-Presidente, no exercício do cargo de
Presidente da República.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), da qual o Brasil é signatário, decidiu, em reunião extraordinária, realizada em Gaborone em 20 de abril de 1983, aprovar emenda àquele instrumento, texto do qual se encontra em anexo.

2. A emenda consiste no acréscimo de três parágrafos, sob o título de Artigo XXI bis, ao Artigo XXI da

Convenção, relativo às adesões a esse ato internacional. As disposições contidas nesses parágrafos permitem a adesão à Convenção de organizações de integração econômica regional, sob certas condições, e modificam seu Artigo I (h), pelo qual são aceitos apenas Estados como Partes contratantes.

3. A emenda em pauta, que foi proposta especificamente para atender a desejo expresso pela Comunidade Econômica Européia de Aderir à Convenção é de interesse para o Brasil, segundo parecer do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

4. A emenda ainda não entrou em vigor, o que só ocorrerá sessenta dias depois que dois terços das Partes da Convenção depositem o instrumento de aceitação junto ao Governo suíço, seu depositário.

5. Tendo em vista o parecer favorável do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e os benefícios que uma eventual adesão da Comunidade Econômica Européia à Convenção, permitida pela emenda, traria para a efetiva implementação das disposições desse instrumento a nível mundial, elevo à alta consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem para que seja remetida à apreciação sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção. Caso aprovada a emenda pelo Congresso, o Brasil poderá depositar o devido instrumento de aceitação junto ao Governo suíço.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito.

— **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

PROPOSTA DE EMENDA A CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIE DA FAUNA E FLORA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO Artigo XXI bis

1. A presente Convenção estará aberta à adesão das organizações de integração econômica regional, constituídas por Estados soberanos, as quais tenham a capacidade para negociar, celebrar e aplicar acordos internacionais sobre assuntos a elas atribuídos por seus Estados-Membros e cobertos pela presente convenção.

2. em assuntos de sua competência, tais organizações exercerão os direitos e cumprirão as obrigações que a Convenção atribui aos Estados-Membros. Nesses casos, os Estados-Membros de tais organizações não poderão exercer individualmente esses direitos.

3. Toda referência à "Parte" no sentido utilizado no Artigo I (h) da presente Convenção, a "Estado/Estados", ou a "Estado, "Parte/Estados Partes" da Convenção será interpretada como incluindo uma referência a toda organização de integração econômica regional com capacidade para negociar celebrar e aplicar acordos internacionais sobre os assuntos cobertos pela presente Convenção.

(*As Comissões de Relações Exteriores, de Agricultura e de Economia.*)

PARECERES

PARECERES Nºs 38 E 39, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1983-
Complementar, que "acrescenta dispositivo à Lei
Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que
unificou o PIS/PASEP".

PARECER Nº 38, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Odacir Soares

O projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro, acrescenta § 4º ao artigo 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, estabelecendo que ao par-

ticipante de qualquer dos programas de integração social — PIS/PASEP —, seja permitido optar por um ou pelo outro, quando, posteriormente ao cadastramento inicial, ocorrer alteração em seu regime de trabalho.

Justificando a medida, assinala o Autor que, embora unificados em sua execução, os referidos programas ainda suscitam algumas dúvidas de interpretação, mormente quanto à possibilidade de transferência de um para outro sistema, por isso que, segundo entende, o direito à opção deve ser exercido livremente, tanto em favor do funcionário público como trabalhador regido pela CLT.

Deferida a apreciação do mérito à douta Comissão de Legislação Social e como inexistem óbices no que se refere ao aspecto jurídico-constitucional, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 1983. — **Murilo Badaró**, Presidente — **Odacir Soares**, Relator — **Helvídio Nunes** — **Guilherme Palmeira** — **José Ignácio Ferreira** — **Héllo Guelros** — **Amaral Furlan** — **Carlos Chiarelli** — **José Fragelli**.

PARECER Nº 39, DE 1984
(Da Comissão de Legislação Social)

Relator: Senador Carlos Chiarelli

Em mãos para apreciar, o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, que tem por objetivo acrescentar mais um parágrafo ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que estabeleceu a unificação dos sistemas PIS-PASEP.

Preceitua o mencionado Projeto de Lei que ao participante de qualquer dos programas — PIS-PASEP, é permitido escolher um ou outro, mesmo posteriormente ao cadastramento, sempre que ocorra alteração no regime de trabalho. Noutras palavras: mesmo depois de feito o cadastramento inicial, poderá o empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou o servidor público, mesmo depois de cadastrado, ao mudar de regime de trabalho, optar por outro sistema.

Salienta o ilustre Senador Nelson Carneiro que, embora já unificados, os programas de Integração Social — PIS, e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, suscitam, ainda, algumas dúvidas, relativamente à possibilidade de o servidor público, tendo sido cadastrado inicialmente no PIS, vir a optar pelo PASEP.

Acreditamos que a alteração sugerida, na ocorrência de dúvidas, vem realmente aclará-las, pois está o novo parágrafo proposto redigido em termos concisos e adequados ao desiderato a que se propõe, ou seja, permitir que um trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou um servidor público, que depois de cadastrado mude de regime de trabalho, possa escolher um ou outro regime livremente, sem qualquer empecilho.

Achamos que a Proposição está dentro dos limites do conveniente e oportuno, vez que busca tão-somente melhor adequar os dois sistemas — PIS/PASEP — aos reais interesses e necessidades dos dois grupos beneficiários — os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e os servidores públicos civis da União.

No mais, representa também, por via de consequência, uma forma de aperfeiçoamento da legislação aplicável à matéria.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei sob exame, por considerá-lo conveniente e oportuno, beneficiando os seus destinatários.

Sala das Comissões, 22 de março de 1984. — **Jutahy Magalhães**, Presidente — **Carlos Chiarelli**, Relator — **Eunice Michiles** — **Pedro Simon** — **Gabriel Hermes** — **João Calmon**.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O Expendente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, por terem recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foram distribuídos, determinou o arquivamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 246, de 1983 (nº 3.747/80, na Casa de origem), que introduz alteração na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; e 258, de 1983 (nº 1.603/75, na Casa de origem), que altera o artigo 25 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 1984

Inclui, no Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído nos limites do polígono das secas, previsto na Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946, na Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951 e na Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A seca de 1983 estendeu-se por uma área estimada em 1.440.000 Km², ou seja 89% de todo o território regional, afetando a 28 milhões de nordestinos. A dimensão social das secas, representada por 1.286 municípios atingidos pela estiagem, envolve 78% da população da Região.

Tudo isto significa a extensão progressiva do fenômeno, hoje atingindo a totalidade dos Estados: Sergipe até o Piauí.

A SUDENE, como Agência Federal destinada ao desenvolvimento do Nordeste, atende a todos esses Estados constantes da geografia do subdesenvolvimento regional.

Os agentes financeiros, ao concederem benefícios creditícios ou tratamento diferenciado, distinguem as áreas do "polígono" das marginais desses Estados, quando o Estado, como um todo, sofre os mesmos problemas climáticos, econômicos e sociais, na calamidade ou fora dela. Resultado dessa discriminação é que os mutuários ou beneficiários não se distinguem na carência, na pobreza e na necessidade.

Cumpré ao Congresso Nacional sanar em definitivo esse problema. As secas se expandem e atingem nas suas consequências todo o universo social, econômico e geográfico da região nordestina.

Os Estados incluídos neste Projeto estão atingidos integralmente pelo fenômeno das secas e envolvidos nas suas dramáticas sequelas.

O projeto original de estabelecimento do "polígono das secas" obedeceu a limites climáticos, edafológicos e geográficos. As revisões posteriores visaram já a atender não mais limites técnicos, mas a substratos sociais, objetivos de incentivo econômico e de política regional.

O presente projeto uniformiza a área, acaba a perspectiva de tratamento desigual e faz justiça a uma região igualmente sofrida e com os mesmos problemas.

Sala das Sessões, 27 de março de 1984. — **Passos Pôrto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 175, DE 7 DE JANEIRO DE 1936

Regula o disposto no art. 177 da Constituição

DECRETO-LEI Nº 9.857 DE 13 DE SETEMBRO DE 1946

Modifica o artigo 1º do Decreto-lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto-lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com sede na Capital Federal, e tem por finalidade a realização de todas as obras, destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região a que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, na área compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora — Montes Claros e a linha Montes Claros — Amargosa, no Estado da Bahia, e em outras zonas do país, a que a lei venha a estender o seu campo de ação".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro 13 de setembro de 1946, 125ª da Independência e 58ª da República. — **EURICO G. DUTRA** — **Edmundo de Macêdo Soares e Silva**.

LEI Nº 1.348 DE 10 DE FEVEREIRO DE 1951

Dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É estabelecida a seguinte revisão nos limites da área do polígono das secas, previstos na Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946; a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na foz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita deste, a afluência do Uruçuí Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaíuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravata, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1951; 130ª da Independência e 63ª da República — **GETÚLIO VARGAS** — **Alvaro de Souza Lima**.

LEI Nº 4.763, DE 30 DE AGOSTO DE 1965

Inclui, no Polígono das Secas, o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído nos limites da área do Polígono das secas, previstos na Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946, e na Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, o município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia.

Art. 2º O Município criado com o desdobramento da área de município, incluído total ou parcialmente no Polígono das Secas, será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República. — **H. CASTELLO BRANCO** — Juarez Távora.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Regionais, de Municípios, de Economia e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 1984

Dispõe sobre limitação dos valores das prestações mensais de amortização dos empréstimos para aquisição de casa própria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Qualquer que seja o critério adotado pelo Banco Nacional da Habitação ou a opção do mutuário para o reajustamento dos valores mensais de amortização dos empréstimos contraídos para aquisição de casa própria, o montante de cada prestação não poderá, em nenhuma hipótese, ultrapassar a 20% (vinte por cento) da remuneração do trabalhador.

Art. 2º Os reajustamentos que derem como resultado prestações em desacordo com o disposto no artigo anterior serão recalculados e adaptados à exigência desta lei, independentemente de qualquer providência do mutuário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Cuida-se, através do presente projeto de lei, apresentado em virtude de sugestão aprovada no VIII Congresso Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Ipatinga) MG, 20 a 23 de outubro de 1983) e também no VIII Congresso dos Urbanitários (trabalhadores nas indústrias urbanas — Rio de Janeiro, maio de 1983), cuida-se, dizíamos, de fazer que o BNH retorne à sua atividade-fim, qual seja, a de construir casa para o trabalhador, de modo que esse possa efetivamente saldar os seus compromissos com a instituição e não ser forçado à inadimplência decorrente dos reajustamentos draconianos.

Sala das Sessões, 27 de março de 1984. — **Nelson Carneiro**.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 1984

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial da União, de dados relativos ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O estabelecimento de crédito incumbido por lei de receber os recolhimentos dos recursos destinados

ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e ao Fundo de Participação dos Municípios fará publicar, obrigatoriamente, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil de cada mês:

I — o montante escriturado, no mês anterior, na conta própria da receita da União, correspondente aos valores recolhidos, a título do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

II — o montante creditado, no mês anterior, a cada um dos Fundos.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará publicar, obrigatoriamente, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês de janeiro de cada exercício, os coeficientes aplicados ao cálculo da cota-parte de cada Estado, do Distrito Federal, de cada Território e de cada Município, nos respectivos Fundos de Participação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Projeto de Lei ora apresentado ao Congresso Nacional institui a obrigatoriedade da publicação, no Diário Oficial da União, dos valores arrecadados a títulos dos impostos federais que formam os Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e o Fundo de Participação dos Municípios, assim como dos valores creditados, em cada mês, a cada um desses Fundos.

Essa providência tem por suporte, fundamento e justificativa primeiras, princípio caracterizador dos modernos estados democráticos: o da transparência da atividade e dos procedimentos da administração pública.

Ademais disso, a providência alvitrada neste Projeto de Lei é instrumento garantidor do direito constitucional das Pessoas Públicas beneficiárias dos Fundos de Participação, possibilitando-lhes exerçam o necessário e efetivo controle do cômputo dos recursos que lhes são atribuídos por força da repartição constitucional das receitas tributárias.

De outra parte, a medida proposta configura, ainda, instrumento necessário e hábil a propiciar, aos beneficiários constitucionais dos Fundos de Participação a efetivação do planejamento dos seus encargos financeiros cujo provimento for dependente dos recursos originados das suas respectivas cotas-partes.

Sala das Sessões, 27 de Março de 1984. — **Fernando Henrique Cardoso**.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vários são os assuntos que me trazem a esta tribuna, mas prometo aos ilustres colegas resumir-los de modo que todos possam ocupar a tribuna nesta tarde.

O primeiro assunto, Sr. Presidente, é um registro muito grato àqueles que tiveram atividade jornalísticas. Ontem ocorreu o nonagésimo aniversário da fundação da Tribuna de Santos. Criada pelo maranhense Olímpio Lima, há 58 anos é dirigida exemplarmente por outro maranhense, Gislefredo Santini. O seu lema são as posições retas e intransigentes. Quando são retas é bom que sejam intransigentes.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é um apelo às diversas comissões especiais que existem nesta Casa para que convoquem, para prestar depoimento sobre o que viu e sentiu na Amazônia, o cientista Jacques Cousteau

As suas entrevistas, hoje divulgadas, dão notícia da gravidade do problema que ele ali constatou e que devem figurar nos Anais da Casa, no estudo das comissões, como uma contribuição valiosa para solução dos problemas da Amazônia.

Diz Jacques Cousteau que a exploração das árvores da região de Tucuruí não foi feita de maneira correta; no juri, a exploração da floresta amazônica é agressiva; a pesca industrial no rio Amazonas representaria o fim da Amazônia; a colonização de Rondônia está sendo feita de maneira errada. "Se nos preocupamos com algo que amamos, não levantamos para proteger e salvar", conclui o cientista.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Aderbal Jurema — Senador Nelson Carneiro, V. Exª está abordando um tema de importância transnacional, porque todos nós sabemos o que significa para o mundo o futuro a Amazônia, não apenas em termos econômicos e financeiros, mas, sobretudo, como uma das grandes reservas ecológicas do mundo em que vivemos. Eu tenho a impressão de que o tema que V. Exª aborda neste instante deveria provocar um interesse maior do Senado da República no sentido de que nós convidássemos Cousteau para vir a uma comissão especializada desta Casa falar conosco, conviver com os Senadores, para que nós ouvíssemos, dessa grande figura de cientista moderno, que é Jacques Cousteau, coisas que, sem dúvida, ele não quis ou não teve a oportunidade de dizer através da imprensa. Porque sabe V. Exª que, desde o tempo de Gastão Cruz, a Amazônia continua misteriosa.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Exª. Realmente era esse o meu apelo, para que uma comissão técnica da Casa ou uma comissão especial, que estude o meio ambiente convocasse o cientista Jacques Cousteau para prestar o seu depoimento, — que não é um depoimento apaixonado, não deve ser um depoimento partidário — de um homem que viu a Amazônia, sentiu os seus problemas, e podendo sugerir e trazer a sua visão daquilo que encontrou de certo e de errado, traçando novos rumos para a política nacional, no que tange à Amazônia.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves — Eu não poderia deixar de intervir no discurso de V. Exª, por vários motivos. Primeiro, porque V. Exª sempre trata os problemas que coloca perante o Senado, com a rigorosa propriedade com a larga experiência e a lucidez do seu espírito de homem público, que esta Casa sempre admirou. Em segundo lugar, porque se trata de um assunto pertinente à Amazônia. Não conheço as declarações do cientista Jacques Cousteau. Sei que ontem ele apresentou, a grupo limitado, um documentário cinematográfico a respeito da viagem que empreendeu à Região da Amazônia. Agora, prefiro me reservar o direito de ler o relatório, o documento que o cientista Jacques Cousteau elaborou, para poder depois emitir um juízo a respeito da situação da Amazônia. Porque sobre a Amazônia muitas pessoas têm falado, muitas pessoas têm escrito livros, às vezes livros de primeira impressão. Mas, Jacques Cousteau traz a responsabilidade do seu renome científico mundial. Portanto, a opinião dele é uma opinião abalizada que deve ser examinada com todo o cuidado, sobretudo por nós, homens da Amazônia. Mas, eu quero dizer a V. Exª e à Casa que nesta hipótese, preciso, primeiro, ler o trabalho, que ele elaborou, o relatório da viagem para analisá-lo e fazer um juízo das medidas que sejam neces-

sárias para o esclarecimento de assuntos pertinentes à essa Região.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Exª. Eu também me sinto um pouco amazonense, porque o meu tio-avô, que teve a honra de ser Senador da Constituinte de 1891, foi representante do Amazonas nesta Casa. E até hoje tem o seu nome das ruas de Manaus — é a Rua Senador Leovigildo Coelho. Mas, quando eu me referi ao Dr. Jacques Cousteau, não foi pelo que ele disse, mas o que poderá dizer num debate no seio de uma comissão especializada do Senado Federal, que inquirirá do cientista sobre o que ele viu de certo e de errado, e também o que ele poderá sugerir como colaboração, principalmente isso, aos poderes públicos para atender os problemas mais urgentes da Amazônia.

O Sr. Aloysio Chaves — V. Exª permite que eu volte ao seu discurso?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com todo prazer, nobre Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves — Tenho particular interesse neste assunto. Não sei se é conveniente se constituir uma comissão especial...

O SR. NELSON CARNEIRO — Não, eu não peço isto, eu peço que uma comissão técnica existente convoque...

O Sr. Aloysio Chaves — ... porque temos comissões técnicas, como a Comissão de Assuntos Regionais que abrange aspectos da agricultura, aspectos florestais, etc.... Mas V. Exª tem lembrança que aqui se constituiu durante a primeira Legislatura, a partir de 1979, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar especificamente a devastação florestal da Amazônia, proposta, então, pelo Senador Evandro Carneira, que dela foi presidente e da qual tive a honra de ser Relator. Nós trabalhamos durante longo tempo e ouvimos vários depoimentos, recolhemos muitos subsídios e as conclusões constam do parecer que elaborei e que tive a satisfação de ver aprovado, por unanimidade, na comissão, inclusive pelos integrantes da Oposição. Creio que perante a Comissão de Assuntos Regionais, ou perante uma outra comissão técnica do Congresso Nacional, seria muito oportuno o comparecimento de Jean Jacques Cousteau, se ele concordar e aquiescer a um convite do Senado Federal.

O SR. NELSON CARNEIRO — É exatamente isto que pretendo, nobre Líder: que seja perante uma comissão técnica do Senado Federal, que podia ser a de Assuntos Regionais, em que ele traria o seu depoimento que acredito desapassionado, sem preocupações partidárias e que seria muito útil para o estudo e a divulgação dos problemas da Amazônia.

Quero concluir a resposta ao aparte do nobre Senador Aderbal Jurema, referindo-me à importância que o mundo dá à Amazônia.

Ainda no mês de fevereiro, tive a oportunidade de, convocado pela Presidência do Parlamento Europeu, estar em Bruxelas para discutir a realização de uma conferência do meio ambiente, que seria realizada este ano em Brasília. Mas, por motivos supervenientes, ou seja, a eleição do novo Parlamento Europeu, as férias subseqüentes, só poderá se realizar no próximo ano.

Uma das reivindicações era que essa conferência do meio ambiente se debruçasse sobre o problema da Amazônia e sobre o problema da poluição em algumas cidades importantes do continente, como o México e São Paulo, que são marcadamente as duas que têm uma poluição mais considerável, mais grave. Tomei providências junto ao Parlamento mexicano para que lá se façam estudos. Estou em vias de entender-me com a Secretaria Especializada do Governo de São Paulo para que estude

o problema relacionado com a poluição daquela cidade, porque temos que apresentar teses, que serão traduzidas em francês e em inglês, para o futuro debate.

Quanto à Amazônia, eles não se contentam apenas com os dados que recolhermos, mas gostariam de conhecê-la. Daí o interesse do Parlamento Latino-Americano nessa reunião conjunta do próximo ano de levar os parlamentares que integram o Parlamento Europeu, é evidentemente os que integram o Parlamento Latino-Americano a visitar não só Manaus, como Iquitos no Peru, e Letícia na Colômbia, a fim de que tenham eles uma visão desse mundo desconhecido e enigmático — aliás, muito mais desconhecido e enigmático do que para nós, brasileiros — que é a Amazônia. Isto para ressaltar a importância que o mundo inteiro dá ao problema da Amazônia.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Nelson Carneiro, desejo louvar a preocupação e o interesse de V. Exª com relação à Amazônia. Mas eu me permito, agredindo o discurso de V. Exª, fazer um observação meio irônica: é meio esquisito que o Brasil vá ter que aprender sobre a Amazônia com um estrangeiro. Eu não discuto os méritos, a capacidade do cientista Jacques Cousteau, mas quero apenas comparar uma situação: enquanto Jacques Cousteau, um francês, entrava na Amazônia para pesquisar e descobrir alguma coisa pela Amazônia, o Brasil mandava uma caríssima expedição à Antártida, para fazer também pesquisas lá fora. Também não sou contrário às pesquisas lá da Antártida, mas antes de se pensar em fazer pesquisas fora do Brasil, vamos conhecer o Brasil e não estar nos valendo de subsídios dados por estrangeiros para conhecer a nossa Pátria. Era a observação que eu me permitia fazer ao discurso interessante e oportuno de V. Exª.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu queria manifestar a minha opinião em face desse aparte. Eu acho da maior relevância a presença do Brasil na Antártida.

O Sr. Aloysio Chaves — V. Exª tem razão, inclusive para o Brasil poder participar depois, em virtude de tratado em vigor, cujo prazo está se esgotando, das decisões a respeito do problema da Antártida.

O SR. NELSON CARNEIRO — Acho que uma coisa não excluiria a outra. A presença do cientista Jacques Cousteau é uma contribuição que o Brasil deve recolher para dela se aproveitar, sem prejuízo da opinião daqueles brasileiros que vivem na Amazônia e que têm o seu próprio depoimento, e de outras expedições que o próprio País pode enviar à Amazônia para percrutar os seus segredos.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Nelson Carneiro, eu comungo um pouco da apreensão do nobre Senador Hélio Gueiros. A Amazônia, realmente, tem sido muito mencionada, tem sido objeto de discussões, de debates, muita coisa boa tem se dito sobre a Amazônia, mas também muita fantasia. Mas, acho um pouco difícil que se possa fazer um estudo científico profundo da Amazônia, inclusive, capaz de rever os rumos de sua colonização, da ocupação da Amazônia e de sua exploração econômica num curto espaço de alguns meses de um navio que percorreu o Rio Amazonas no seu eixo principal, com algumas equipes as para explorar o mundo subaquático, enfim, com a preocupação de um documentário cinematográfico que estava previamente vendido às grandes empresas que financiaram essa expedição. Acho um prazo realmente curto para que se possa tentar desvendar todos esses problemas, esses enigmas da Amazônia — como V. Exª diz — e ao mesmo tempo traçar rumos para o Governo brasileiro. V. Exª verifique que

Alexandre Rodrigues Ferreira, numa época completamente diferente no século XVIII, passou 20 anos internado na Amazônia com uma equipe enorme de cientistas, naturalistas, botânicos, antropólogos etc. e, deixou um repositório de excepcional valor científico que é a chamada *Viagem Filosófica*, só há pouco editada no Brasil. Acredito que Cousteau pode ter tido uma visão panorâmica da Amazônia, com a rapidez de sua viagem, sob certos aspectos, quase caleidoscópica, mas, esta visão profunda e íntima dos problemas amazônicos, neste particular, comungo, não da apreensão mas, de certa maneira, da dúvida que assalta o espírito do Senador Hélio Gueiros.

O SR. NELSON CARNEIRO — Não acredito que ele tenha, realmente, essa impressão profunda. Mas, de qualquer forma um homem que viveu durante alguns meses com os seus conhecimentos científicos, com a sua capacidade técnica, percorrendo o Amazonas e as regiões ribeirinhas, qualquer depoimento dele terá mais valor do que a de um jornalista que chegar em Manaus...

O Sr. Aloysio Chaves — Sem dúvida alguma.

O SR. NELSON CARNEIRO — ...ou em Belém e, em 24 horas depois publicar um artigo. Eu próprio, uma vez, viajei a Manaus e até me aventurei a fazer, posteriormente, uma conferência a pedido da minha saudosa amiga Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. Mas, fui apenas um visitante da Amazônia e guardei aquela magnífica impressão e aquela surpreendente visão de um mundo novo.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não. Ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador, veja como a Amazônia pode, realmente, levar certos espíritos, os mais argutos, os mais competentes da admiração, perplexidade que assalta, esses espíritos; não raro à condenação da região, do seu clima, das suas potencialidades econômicas. Não há exemplo mais expressivo disto do que o de Euclides da Cunha. As primeiras impressões de Euclides da Cunha, inclusive sobre o clima da Amazônia, retratadas em cartas que enviou de Manaus, eram extremamente pessimistas. Em seguida, a grande obra de Euclides da Cunha sobre a Amazônia é uma exaltação a esta Região, é uma reconciliação com a Amazônia. Há um escritor cearense e que foi, também, um notável magistrado e viveu muitos anos na nossa região — O nobre Senador Hélio Gueiros conhece a sua obra — Alfredo Ladislau. Na *Terra Imatura* — afirmou que a Amazônia tem sido, freqüentemente, vítima da sua própria grandeza. A dimensão desses problemas, muitas vezes, têm levado espíritos a um julgamento errado e precipitado. Mas, quero encerrar estas observações que V. Exª generosamente está ouvindo, para dizer que acho que o registro de V. Exª é extremamente oportuno. Acredito que todos nós precisamos ler e examinar, com a maior curiosidade científica e intelectual, o trabalho e o relatório do professor Cousteau. Ele pode, sem dúvida alguma, com uma visão externa desses problemas, mas com base nos seus conhecimentos científicos, fazer revelações e observações que sejam da mais extrema importância para todos os brasileiros. Aplaudo o pronunciamento de V. Exª e concordo com ele. Apenas como homem da Amazônia é que fiz, como se diz no jargão jurídico, a *latere* estas observações ao nobre colega.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Exª Sr. Presidente, este era um dos assuntos que me traziam a esta tribuna; o outro, também da maior relevância e que aqui quero deixar de passagem, é o problema do quase assassinato do rio da unidade nacional, o Rio São Francisco. Realmente, hoje está provado que foi

uma empresa, a AGROVALE, que fez derramar no rio o excesso de vinho. Em consequência disso, milhões de peixes foram sacrificados e, nós baianos, que conhecemos o velho São Francisco, sabemos o que isso representou para as populações ribeirinhas. Fazemos votos para que a multa que o Governo da Bahia vai impor a essa empresa não seja a única sanção, que haja sanções mais rigorosas para evitar que tais fatos ocorram, para desespor e sacrifício de tantas populações.

Sr. Presidente, não quero esgotar o meu tempo sem incluir nos Anais pela sua relevância, pela serenidade que a caracterizou, a entrevista concedida, no último domingo, ao *Jornal do Brasil*, pelo nosso ilustre colega, antigo Presidente desta Casa, ex-Senador, hoje, Deputado Magalhães Pinto. Realmente, é uma página digna de figurar nos Anais desta Casa. Sou contrário — poucas são as intervenções no longo da minha vida — a pedido de transcrições nos Anais da Casa. Mas, há documentos que devem ficar para o estudo e o exame daqueles que vierem depois de nós.

O depoimento do nobre Deputado, antigo Presidente desta Casa, Magalhães Pinto, é um desses documentos. E, ao proceder à sua leitura, Sr. Presidente, presto uma homenagem àquele homem público que, tendo participado de tantos episódios da vida pública brasileira, vítima de tantos encontros e desencontros, a que todos nós homens públicos estamos sujeitos, deixa o seu depoimento sobre os motivos que o levaram a deflagrar o Movimento de 1964, e as suas esperanças de que através de um pacto de transição, os partidos políticos encontrem aquela aura de tranqüilidade, de paz, e de esperança, que é o sonho de todos os bons brasileiros:

Magalhães Pinto

A SAÍDA PARA A CRISE É UM PACTO DE TRANSIÇÃO

Vinte anos depois da mais grave decisão que tomei na vida pública — a responsabilidade de deflagrar o movimento revolucionário de 1964 — com todos os riscos de confronto com o Governo Federal, volto-me, primeiro, para Minas Gerais.

Minas de Titadentes, sonhando e morrendo pela liberdade; Minas em 1930, lutando de armas na mão contra os vícios mandonistas na República desfigurada; Minas em 1943, protestando, no Manifesto Mineiro, entre perseguições e desmandos, contra a Ditadura, e reclamando a volta à Democracia; Minas em 1964, quando, esgotados todos os esforços para manter a legalidade ameaçada, vi-me face ao dever de reunir expressivas figuras da vida política para, em aparente contradição, assegurar, pela força, a sobrevivência democrática.

Volto-me, nesta hora, para Minas de 1984, confiante nas suas tradições de equilíbrio, de luta, de fidelidade democrática, na criatividade de cujos homens públicos, espera a Nação, se encontre a fórmula de transição institucional, que supere os radicalismos e busque congregar, em torno de objetivos fundamentais, as energias da Nação, sem condicionamentos personalistas ou partidários.

Com esta evocação sentimental e política, José de Magalhães Pinto, deputado federal (PDS — MG), ex-Senador, ex-Governador, ex-Presidente de partido, ex-Ministro, ex-Presidente do Congresso Nacional, iniciou com a reportagem, uma análise histórica dos acertos e erros da Revolução de 1964, no seu 20º aniversário, definindo a amplitude de sua posição.

Pensar no Brasil

— Evocando o papel histórico que Minas sempre exerceu nas horas de crise nacional, não penso em Partidos, nem em vitórias ou derrotas. Não vejo só correligionários, nem discrimino adversários.

Penso na missão que a vocação de Minas sempre lhe reservou como centro de equilíbrio, sem medo da atitude de luta e sem ira de paixões irreversíveis. Penso no Brasil, na aspiração da Democracia como único regime compatível com a dignidade do nosso povo. Penso na pobreza de nossas populações, esmagadas pelos sacrifícios que lhes estão sendo impostos pela recessão que empobrece a todos e pela inflação que enriquece minorias privilegiadas. Penso, neste momento, no sofrimento de nossos irmãos do Nordeste, submetidos há seis anos a um processo de genocídio.

Penso que esta é a hora em que todo aquele que tenha alguma parcela de responsabilidade não pode calar, não pode omitir-se, não pode enganar, quando o povo está nas praças reclamando que a ele se devolva o direito de escolher o seu destino. Cabe aos líderes, com a sensibilidade com que se formaram ao longo da convivência com as multidões e com os fatos, abrirem caminhos que façam a transição do regime autoritário para o regime democrático, sem vencidos humilhados nem vencedores revanchistas, mas com brasileiros de emoções voltadas para as dificuldades que o País atravessa e com disposição de ajudar, por todas as formas, a superação da mais grave crise de nossa história.

Nesta hora, espero que os líderes não faltem. Mas se alguns faltarem, por egoísmo, por ambição, por insensibilidade, tenho certeza de que Minas não faltará, porque faltaria à sua própria tradição, faltaria a si mesma.

Com essa afirmação de invejável confiança num homem de sua idade e de sua experiência, o Deputado Magalhães Pinto propôs-se a analisar o itinerário percorrido pelo sistema revolucionário no período 1964-1984.

Missão de Figueiredo

— O Presidente João Figueiredo tem diante de si a oportunidade histórica de encerrar o ciclo revolucionário, promovendo o reencontro do momento de 64 com as aspirações do povo brasileiro. Este seria o grande fecho, não apenas do seu Governo, mas de uma Revolução que muitas vezes desviou-se do seu objetivo original — a consolidação do regime democrático no país. Assim o Deputado Magalhães Pinto inicia o seu julgamento e indica as retificações possíveis para recolocar a Revolução nos rumos sonhados por seus idealizadores.

— A Revolução de 64 — continua Magalhães Pinto — não foi um movimento monolítico, mas a resultante da confluência, em determinado momento, de variadas tendências contestatórias à situação dominante, dentro do processo de crise institucional que se instalara com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. As soluções de emergência não haviam conseguido dar saída estável à crise institucional: nem a pretensa solução parlamentarista, que padeceu do defeito essencial de ser executada por presidencialistas que não acreditavam na validade do sistema; nem o Governo populista do Presidente João Goulart, sustentado pelo movimento sindical, com todas as suas notórias deformações, e aliado a um pequeno grupo militar sem efetiva ressonância nos quartéis. Faltou a estas tentativas a consciência de que um regime estável no Brasil depende do apoio da classe média, da adesão das classes produtoras, da solidariedade das massas operárias e do acatamento das Forças Armadas.

A reação foi somando, embora sem integrar, grupos heterogêneos que se juntaram contra a situação dominante que sabiam o que não queriam, embora não tivessem a verdadeira e profunda unidade para dizer o que

queriam — a criativa formulação de uma nova política, de um verdadeiro programa para o país, que suscitasse o apoio popular para as grandes reformas sociais, econômicas e políticas frustradas com a renúncia de Jânio e inteiramente desvirtuadas no tumulto das contradições internas do Governo Goulart.

Governo Castello

Magalhães Pinto segue o fio do raciocínio:

— Depois de unir as forças políticas de Minas e assumir a responsabilidade de iniciar o movimento, não me apresentei reivindicando as glórias da vitória, nem as vantagens do Poder. Detinha, naquela hora, todas as credenciais e condições para pleitear a Presidência da República — como depõe, em documento recém-publicado, o Marechal Odylio Denys, que teve participação fundamental na organização e no êxito do levante armado. Prefiri ajudar a unidade das forças vitoriosas, e, para conservar a autoridade de uma liderança voltada para aquele objetivo, retirei meu nome das articulações. Delas viria a resultar, como solução virtualmente unânime, o nome do Presidente Castello Branco.

Não tenho dificuldade em fazer justiça à memória do Presidente Castello Branco, reconhecendo que ele tentou superar a improvisação e traçar um programa de retorno à legalidade. Mas, desafortunadamente, o seu Governo afunilou-se pela predominância de grupos elitistas e minoritários. Rompeu-se assim a unidade do dispositivo revolucionário, com a dissidência que se veio a cristalizar na candidatura do Presidente Costa e Silva — ela também beneficiária fortuita de uma união ocasional de contrários com setores militares que consideravam precipitada a volta à legalidade, antes que o processo revolucionário alcançasse algumas metas imediatas.

Mas, o Governo Figueiredo herdou e manteve uma política econômica baseada em insaciável endividamento externo para financiar obras de prioridade discutível Governo Costa e Silva

O ex-Governador de Minas explica a sua participação na segunda fase da revolução, iniciada no Governo do Presidente Costa e Silva:

— O Governo Costa e Silva procurou recrutar representantes dos diferentes segmentos revolucionários marginalizados pelo Presidente Castello Branco, nas áreas civil e militar. Mas, também não conseguiu superar as contradições que viriam a explodir, num espasmo de violência, na decretação do AI-5.

AI-5

Magalhães Pinto entra num tema penoso e delicado:

— A minha formação política naturalmente me levaria, naquela hora, à ruptura com a situação que se prenunciava. Era mais fácil guardar a coerência com os ideais que me levaram a assinar o manifesto mineiro de 1943, contra o Estado Novo, os mesmos que me impeliram a enfrentar, 21 anos depois, o Governo Federal na chefia de um movimento revolucionário de triunfo incerto.

Era mais difícil enfrentar incompreensões, assinando o AI-5. Todavia, àquela altura, mais uma ci

são no esquema revolucionário poderia ser fatal, conduzindo-nos pelas veredas de pronunciamentos militares cíclicos, como é a lamentável prática sul-americana. Preferi aceitar o compromisso do Presidente Costa e Silva de que o ato autoritário teria vigência por seis ou oito meses, e supunha, também realisticamente, que, integrando o Governo, viria a ter mais influência para fixar esse rumo.

Mas a história é recente: o Presidente Costa e Silva foi vencido dentro do Governo e o derrame que o mataria frustrou o esforço para dar ao País uma Constituição democrática elaborada sob a liderança ilustre do Vice-Presidente Pedro Aleixo.

O autoritarismo

— Assim, por fatalidade, o Governo Costa e Silva, que deveria concluir a restauração democrática, foi interrompido por um novo surto autoritário, marcado pela repressão extremada de grupos radicais, pela decretação de medidas antidemocráticas e pelo esmagamento dos poderes Legislativo e Judiciário, surto esse que só viria atenuar-se na última etapa do Governo do Presidente Ernesto Geisel, cuja proposta de distensão teve continuidade no Governo do Presidente João Figueiredo.

Distensão

Lembra Magalhães Pinto que durante os Governos Médici e Geisel limitou-se à ação parlamentar, sem qualquer influência nas decisões do Poder.

— Ascendendo à Presidência do Congresso, procurei, todavia, com o prestígio da alta função, estimular as medidas de distensão política e, entendendo que o caminho natural seria a devolução do Poder à sociedade civil, propus-me a ser o instrumento desta transição. Como possível candidato à Presidência da República, empreendi uma campanha que foi a inesperada oportunidade para a pregação democrática. Minha posição encontrou forte resistência dentro do Governo. O Presidente Geisel queria ainda substituir-se por um chefe militar, prolongando por mais seis anos o regime que, a olhos vistos, perdia a representatividade política e apoio popular.

Contradição

A análise alcança a Oposição:

— As minhas idéias coincidiam naquele momento com as defendidas pela Oposição e cheguei a admitir que, inspirados pelos mesmos objetivos, poderíamos unir esforços se à tesse de devolução do Poder aos civis fosse rejeitada pelo sistema dominante. O MDB integrava, com expressiva representação de congressistas, o Colégio Eleitoral que deveria eleger o Presidente da República. Mas o MDB foi ainda mais contraditório que o Governo. Em vez de fazer seu candidato quem do Governo divergia, lutando por uma solução civil, patrocinou a candidatura de ilustre chefe militar e votou no General Euler Bentes Monteiro, cuja plataforma constitucional visava o prolongamento, por mais três anos, com o nome de regime de emergência, do regime autoritário que considerávamos necessário encerrar definitivamente.

— O Governo do Presidente João Figueiredo começou muito bem, continua Magalhães Pinto. Apesar de suas origens, conseguiu despertar a esperança popular ao aceitar a extinção do AI-5, ao propor a anistia política, ao promover eleições diretas para Governadores, tornando-se credor da confiança pública de que, ao final do mandato, estaria implantada definitivamente a democracia.

Mas, o Governo Figueiredo herdou e manteve uma política econômica baseada em insaciável endividamento externo para financiar gigantescas obras de prioridade discutível. No plano interno, perdeu a capacidade para deter os alarmantes níveis da inflação. Desse modo, a fase de consolidação das instituições democráticas viria a coincidir com a crescente insatisfação popular pela ocorrência simultânea das medidas de recessão e dos efeitos da inflação que geraram a vitória oposicionista nas eleições diretas de 1982, nos mais importantes Estados da Federação.

Este quadro provocou outra consequência: a antecipação da sucessão presidencial, dois anos antes do fim do mandato do Presidente Figueiredo.

Diante dela, se colocam as forças do Governo, tentando sobreviver no Poder através do Colégio Eleitoral, e os Partidos de Oposição conduzindo com êxito popular a campanha das eleições diretas para Presidente da República, como fórmula de atender à insatisfação generalizada.

Nesta situação, vemos ainda o PDS dividido entre quatro candidatos. Os esforços oficiais do Presidente, como coordenador do processo, não foram suficientes para a indicação de um nome que unisse o Partido. Não tenho dúvida de que a deterioração partidária chegou a tal ponto que o candidato que vier a sair da Convenção provavelmente não alcançará maioria absoluta, correndo o risco de derrota mesmo num Colégio Eleitoral em que é majoritário o Partido situationista.

Salienta Magalhães Pinto:

— A oposição tomou conta das praças públicas e não só por força própria, mas porque empunha a bandeira da eleição direta, que está na tradição republicana do Brasil, ao mesmo tempo em que se constitui, dentro da atual crise econômica e social, a válvula de esperança de que um Governo ungido pela decisão popular é o único instrumento com autoridade para negociar o problema da dívida externa e obter apoio para uma política econômica interna que reponha o País no caminho do desenvolvimento, sem exigir-lhe os sacrifícios que ele não pode mais suportar. Tão forte é este sentimento na opinião pública, que a candidatura do Vice-Presidente Aureliano Chaves, por ter-se definido pelas eleições diretas imediatas, mesmo dentro da legenda partidária que as contesta, encontra em todas as pesquisas a posição preferencial de confiança da sociedade entre os demais nomes apresentados.

Temores

Vai o Deputado Magalhães Pinto chegando ao final do seu pronunciamento e fixando as conclusões:

— Sem a responsabilidade de comando na ação do Governo ou nos postos do meu Partido, achei que não deveria silenciar ante impasses de toda natureza que, ao espírito de todos, se vão somando e multiplicando à medida que a Nação caminha para decidir os seus destinos.

O senhor Magalhães Pinto não esconde sua preocupação com o quadro atual.

— Do lado do Governo, temo que a derrota da emenda oposicionista que restabelece a eleição direta para a próxima sucessão, imposta pela mobilização oficial, conduza a frustração do povo a emoções incontroláveis.

— Em consequência, a eleição pelo Colégio Eleitoral, de um candidato gerado nas circunstâncias discutidas, venha a ser uma vitória aparente e formal, mas não a solução de que a Nação carece, por-

que lhe falte representatividade e identificação com as aspirações que estão nas ruas, nas casas, nas oficinas, nas universidades, no interior e nas cidades — e o que é mais sério — no estômago e na desesperança do povo.

— Do lado da Oposição, temo que seus Partidos se embriaguem pelo triunfalismo da praça pública, e ignorem circunstâncias e limitações inerentes a um processo fechado, ainda que em final de transição, mas que não deve ser levado à contundência de uma derrota irreversível.

Responsabilidade dos líderes

Nesta hora, — adverte Magalhães Pinto — aumentam as responsabilidades das lideranças.

A primeira, a do Presidente João Figueiredo, que tem o direito de passar à história como o líder da restauração democrática, e não pode renunciar a este destino por fastio do Governo prevenções pessoais ou condicionamentos de grupos, mas há de allear-se, assim esperam os brasileiros, por uma conduta suprapartidária, que leve o Poder a se reencontrar com a Nação.

Depois a dos Chefes Militares, que sempre mereceram o respeito do país e que, abdicando expressamente de intervenção no atual processo político, não podem fugir ao seu desdobramento, negando-lhe as condições da garantia, de continuidade e de correspondência com a realidade política brasileira.

Também a dos Governadores eleitos em 1982, pela responsabilidade de atuar, por todas as formas, para que o voto popular que receberam amplie a sua força imanente na consolidação das instituições representativas.

Por fim a dos líderes políticos, sejam do Governo ou da Oposição, que não podem colocar o interesse da Nação em termos de vitória ou derrota, uns em nome de supostos direitos adquiridos, outros arrogando-se como proprietários da vontade do povo.

Pacto de transição

O senhor Magalhães Pinto analisa assim, com severa advertência, que seus adversários podem até considerar uma expressão de autocritica:

— Não há ninguém infalível. E o povo tem sempre uma grande generosidade para julgar os que exercem, através dos tempos, a honra de sua liderança. Por isso, os homens e os povos se entendem, se criticam, se desencontram, se perdoam. Mas, a história jamais teria perdoado Churchill, Roosevelt e Stalin se, na hora sombria das liberdades, não tivessem eles vencido antigas diferenças políticas e os conflitos dos regimes que encarnavam, para livrar o mundo da dominação nazi-fascista.

Aplica a lição ao Brasil:

— O povo brasileiro atingiu as últimas resistências de sua paciência e de sua angústia, no cotidiano da fome, do desemprego, da insegurança, do desencanto. Em horas assim, não há perdão para os que se omitam ou fraudem a confiança do povo. Em horas assim, só há um dever: o de restaurar a esperança de que a nação dispõe de líderes capazes de guiá-la para vencer seus mais graves impasses, colocando acima de ambições, de sectarismos, de egoísmos, os sonhos até agora malogrados do povo. E estes só ressurgirão, após tantos colapsos, nas bases de um grande pacto nacional de transição institucional, que, respeitando divergências ideológicas, partidárias ou pessoais, tenha força para provisoriamente superá-las, à margem ou sobre os partidos,

em nome das aspirações que o povo adivinha no mistério secular da democracia.

Ponte para a pacificação

— Há posições a tomar e há mecanismos a estabelecer.

Uns e outros devem ser claramente discutidos, sem passionismos de qualquer natureza, a fim de que os líderes se ponham à altura das expectativas do povo: volta à democracia plena, com a escolha de Governos pelo voto direto, em todos os níveis; instauração de um Governo com autoridade e representatividade em condições de transformar a face desencantada da Nação; eliminação das reminiscências do regime autoritário, não só pela mudança dos instrumentos do poder, mas sobretudo pela criação de um estado de espírito democrático, a que todos adiram sem cobranças do passado, e gerado na convicção de que só pela legalidade democrática exemplarmente respeitada e popularmente estimada, o país encontrará os caminhos do futuro, sem dependência externa e sem roturas internas.

O povo brasileiro atingiu as últimas resistências de sua paciência e de sua angústia, no cotidiano da fome, do desemprego, da insegurança, do desencanto

E Magalhães Pinto aponta a primeira providência:

— Convoque o Senhor Presidente da República os líderes nacionais. Não basta S. Ex^a dizer que estende as mãos de paz, é indispensável dar consequências objetivas a esse ato de grandeza. Assim como é necessário que todos os líderes convocados ajam com a mesma altitude, sem preocupações personalistas e partidárias.

Ponha o Presidente diante deles, como **magistrado**, sem preferências por grupos ou pessoas, as grandes verdades sobre as quais possam se entender Governo e Oposição:

1. Os responsáveis civis pelo regime vigente, com apoio expresso das Forças Armadas, querem devolver ao povo a gestão do seu próprio destino. Reconhecem exaurida a experiência de Governo dos últimos anos, face à inequívoca manifestação do povo pelo retorno às eleições diretas. Não usarão artifícios para assegurar privilégios ou manter no poder ambições injustificáveis, pois a nação não pertence a partidos, classes ou grupos. Esperam que os representantes da Oposição acolham estes propósitos com espírito desarmado de ressentimentos e represálias. O de que todos devemos cuidar, de agora por diante, é de sarar feridas abertas, de juntar esforços e competências para vencermos a recessão, a inflação, o pessimismo, é de abrir os braços brasileiros para o reecontro do grande abraço nacional, sem o qual a crise, pelas suas origens, desdobramentos e consequências, pode nos levar a riscos imprevisíveis.

2. — Compreendemos e concordamos que se abra pelos mecanismos democráticos a participação de todos na condução do futuro do país, pelo voto livre e direito. Essa conquista deve ser alcançada como consequência de um processo histórico, que todos desejamos seja pacífico, seguro e duradouro. Sem essas condições, todos podemos celebrar uma vitória sem vitoriosos, porque resultante da precarie-

dade das disputas hegemônicas de grupos carentes de substância representativa da vontade popular.

— Não creio — conclui Magalhães Pinto — que um apelo dessa altura e dessa franqueza, feito pelo Presidente João Figueiredo, deixe de ser escutado por líderes realmente responsáveis.

Num entendimento sobre o fundamental — extinção do regime autoritário, eleição direta para todos os níveis, e outras reformas da Constituição que promovam o reequilíbrio dos poderes, com a devolução de prerrogativas ao Congresso, e o efetivo funcionamento da Federação — restaria, apenas, o prazo da eleição. Não seria por ele — que é apenas um detalhe a ser avaliado patrioticamente dentro da conjuntura política, econômica, social e militar — que se deixaria de fazer a verdadeira ponte para a pacificação nacional, em torno do regime democrático, mantidas e respeitadas, dentro dele, as diferenças ideológicas, doutrinárias e partidárias, na pluralidade própria de sua natureza.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, como Líder.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estive na Paraíba participando, em Campina Grande, de mais uma grande concentração popular em favor do restabelecimento imediato das eleições diretas para Presidente da República. A notícia mais alvissareira que trago do meu Estado e de todo o Nordeste, é que continuam a cair em todo o semi-árido chuvas copiosas, que estão levando alegria incontida ao nosso sertanejo, ao nosso caririzeiro que tanto sofreu durante 5 anos sucessivos de seca inclemente. Se bem que, ainda há uma previsão do CTA de que essas precipitações pluviométricas, de uma hora para outra poderão terminar, o que agravaria mais uma vez a situação, pois não se asseguraria a lavoura de subsistência indispensável à alimentação. De qualquer modo, porém, nós já podemos nos dar por satisfeitos, porque a água que foi armazenada em grandes, pequenos e médios açudes já vai garantindo a manutenção dos rebanhos e, ao mesmo tempo, criando condições para que o pequeno, o médio e o grande agricultor comece a plantar a sua lavoura.

Há, entretanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, alguns pontos que precisam ser colocados em debate no Congresso Nacional, quanto a esta nova situação do semi-árido nordestino.

Em primeiro lugar, diz-se que o Governo Federal pensaria em desativar, dentro de pouco tempo, as frentes de emergência. Tenho, quanto a elas uma posição assumida nesta Casa, a de que serviram ao longo desse período de cinco anos de seca, para assistir às populações flageladas, mas não deixaram nada em termos reprodutivos para a economia da nossa sofrida região. Foram bilhões e bilhões de cruzeiros gastos ali de maneira improvisada, de tal sorte que hoje, se se fizer uma inspeção mais profunda em cada Estado do Nordeste, não se encontrará realmente qualquer contrapartida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se pode negar, entretanto, que essa massa de recursos serviu pelo menos para atenuar o sofrimento do sertanejo, do caririzeiro e de sua família, que não tinha como sobreviver, a não ser ganhando esse salário ínfimo mesmo que lhe pagava o Governo Federal, através das chamadas frentes de emergência, pois até hoje nunca foi pago ao trabalhador senão o equivalente a menos da metade do salário mínimo regional.

Gostaria de fazer sentir neste instante que é necessário que o Governo Federal, já que as criou, mantenha essas

frentes de emergência por mais 90 dias, no mínimo, para se ver se essas chuvas continuam, e se a lavoura que está sendo plantada será colhida, assegurando assim a alimentação indispensável às populações rurais nordestinas.

Por outro lado, faz-se mister e urgente que o Governo Federal, através dos órgãos competentes, sobretudo do Ministério do Interior, da SUDENE, junto ao Banco Central, ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste, faça com que os pequenos e os médios agricultores sobretudo, que são em maior número, tenham acesso fácil e imediato ao crédito agrícola, porque o que soube no meu Estado, e estaria acontecendo em todo o Nordeste, é que as restrições continuam muito grandes, sob o argumento de que o Banco do Brasil não dispõe do numerário suficiente para fazer face a um custeio agrícola mais amplo, devido à contenção do Orçamento Monetário pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário, face à programação estabelecida entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

O fato é que os agricultores estão procurando as agências do Banco do Brasil e ali são informados de que os recursos são poucos. De um modo geral, se precisam de 1 milhão de cruzeiros, recebem apenas 20% desses recursos, e já se lhe cobram, por antecipação, juros das 3 parcelas na primeira parcela, adiantados. Isso, realmente, traz uma dificuldade imensa, na hora em que o Nordeste semi-árido está em festa com essas chuvas a que me referi.

Procurei, então, junto à Diretoria de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, ter uma idéia exata dessa situação, e as informações que recebi, a nível de assessoria, foram as seguintes:

CRÉDITO AGRÍCOLA PARA O NORDESTE.

O Banco do Brasil está sujeito à aprovação mensal do Conselho Monetário Nacional de recursos a serem alocados no Nordeste. Esta liberação ocorre Estado por Estado, o que significa que o volume maior de recursos vai sempre para os Estados com maior influência junto ao poder central. O Ministro Delfim Netto admite a escassez de recursos e está estudando o assunto para tentar amenizar o problema.

As taxas de juros em operação no Banco do Brasil para o crédito agrícola são as seguintes:

— 35% a.a. para as áreas consideradas de emergência;

— 12% a.a. para os projetos especiais (PROTERRA, etc.)

— 5% a.a. para o Projeto Sertanejo

Obs.: estas duas últimas taxas, as referentes ao PROTERRA e ao Projeto Sertanejo não estão sendo utilizadas devido à falta de recursos.

— 70% das ORTNs + 3% de juros para as operações nas regiões não atingidas pela seca e para os produtos açúcar, cacau e café.

Aliás, já se anuncia que essas últimas taxas seriam estendidas, a partir do próximo ano, a todo o Nordeste, porque se espera que em 1985 não haja emergência. O que eu quero dizer também neste instante, é que, independentemente das estiagens, das emergências, aquela região deve ter sempre um tratamento diferenciado em matéria de juros. Portanto, espero que as taxas deste ano também persistam para o próximo ano.

O SR. ALBERTO SILVA — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço o aparte de V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva — Estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex^a e tenho notícias, também do meu Estado, de que lá está chovendo e o drama é o mesmo — o

problema do crédito ao pequeno agricultor. Queria lembrar, nobre Senador Humberto Lucena, que, numa conferência, o Presidente do Banco do Nordeste demonstrou que 90% da produção agrícola do Nordeste é oriunda do pequeno plantador, do homem que tem uma pequena roça, do homem que, se tivesse um pouco de dinheiro, estaria produzindo lá. A chuva está provocando essa euforia que V. Ex^a está dizendo, com muito acerto, esta alegria que está acontecendo no Nordeste, mas imagine V. Ex^a que durante 4 anos, principalmente neste último ano, o Governo Federal despejou no Nordeste toneladas de dinheiro para os carros-pipa — haviam 4 ou 5 mil, no meu Estado, e na minha cidade, por exemplo, a cota mensal andava por volta de 30 milhões de cruzeiros para carro-pipa. Se isso fosse transformado em agricultura, daria uma renda de grãos, de feijão, alimentação básica do nordestino, que compensaria 1.000 por 1 o dinheiro que o Governo aplicasse numa hora dessas. O Banco do Brasil diz que não tem recursos. De onde vinham os recursos para os carros-pipa? Acho que a essa altura, qualquer que fosse a origem do dinheiro, ele iria se transformar em comida no Nordeste.

O SR. HUMBERTO LUCENA — É mais do que isso, nobre Senador Alberto Silva, também os recursos despendidos a fundo perdido nas frentes de emergência. Se o Governo pôde gastar, em cinco anos, quase um trilhão de cruzeiros para manter a emergência, por que, então, nesta hora, ...

O Sr. Alberto Silva — Na hora da redenção.

O SR. HUMBERTO LUCENA — ... não há dinheiro suficiente para financiar, adequadamente, a lavoura na região semi-árida do Nordeste?

Ainda mais, além de haver essa restrição creditícia continuada, que já está dando preocupação permanente — inclusive aos governadores de todos os Estados da Região, que são do PDS, não são do meu Partido, e apelam para que essa situação se modifique às autoridades da área econômica do Governo Federal — há também a falta de sementes. Não há distribuição de sementes aos pequenos agricultores na região do semi-árido, para que possam fazer o plantio de suas lavouras.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muita honra nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Humberto Lucena, seria talvez a maior falta de sensibilidade das autoridades se, depois de 5 anos de seca, tivéssemos o inverno e não tivéssemos safra, por falta de recursos para sementes e para o custeio. Esta é realmente uma hipótese que não podemos admitir. Haveria uma espécie de frustração tão grande que seria até o caso de culpar-se o Governo. Na realidade, houve uma expectativa, no começo do ano, de que em 1984 ainda haveria seca, aliás notícia que julgo errada, saiu no jornal, o CTA divulgando que este ano o Nordeste teria um bom inverno, e, em seguida, outra notícia do CTA desmentindo. Naturalmente desanimou muita gente, porque o CTA vinha prevendo seca e a seca vinha acontecendo. Sinceramente, sem querer desprestigiar ou desacreditar os técnicos do CTA, não acredito em previsões de tempo de longo prazo. O fato é que V. Ex^a traz hoje uma excepcional notícia, que já é do nosso conhecimento: chuva no Nordeste, está chovendo na Região. Os córregos estão correndo, os açudes estão recebendo água e estamos nos livrando, meu nobre Líder, talvez da maior catástrofe que o Nordeste esteve na perspectiva de sofrer em todos os tempos. Nunca, não tenho conhecimento, na história, de uma seca de 5 anos. Felizmente está chovendo. Os açudes estão enchendo. A mesma preocupação que V. Ex^a tem quanto a recursos para sementes e recursos para custeio, também a temos. Por coincidência, ainda hoje mantive contato com o Banco

do Brasil. Evidentemente, não fiz referência ao problema geral do Nordeste. Tive a grata satisfação de saber que no começo deste mês foi remetido um bilhão de cruzeiros para crédito de custeio, agora, com as chuvas,...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Um bilhão?! É muito pouco.

O Sr. José Lins — É muito pouco. Agora, com a renovação das chuvas em muitas áreas, o Governo acabou de remeter, ontem, mais 4 bilhões, e tem um programa especial para a ajuda do Nordeste neste momento, porque, como disse a V. Ex^a, seria um absurdo se, depois de 5 anos, por não se colher nada por falta de chuva, agora se deixasse de colher por falta de recursos para o custeio, principalmente o pequeno e médio agricultor. Creio que V. Ex^a sabe também que o Ministério do Interior forneceu à SUDENE a fundo perdido 7 bilhões de cruzeiros para a distribuição de sementes entre os pequenos agricultores nas frentes de serviço. Essas sementes já foram distribuídas e acredito que muitos estão aproveitando. É possível que a fome ou a necessidade tenham obrigado a alguns deles a, em vez de plantar, comer um pouco dessas sementes. O fato é que o Governo destinou 7 bilhões de cruzeiros para o fornecimento de sementes de arroz, milho e feijão aos pequenos agricultores que estavam nas frentes de serviço, e chegamos a ter 3 milhões nas frentes de serviço. De modo que o crédito de custeio, que V. Ex^a reclama com tanta propriedade, o Banco do Brasil, apesar de todas as dificuldades, já está lhe dando especial atenção. Acredito que, assim como para o Ceará, para outros Estados do Nordeste deverá estar indo esse crédito. As sementes foram distribuídas. Há tremenda escassez de semente até para compra. O Banco do Nordeste abriu um crédito para empréstimos aos proprietários maiores. Acredito que vai ajudar. A CFP está realizando um esforço no sentido de complementar a remessa de sementes que já mandou para a Região. Todavia, como V. Ex^a, também temo que essas providências não sejam tomadas com a urgência devida, porque nos seria realmente desastroso não aproveitar essa chuva. Graças a Deus está chovendo. A única cidade que talvez ainda esteja muito preocupada é Fortaleza, uma cidade de um milhão e meio de habitantes e que precisa de quatro metros cúbicos de água por segundo, estava recebendo dois passou a um metro cúbico nossos açudes que abastecem a Capital aliás, em boa hora construídos no Governo do nobre Senador Virgílio Távora. Se esses açudes não recuperarem a água, certamente Fortaleza passará por tremendas dificuldades. Muito obrigado a V. Ex^a pela concessão do aparte.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu é que lhe agradeço a intervenção, que vem ao encontro das minhas palavras e testemunham que realmente as providências estão tardando.

O Sr. José Lins — As providências estão sendo tomadas, inclusive recursos já foram remetidos. Se vão dar para o total, não posso garantir a V. Ex^a Segundo o Banco do Brasil me informou, há um programa especial de custeio para esta fase do inverno. Esperamos, como V. Ex^a espera, que chegue a tempo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu me ufano porque V. Ex^a está ao meu lado neste instante, porque esta é uma causa de todos nós, acima do partido. É a causa do Nordeste, sobretudo do Nordeste semi-árido mais sofrido. V. Ex^a mesmo afirmou, e com muita autoridade, porque é Vice-Líder não só do PDS como do Governo nesta Casa, que até agora foram enviados, para o custeio agrícola, pelo Banco do Brasil, apenas três bilhões de cruzeiros.

O Sr. José Lins — V. Ex^a me desculpe. São cinco bilhões para o Ceará. Referi que não sabia quanto fora destinado para todo o Nordeste.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a não especificou que eram para o Ceará.

O Sr. José Lins — Perfeito.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mesmo para o Ceará, é uma importância pequena, tendo em vista a grande demanda de crédito, sobretudo diante do pauperismo das nossas populações rurais do semi-árido.

O Sr. José Lins — Complementando V. Ex^a, talvez não devesse dizê-lo aqui, mantive contatos, agora, com o gerente do Banco do Brasil de Fortaleza, que me disse que há recursos disponíveis no momento. Espero que a Central do Banco do Brasil suplemente, para atender o total dos agricultores, principalmente os menores.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Acredito que o Ceará seja um Estado privilegiado no Nordeste, talvez porque tenha V. Ex^a e o Senador Virgílio Távora, tão bem posicionados dentro do PDS e do Governo, com prestígio necessário para fazer com que essas providências ali sejam mais prontas e mais urgentes, porque no meu Estado, pelo menos, e creio que nos demais do Nordeste, continua o apelo dramático dos agricultores, o Banco do Brasil sem dinheiro. Apenas o Banco do Nordeste agora anunciou que vai fazer um custeio agrícola com recursos ponderáveis. Ainda não começou, mas já temos essa informação amplamente divulgada pela imprensa, através do seu Presidente Camillo Calazans.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, já que estou falando sobre o Nordeste, faço um apelo veemente à Liderança do Governo nesta Casa, através do Senador Aloysio Chaves e sobretudo dos seus Vice-Líderes José Lins e Virgílio Távora, que são homens da Região, para que nos consiga porque eu não tive como, apesar da minha condição de Líder do PMDB nesta Casa — da SUDENE uma cópia da versão do que está sendo discutida naquele órgão do chamado "Novo Projeto para o Nordeste". Tenho trocado entendimentos com alguns técnicos. Agora mesmo, na Paraíba, com o economista Celso Furtado, que, talvez, por ter sido superintendente daquele órgão, conseguiu uma cópia. "Ele me adiantou algumas idéias, mas o que é inconcebível é que os representantes do Nordeste no Senado e na Câmara, de um modo geral, não conhecem esse documento. Esse documento vem sendo discutido amplamente dentro da SUDENE a nível de governo de Estado, a nível de técnicos, mas nós, políticos, não temos dele a menor notícia. Dizia-me, por exemplo, o economista Celso Furtado que ele tem aspectos bastantes positivos que se afinam com o seu pensamento mais novo sobre a região, sobretudo no que tange à implantação, ali, de uma reforma agrária, não só no semi-árido como nas terras úmidas. Por isto mesmo, adiantava-me ele, custava a crer que o projeto viesse a ser implantado...

O Sr. João Lobo — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — ...pois grandes resistências se levantariam contra o mesmo. Há pouco, vinha eu para o Senado, em companhia do nobre Senador Helvídio Nuves, que é um dos maiores batalhadores pela causa do Nordeste nesta Casa, e ouvia de S. Ex^a que não conhecia o documento. Então, o que quero é reclamar contra essa falta imperdoável do Governo Federal. O Congresso não pode, de maneira alguma, ficar fora desse debate, e espero então que, dentro de poucos dias, nós possamos ter em mãos esse novo Projeto Nordeste, para que o discutamos amplamente, não só no plenário como nas Comissões Técnicas.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador Humberto Lucena, (Assentimento do orador.) — Vou logo dar-lhe um adendo, como sempre o faço com o nobre Senador Itamar Franco, com aquela sofreguidão que lhe é carac-

terística, quando reclama. Passaremos mais tarde às mãos de V. Ex^a como um presente, esse projeto.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu não digo que V. Ex^a é um privilegiado?

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a é um ingrato, porque estamos — lhe dando um presente e está reclamando. Já não lhe passamos mais às mãos o presente!

O SR. HUMBERTO LUCENA — Não, eu agradeço, penhorado, a V. Ex^a Agora, acho é que o Governo, através da SUDENE e do Ministério do Interior, deveria ter remetido exemplares desse projeto para os parlamentares do Nordeste, independentemente de Partido.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. João Lobo — É apenas para dar uma informação a V. Ex^a, porque eu considero muito justa a reclamação de V. Ex^a, pela falta que estão cometendo para com esta Casa não mandando um projeto que fala tão perto aos nossos interesses e o interesse da nossa região. Mas eu queria dar só uma informação a V. Ex^a eu participei, junto com o Governador do Estado do Piauí, da penúltima reunião que o Superintendente da SUDENE realizou, com a presença do Sr. Ministro do Interior, para tomar conhecimento do documento e traçar as diretrizes básicas deste projeto que estão apelidando de "Nordestão". Era apenas um anteprojeto, na ocasião. A SUDENE não tinha um projeto definitivo, fez essa reunião exatamente para colher os dados e a impressão dos governadores daqueles Estados interessados no assunto. Era apenas num anteprojeto, não estava definido, por isso acredito que não tenha chegado ainda ao conhecimento de V. Ex^a e desta Casa o projeto definitivo, porque a SUDENE deve ter coletado a última fase, agora no dia 19 de março, quando se realizou a definição dos quantitativos que seriam dados a cada Estado do programa. Era a informação que eu queria dar a V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mesmo o anteprojeto, nobre Senador, era importante que nós o conheçamos. Tanto assim que a SUDENE liberou uma cópia para o Senador Virgílio Távora. Nós que estamos no Senado quase diariamente, discutindo o Nordeste e sua problemática política, econômica, social e cultural, na hora em que o Governo se propõe a fazer uma revisão dos seus planos para a Região, inclusive elaborar um novo projeto de desenvolvimento regional, não podemos ignorá-lo.

O Sr. José Lins — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. José Lins — Acho que não é difícil V. Ex^a conseguir a cópia, mesmo porque o Senador Virgílio Távora dispõe, eu também disponho, V. Ex^a pode recebê-la logo. Eu daria uma sugestão: que a Comissão de Agricultura poderia fazer um convite a um técnico credenciado para fazer uma exposição sobre esse projeto, que realmente julgo da maior importância e do maior interesse, sobretudo para nós parlamentares do Nordeste. O Presidente da Comissão poderia entrar em entendimento conosco e nós teríamos uma exposição mais específica, mais completa sobre esse assunto que é da maior relevância. Fica a sugestão.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Nobre Senador José Lins, em vez da Comissão de Agricultura, melhor seria a Comissão de Assuntos Regionais...

O Sr. José Lins — Faz V. Ex^a muito bem...

O SR. HUMBERTO LUCENA — ...que é o órgão mais competente para debater este assunto...

O Sr. José Lins — Concordo com V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — ...o que, aliás, já deveria ter feito desde o momento em que a SUDENE anunciou que estava elaborando e discutindo um novo projeto para o Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com estas palavras fica manifestada, portanto, a minha preocupação e a minha estranheza com o que se passa na região, pela falta de assistência ao pequeno e médio agricultor, e ao mesmo tempo com o descaso das autoridades competentes para com os Parlamentares do Nordeste que, até hoje, desconhecem o conteúdo do novo projeto da SUDENE para a região.

Era o que tinha a dizer! (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — João Castelo — Helvídio Nunes — João Lobo — Milton Cabral — Marco Maciel — João Lúcio — Albano Franco — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — Amaral Peixoto — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Roberto Campos — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Senador Itamar Franco, a Presidência deseja fazer um esclarecimento a V. Ex^a Como estamos a quatro minutos da Ordem do Dia e ciente de que o discurso de V. Ex^a é um discurso alentado, concederei a palavra a V. Ex^a após a Ordem do Dia.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, não é pelo fato de que meu discurso seja alentado mas é que, em quatro minutos, realmente, não será possível.

Eu pretendo, ainda hoje, trazer ao conhecimento do Plenário do Senado do teor do relatório da Sindicância do Banco Central e creio que em quatro minutos não será, realmente, possível abordar assunto de tal magnitude.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — V. Ex^a será o primeiro orador após a Ordem do Dia.

O Sr. Itamar Franco — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 16, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 3 seja submetida ao Plenário em 2º lugar.

Sala das Sessões, 27 de março de 1984. — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Vai-se proceder à verificação de votação requerida pelo nobre Senador Itamar Franco.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA.) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Como vota o Líder do PMDB?

O Sr. Hélio Gueiros — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Não estão presentes os demais Líderes.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Alberto Silva — Cid Sampaio — Hélio Gueiros — Itamar Franco — José Ignácio — Mário Maia — Roberto Saturnino.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Albano Franco — Almir Pinto — Aloysio Chaves — Altevir Leal — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Claudionor Roriz — Eunice Michiles — Helvídio Nunes — João Calmon — João Lobo — João Lúcio — Jorge Kalume — José Lins — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Se todos os Srs. Senadores já votaram, vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram SIM 7 Senadores e NÃO 18.

Total de votos: 25

Não há número. Vou suspender a sessão por dez minutos, antes acionando as campainhas a fim de que os Srs. Senadores compareçam ao plenário.

(Suspensa às 15 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está reaberta a sessão.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para que possamos proceder à nova votação.

Estando presente o Sr. Senador Nelson Carneiro, Líder do PTB, indago de S. Ex^a como vota.

O Sr. Nelson Carneiro (PTB — RJ) — Sim!

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Itamar Franco — Nelson Carneiro.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Albano Franco — Almir Pinto — Aloysio Chaves — Altevir Leal — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Eunice Michiles — Gabriel Hermes — Helvídio Nunes — João Calmon — João Lobo — João Lúcio — Jorge Kalume — José Lins — Jutahy Magalhães — Luiz Cavalcante — Mário Maia — Passos Pôrto — Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 2 Srs. Senadores e NÃO 22 Srs. Senadores.

Não houve quorum.

Em razão disso, fica prejudicado o requerimento.

As matérias constantes da pauta, constituída do Projeto de Lei do Senado nº 120/81-Complementar; Projeto de Resolução nº 127/82; Requerimentos nºs 857/83; 6/84; e 896/83; Projetos de Lei do Senado nºs 16/82; 280/80 e 21/83, todos em fase de votação, deixam de ser submetidos ao Plenário, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sampaio.

O SR. CID SAMPAIO (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vou analisar um problema que, a meu ver, é vital e importante para o Brasil, que é o da nossa dívida externa. Não vou descer a detalhes, nem examinar este problema, sem antes analisar, de um modo geral, a situação do mundo desenvolvido e a nossa, do Brasil, para, então, chegarmos a uma conclusão de como se devem comportar os países devedores do mundo atual.

Vamos analisar, primeiramente, a crise atual do mundo desenvolvido.

O RELACIONAMENTO DA CRISE INTERNACIONAL COM A BRASILEIRA

1. A Crise dos Ricos

O pós-guerra caracterizou-se por um avanço tecnológico talvez o maior ocorrido na história da humanidade.

O massacre humano e a terrível devastação despertaram, com o seu fim, a esperança e a ilusão da humanidade, de ter assistido à última guerra na face da Terra. A euforia que se gera com o término de uma catástrofe canalizou todo o acervo do conhecimento humano para a tarefa febril de reconstruir o mundo que o próprio homem havia destruído.

A destruição ceifou bens e vidas, principalmente no mundo rico, e foi dentro das suas fronteiras que a restauração também se processou.

Aperfeiçoando continuamente as novas técnicas com pesquisas sistemáticas, em laboratórios magnificamente equipados, os países que lideram o progresso da humanidade traçaram os seus planos e definiram as suas estratégias, para assegurar o seu desenvolvimento acelerado e contínuo.

Nos três decênios que se seguiram à guerra, transformaram-se, na realidade, os hábitos de vida naquelas nações que, nos séculos XVIII e XIX, haviam feito a primeira revolução industrial. Os serviços públicos sociais, os bens duráveis e até os não essenciais tornaram-se acessíveis praticamente a toda a população desses países.

Os trabalhos e os processos agrícolas, bem como as unidades industriais modernizavam-se ininterruptamente. Os circuitos transistorizados, a automação, a eletrônica, os semicondutores e os controles por computação alargaram infinitamente o horizonte do conhecimento e a eficiência da ação humana.

As novas técnicas e os novos produtos asseguravam à indústria meios e mercados para a sua expansão qualitativa e quantitativa em volume e em escala de produção. Simultânea e necessariamente, uma política de distri-

buição equitativa da renda propiciava às grandes massas populacionais o poder aquisitivo indispensável ao escoamento da produção crescente das grandes fábricas que se agigantavam.

No contexto internacional, o regime de pesquisa em compartimentos estanques e as patentes asseguravam a apropriação avara das novas tecnologias. A manipulação dos mercados e das trocas com os países produtores de matérias-primas foi imposta pelas grandes potências aos países do Terceiro Mundo, seus satélites compulsórios. Tudo se somava para manter a riqueza e a pobreza prevaletentes nos mundos do Norte e do Sul.

Era mister que a economia não parasse de crescer. Uma taxa expressiva de investimento tornava possível manter contínuo o incremento do produto. O crescimento da produtividade, decorrente da automação, compensava a elevação da relação capital/produto, comparativamente à mão-de-obra/próduto. Assim, não era atingida a estabilidade social. As flutuações no nível de emprego eram compensadas através do seguro-desemprego.

Malgrado todo o planejamento, a capacidade de consumo, mesmo das populações ricas, não é infinitamente elástica.

A ausência de novos produtos, incorporáveis às exigências da vida comum, e a componente psicológica gerada pelo próprio enriquecimento, alterando o sentido da vida e conferindo maior utilidade marginal ao lazer do que a uma maior fatia de consumo, foram-se transformando em agentes inibidores do mercado.

Adveio a saturação. Configurou-se a crise. Não havia como continuar a crescer além das taxas de crescimento demográfico.

Na trilha do desenvolvimento, para preservar o incremento constante da produção, era mister ocupar o enorme mercado em potencial do mundo pobre.

A política protecionista de reserva de mercado, que suportara o boom de crescimento, começou a evoluir. O princípio de um mundo sem fronteiras, do qual o GATT tornou-se agente, era a vanguarda do exército civil de ocupação dos mercados virgens do Terceiro Mundo.

Todavia, o mundo subdesenvolvido, pobre, não se constituía um mercado capaz de assegurar um regime de trocas à altura das taxas de crescimento necessárias aos países industrializados e supercapitalizados.

Para evitar a estagnação e continuar a crescer, como solução natural e por transbordamento, as grandes empresas começaram a proliferar nos países ainda não desenvolvidos: multiplicavam-se então as multinacionais e as transnacionais.

O fator limitante do mercado não possibilitou, todavia, a sua expansão geométrica horizontal e verticalmente.

A má distribuição de renda e a pobreza não permitiram, no Brasil e praticamente nos países que se estratificaram até o patamar em que ele se situa, que se reproduzisse o modelo que presidiu o progresso do mundo desenvolvido do Ocidente nas últimas décadas. Os lucros e a poupança das empresas que para cá haviam migrado retornavam, sob todas as formas, para os centros financeiros de origem.

Assim, permaneceu o impasse. A ocupação e a distribuição no mundo das multinacionais, resultado de uma maior transferência de recursos para o mundo desenvolvido, já então continuava a acumular-se o capital. Voltavam a acumular-se as poupanças. No entanto, não havia como investir para abastecer e suprir um mercado já saturado.

A exportação de capital configurava-se, então, como única saída. O seu rendimento complementar, nos orçamentos, os gastos sociais com o desemprego, as despesas com armamentos, com as pesquisas, sem retorno ou de retorno remoto.

Canalizaram-se, então, os empréstimos ao mundo pobre. Não podendo investir para os seus próprios mercados, os dólares sobran- tes no mundo supercapitalizado

foram espalhados pela América Latina, pela África e Ásia.

Ora, no mercado saturado, sem poder investir, havia que se procurar países tomadores.

É evidente que nós somos suficientemente adultos para compreender que essas grandes somas que hoje constituem créditos na América Latina, na África e na Ásia, nos países pobres, para cá, para esses países não teriam vindo, se pudessem ser aplicadas com renda razoável nos países desenvolvidos.

Não foi uma condescendência, não; foi o desejo de fazer crescer, foi impossibilidade de aplicar o capital nos próprios países ricos e com o mercado saturado.

Então, o que aconteceu com os países tomadores?

Nos países tomadores, no entanto, os critérios que definiram as prioridades de aplicação dos capitais importados conduziram, na sua quase totalidade, a um completo desastre.

Neles, a defeituosa e injusta distribuição da renda continha o consumo. A expansão da produção estava com os seus horizontes limitados.

O subdesenvolvimento — que caracteriza esta parte do mundo — refletiu-se na área política, em regimes de força, em governo totalitários, em oligarquias político-militares apoiadas pelas elites econômicas, delas voluntariamente dependentes, em troca dos privilégios que, juntos, desfrutavam.

Os financiamentos eram dilapidados. As obras monumentais e suntuosas construídas em uns, a guerra em outros, a corrupção em quase todos não permitiram aos países do Sul gerar uma receita capaz de possibilitar o retorno dos capitais emprestados.

3. A Crise dos Pobres

Adveio a crise dos pobres.

Na hora de pagar as dívidas, adveio também a crise do mundo pobre; era, entretanto, completamente diferente da outra, dos países industrializados e supercapitalizados.

No Terceiro Mundo, a produção é deficiente. Não há saturação de consumo pela sociedade da fome de bens, quer necessários à sobrevivência, quer essenciais ou acessórios. Não há, tampouco, sobra de capital para investir. Há nudez, há falta de habitação condigna, há doença, há fome.

O Brasil, com a potencialidade de que dispõe, com a arrancada que já havia dado para o desenvolvimento, perdeu talvez a maior oportunidade da sua história. Com os recursos fáceis que sobravam no mundo, com a tecnologia disponível, buscando espaço e mercado, se tivesse sabido viver aquela hora decisiva, talvez houvesse galgado o patamar dos países desenvolvidos.

No entanto, é hoje inadimplente lá fora e, mergulhado internamente na hiperinflação, o País enfrenta um processo recessivo que ameaça a sua estrutura econômica e a estabilidade social.

A magnitude da crise e os seus reflexos nas trocas internas e externas agravam-se continuamente a cada nova medida adotada. Cresce a recessão, o desemprego e a inflação. A sociedade brasileira permanece perplexa diante da mistificação dos dados estatísticos, das declarações contraditórias dos que governam, da especulação oficialmente alimentada e estimulada e das denúncias de corrupção generalizada, que vazam das fronteiras do Brasil e, também lá fora, e destroem a credibilidade nacional.

4. O ponto crítico

Vivemos uma hora angustiante.

Os países desenvolvidos, em crise, com o bem-estar de suas populações já assegurado, planejam uma nova política e uma nova estratégia para superá-la. Eles tentarão impor as normas que lhes permitam implementá-las.

Nós estamos sendo planejados lá fora, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Eles estruturam o sistema que lhes restabeleça a possibilidade de continuar

crescendo. Nós, do mundo pobre, somos diferentes deles. Eles têm nível de vida alto, produzem o suficiente para suportar e alimentar o seu povo.

Nós, do mundo pobre, ainda temos espaço para crescer. Podemos ampliar a nossa produção, expandir a capacidade de compra do nosso povo e vencer o estado de carência generalizada em que vivem dois terços de nossas populações.

Nenhum de nós, no entanto, pode adivinhar qual a política, qual a estratégia, qual o programa e qual a ação que vão ser postos em prática pelas potências dos mundos capitalista e socialista, para debelar as suas crises, para superar os seus antagonismos.

Nenhum de nós pode adivinhar por que caminhos eles vão empurrar a humanidade.

Eles podem nos atropelar, conter-nos, enquanto ainda estamos presos à pobreza e com parcelas expressivas das nossas populações vivendo em miséria absoluta.

5. À hora decisiva

É dentro dessa visão do mundo que considero imprescindíveis mudanças estruturais na sociedade brasileira. Tanto para assegurar a justiça e a paz sociais, quanto para expandir a nossa economia, ambas são urgentemente necessárias.

Não creio, no entanto, que isso deva ser feito concentrando na mão do Estado, todo poderoso, a força econômica da Nação.

A atividade econômica, associada às demais que o Estado exerce, as hipertrofias e aumenta a sua eficácia em coação.

O poder de dirigir toda a atividade do homem, concentrado na mão do Estado, gera a intolerância e conduz à corrupção, ao uso do poder pelo proveito, ao despotismo, impondo ao povo condição insuportável de subordinação.

A expansão da força econômica do Estado, no Brasil, e de sua prepotência nos últimos vinte anos, é um exemplo que o povo brasileiro não deve esquecer. O sofrimento que lhe está sendo imposto há de alertá-lo para o futuro.

6. Os caminhos do passado

Vivemos uma época bem diferente daquela quando a Revolução Industrial se processava em um pedaço do mundo. A imaginação criativa do homem havia concebido a biela (vilabequim), transformando o movimento retilíneo em circular; fora descoberto a máquina a vapor. Abriam-se então as perspectivas para os inventos de grande número de máquinas operatrizes. A navegação, com o uso da máquina a vapor, libertava-se da dependência dos ventos e das calmarias.

As novas unidades industriais dos Séculos XVIII e XIX, pela sua maior produtividade, marginalizavam os artesãos e não se constituíam em mercado de mão-de-obra capaz de absorvê-los a todos.

As distorções provocadas no contexto social pelas estruturas geravam desequilíbrios. À base dos parâmetros, então vigentes, eram feitas as projeções para o futuro, evidentemente sem a antevisão do mundo que a inteligência do homem chegaria a conquistar.

A eletrônica, os computadores, a desintegração do átomo e a fissão nuclear, a informática revolucionaram os processos de produção.

A descoberta do ADN, desvendando a química das células vivas, permitiu à criatura humana alterar a sua memória genética e, combinando genes diferentes, dotados de caracteres diversos, gerar novos seres vivos, com características diferentes daquelas que o homem encontrou na face da terra.

Os mundos de hoje e de amanhã são realmente cada vez mais diferentes do de ontem.

Não tem sentido, então, no terreno político-filosófico, continuarmos voltados para os conceitos e as soluções que dividiam os pensadores na análise das fórmulas que deviam prevalecer para equacionar os problemas de um mundo de duzentos anos atrás.

Hoje, cabe-nos buscar viáveis e compatíveis com as novas realidades, tendo em vista que o processo de transformação do mundo se opera cada vez com maior rapidez.

A inadequação à realidade presente, imposta a uma nação ou a um povo, pode comprometer as suas gerações futuras.

No curso da reformulação de estratégias e de fixação de uma nova política que a atual crise impõe aos países industrializados e supercapitalizados, o Brasil não pode ser apanhado com as calças na mão. Não pode sucatear as suas instalações fabris. Não pode levar à falência a economia e acentuar a redução do consumo, já baixo da sua população. Não pode traumatizar, psicologicamente e fisicamente, a sua força de trabalho, pelo desemprego e pela fome.

Se tudo isso ocorrer perderemos o caminho de História e regridiremos do estágio de civilização de cem anos atrás.

Srs. Senadores, procurei fazer uma análise da economia do mundo e da economia do Brasil, fazer sentir que os dólares que vieram para o Brasil, como foram para a Ásia e para a África, eram dólares que não podiam ser aplicados e continuam a não poder ser aplicados no mundo do desenvolvido. Eles não têm mercado para suportar um crescimento exponencial, como suportaram nos últimos três decênios depois da guerra. E, no entanto, nós, subordinados a imposições dos próprios países desenvolvidos, procuramos sacrificar o nosso povo e a nossa gente, baseados em doutrinas e teorias que não têm aplicação no monumento atual no Brasil, como já tive ocasião de salientar, quando sugeri novas medidas para a política econômica brasileira e para a política financeira do Brasil.

O Sr. José Lins — V. Exª me permite um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Exª.

O SR. JOSÉ LINS — Nobre Senador Cid Sampaio, a análise de V. Exª me parece realista, de certo modo, e V. Exª traz, talvez, um dado importante, que é o reconhecimento de que os países desenvolvidos também tiveram, ou têm suas crises.

O SR. CID SAMPAIO — É evidente, Senador.

O Sr. José Lins — V. Exª reconhece que, justamente em função disso, não foi possível a este País aplicar esses recursos dos petrodólares que aí surgiram com a modificação extraordinária que houve no fluxo de dinheiro com a crise do petróleo. E V. Exª tem toda a razão. Eu discordo de V. Exª apenas em algumas observações, por exemplo, quando V. Exª diz que a crise acabou por gerar governos discricionários. Na realidade, V. Exª sabe que aqui no Brasil se deu o contrário, isto é, a crise financeira e o crescimento da dívida foram exatamente acompanhados pelo processo de abertura. Eu discordo também de V. Exª quando diz que esses recursos foram em geral — V. Exª disse de um modo geral — mal aplicados. Acredito, nobre Senador Cid Sampaio, que uma grande parte desses recursos, desses dólares, serviram para manter vivo o País, porque o aumento do custo do petróleo foi tremendo e o aumento da despesa nacional, em dólares, para manter a entrada do petróleo com o crescimento do preço deste combustível foi estúpida, foi de mais de 60 bilhões de cruzeiros a partir de 1973. E a outra parte dos recursos, eu chegaria a dizer que foi muito bem aplicada,

porque aí está Itaipu, aí estão grande obras, Carajás em andamento. Agora, é que a crise que V. Exª reconhece que há lá fora não permitiu que esses capitais aplicados entrassem em regime de produção, e por isso os retornos faltaram e, realmente, nós fomos surpreendidos pela tremenda dificuldade de ver o nosso parque imobilizado, como aí está. V. Exª sabe disso e eu reconheço. Uma outra observação importante, é que esses países lá de fora, na realidade atravessaram duas grandes crises. V. Exª sabe que quando do primeiro choque do petróleo, em 1973 e 1974, os países desenvolvidos que vinham crescendo a taxas positivas, passaram a crescer a taxas negativas. Eles tiveram a sua inflação e tiveram a sua recessão.

O SR. CID SAMPAIO — Por dois anos.

O Sr. José Lins — Por dois anos.

O SR. CID SAMPAIO — Por dois anos completos, transferiram para o terceiro mundo.

O Sr. José Lins — É verdade. Não sei se transferiram, eles aplicavam dinheiro no terceiro mundo. Mas, com a recessão deles, evidentemente, houve reflexos negativos no terceiro mundo. V. Exª, nesse ponto, tem razão. Mas eles tiveram, nobre Senador, duas crises: de recessão e de crescimento negativo do produto....

O SR. CID SAMPAIO — No ano de 1974, nobre Senador,...

O Sr. José Lins — Em 1973 e 1974..

O SR. CID SAMPAIO — Nos anos de 1973 e 1974, os balanços de pagamentos dos países desenvolvidos que apresentaram saldos vultuosíssimos, passaram a apresentar déficit do mesmo montante. Esses déficits eram creditados ao mundo árabe, que teve a primeira canalização de recursos do petróleo. Todavia, esses déficits, um ano depois, desapareciam e eram, como num passe de mágica, transferidos para os países do terceiro mundo. Os nossos débitos, os dos países do terceiro mundo, absorveram a totalidade dos déficits de pagamentos dos países do primeiro mundo, em um ano. Eles nos exportaram os seus encargos.

O Sr. José Lins — Nesse ponto, V. Exª não tem razão, porque a aplicação de capitais árabes nos países desenvolvidos foi imensa. V. Exª sabe que os árabes compraram inúmeras unidades de produção de grande capacidade nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, em toda parte. Portanto, esses capitais árabes, em grande parte, retornaram para aqueles países.

O SR. CID SAMPAIO — Mas os nosso cresceram.

O Sr. José Lins — Apenas mudaram de mão. Mas, o que quero dizer a V. Exª é que os choques de petróleo provocaram duas crises e todos esses países ricos atravessaram duas crises de recessão e queda do produto. Nós não passamos duas crises; crescemos em 1973, 14% e em 74, quando eles estavam em recessão, nós crescemos 9%. Agora, seria impossível que quando as grandes potências atravessavam duas crises, nós não tivéssemos nenhuma! Mas, graças a Deus, nobre Senador Cid Sampaio, V. Exª abre os jornais hoje e já encontra algum sinal de recuperação da economia do País. São Paulo está aí para dizer que há um novo surto de crescimento da produção, o emprego começa a crescer e há uma esperança de que também a inflação decresça. Essa esperança é fundamental para nós todos e, se Deus quiser, nobre Senador Cid Sampaio, se esses países precisaram de um ou dois anos para se recuperar, nos também nos recuperaremos e também alcançaremos as metas a que V. Exª se refere, porque este País tem realmente um destino de crescimento, nós temos potencialidade.

O SR. CID SAMPAIO — A crise é que é grave.

O Sr. José Lins — V. Ex^a tem razão neste ponto.

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço o aparte de V. Ex^a e Deus ouça os seus votos.

O que eu lamento — e chamei a atenção num pronunciamento feito recentemente no Senado — é que com esses juros, com o crescimento dos tributos como estão, o efeito dos juros e dos tributos sobre o preço de venda das utilidades, a ausência de recursos e as medidas que estão sendo postas em prática, eu não creio que a inflação decresça. Para este mês, mesmo, já se está admitindo 10%; decresceu em relação a fevereiro, que foi de 12%, mas isso não quer dizer que a inflação geral do País vá cair. Dentro do quadro atual, se não for mudada a política econômica, eu não acredito na queda da inflação.

Quando, hoje, os jornais noticiam, noticiam uma opinião, refletida em todas as manchetes, de um industrial; ou contestação feita, inclusive, pelo industrial que dirige um grande ramo como os Supermercados Pão de Açúcar, discordando desse, saiu uma notícia pequena. Realmente, é bom que assim aconteça, para crescer o otimismo. Mas, lamentavelmente, Senador, não acredito que só com otimismo nós tiremos o Brasil desta situação.

O Sr. José Lins — É uma pena que V. Ex^a não acredite. V. Ex^a tem razão quanto aos juros. Quem de nós poderia discutir ou contestar isso? Mas, parece-me indispensável, nobre Senador, que o Governo realmente enxugue o mercado, que o Governo acabe com o seu déficit, porque esse é um dos grandes componentes da inflação. Concorro com V. Ex^a que essas medidas são dolorosas e criam problemas...

O SR. CID SAMPAIO — Não são dolorosas, discordo de V. Ex^a, elas estão erradas, nobre Senador. Nós não estamos com a inflação decorrente de excesso de moeda na mão do povo, porque se nós estivéssemos com inflação decorrente de excesso de moeda na mão do povo, não havia crescimento de estoques, não havia fechamento de fábricas. Quem de nós tem coragem de dizer que o povo brasileiro está comprando mais do que comprava, quando fábricas estão com 40% de capacidade ociosa?

O Sr. José Lins — É difícil explicar, realmente, esse fenômeno.

O SR. CID SAMPAIO — Não é difícil explicar. É explicável, nobre Senador.

O Sr. José Lins — Não, V. Ex^a não explica...

O SR. CID SAMPAIO — Explico, Senador...

O Sr. José Lins — Ou então V. Ex^a se perdeu na explicação.

O SR. CID SAMPAIO — Explico, Senador, e é pena que V. Ex^a não tenha ouvido, não tenha gravado a minha exposição aqui...

O Sr. José Lins — Eu a ouvi toda, com muita atenção.

O SR. CID SAMPAIO — Explico, inclusive teoricamente: está teoricamente errada aquela hipótese do Ministro da Fazenda de que ele e a teoria estão certos, e os fatos é que são incoerentes. É um engano perverso porque, na realidade, quem está incoerente é a política do Governo.

O Sr. José Lins — É o que V. Ex^a acha.

O SR. CID SAMPAIO — Senador, nós estamos tirando meios de pagamento. A política do FMI é enxugar os meios de pagamento do Brasil. Quando se enxuga um meio de pagamento, é na presunção de que existe meio

de pagamento demais. Ninguém enxuga o que está seco. Então, quando querem tirar mais meio de pagamento, é tirar mais da mão do povo, o pouco que ele tem. Então, comprime-se o salário, restringe-se o crédito, etc. Isso é medida teórica, quando os recursos monetários...

O Sr. José Lins — V. Ex^a acha que aumentando o meio circulante, a inflação baixa?

O SR. CID SAMPAIO — Não baixa, não.

O Sr. José Lins — É o que parece, pela idéia de V. Ex^a.

O SR. CID SAMPAIO — Não, V. Ex^a é que está concluindo; isso é um sofismo.

O Sr. José Lins — Não, porque parece que V. Ex^a está

O SR. CID SAMPAIO — Permita que eu explique o meu ponto de vista. A moeda, no Brasil, que está equilibrando o fluxo econômico, é insuficiente para equilibrar esse fluxo, porque a grande parte da moeda do Brasil está sendo roubada por um cano ladrão da especulação. O dinheiro que é tirado do fluxo financeiro que deve equilibrar o fluxo econômico, está girando em círculo fechado, fazendo ganhar uns poucos ricos que aplicam em papel, sem engajar um operário, sem produzir nada e tendo lucros enormes. Esse dinheiro que está bloqueado no ciclo especulativo, está faltando no ciclo econômico.

Então, à medida em que o Governo restringe o crédito, tira dinheiro e reduz os recursos, não vai reduzir o da especulação, porque está emitindo, mais letras, está aumentando o da especulação. Então, ele tira do de cá e o de lá cresce; e o de cá está faltando, porque se não estivesse faltando, o povo brasileiro estaria comprando o que comprava há dois ou três anos passados, as fábricas não estariam fechando as suas portas e os estoques não estariam crescendo.

É um absurdo a tese teórica que estão defendendo. Eu citei a fórmula econômica e V. Ex^a pode usar a fórmula econômica de Fisher, de Keynes, de Ricardo, o que V. Ex^a quiser usar, mas em todas elas, o fluxo econômico tem que ser igual ao fluxo monetário.

O Sr. José Lins — Logo, se V. Ex^a aumenta o meio circulante...

O SR. CID SAMPAIO — É um raciocínio fácil de V. Ex^a, mas a questão é que a própria teoria econômica diz que quando o fluxo econômico está sendo aplicado no fluxo monetário e faz até exceção, quando há entesouramento excessivo — dei um exemplo a V. Ex^a, nobre Senador José Lins...

O Sr. José Lins — V. Ex^a então sugere que o Governo intervenha na atividade privada, confisque esses recursos para jogar nos investimentos? V. Ex^a queria que chegassemos a esse ponto?

O SR. CID SAMPAIO — Não, eu demonstrei aqui, nobre Senador: pelos impostos pagos na hora do faturamento e pelos juros cobrados para descontar um título, absorve-se 78% ou 82% do valor de uma fatura. Então, quando algum produtor vende alguma coisa, ele está entregando 82% do que vendeu para pagar juros ao sistema financeiro e para pagar impostos ao Governo. Só fica com 18%, nobre Senador. Então com esses 18% que ele fica, ele não pode manter a sua empresa em funcionamento; e acontece mais uma outra coisa, quando o preço dos produtos, ou melhor, o custo dos produtos sobe, e esse custo sobe porque a própria correção o faz elevar-se diariamente, por que sobe o serviço do governo, porque sobe o dólar, porque sobe o petróleo, portanto, não po-

deria deixar de subir esse custo, essas altas se refletem no preço final, multiplicadas por 5,5. Então, quando um produto sobe Cr\$ 1.000,00 no custo, no preço de venda ele tem que subir Cr\$ 5.500,00; mas, o povo não pode comprá-lo, porque o salário não subiu nessa mesma proporção. Então, a população compra menos, as empresas fecham suas portas, e o governo continua a enxugar o dinheiro em excesso, que não está no fluxo econômico, Senador, mas está no fluxo especulativo. As letras do Tesouro, as ORTNs, que eram no ano passado, no ano atrasado 5, ou 7 trilhões de cruzeiros, estão hoje entre 25 a 27 trilhões de cruzeiros. E, se somarmos os juros que o Governo paga, elas vão chegar a 70 trilhões de cruzeiros no ano que vem, e esses 70 serão novamente reinvestidos no círculo financeiro somente, naquele círculo vicioso que está constantemente, como um ladrão, tirando recursos do setor econômico. Então, a tese monetarista que V. Ex^a defende, de que aumentando o volume financeiro, o volume monetário e o volume econômico devem estar equilibrados, deve mas a questão é que o volume monetário brasileiro não está equilibrando o volume econômico, está, isso sim, elevando o círculo especulativo.

O Sr. José Lins — A especulação de V. Ex^a está exatamente nisso. É que V. Ex^a acredita que, aumentando o meio circulante, esse dinheiro não continue indo para a especulação. Aí é que está o grande engano de V. Ex^a. V. Ex^a acha que, aumentando o meio circulante, esse dinheiro não continue indo para a especulação.

O SR. CID SAMPAIO — Não. Eu não digo que mude, não. Eu digo é que se acabe com a especulação, Senador!

O Sr. José Lins — V. Ex^a me permite? Nesse caso, V. Ex^a quer exatamente que o Governo interfira no mercado.

O SR. CID SAMPAIO — Não.

O Sr. José Lins — Foi esta a pergunta que fiz a V. Ex^a. Nobre Senador, V. Ex^a não pode sair da própria forma que citou. Se V. Ex^a aumenta o meio circulante, V. Ex^a...

O SR. CID SAMPAIO — É dentro dela que eu estou. Eu admiro como V. Ex^a, que é um homem de formação matemática, discute.

O Sr. José Lins — O que eu pergunto a V. Ex^a é como evitaria V. Ex^a, caso o Governo aumentasse o meio circulante, que esse dinheiro também não vá para a especulação que está pagando mais e fosse exatamente para o sistema produtivo; já que V. Ex^a diz que há excesso de moeda jogada na especulação, permita-me pedir-lhe que me dê essa fórmula.

O SR. CID SAMPAIO — V. Ex^a está interpretando mal, a tese que eu defendo é justamente o que estou dizendo, Senador.

O Sr. José Lins — Apenas estou querendo que V. Ex^a explique; estou me baseando na tese que V. Ex^a defende.

O SR. CID SAMPAIO — A tese que eu defendo, é que pare a especulação.

O Sr. José Lins — O que V. Ex^a está falando várias vezes.

O SR. CID SAMPAIO — O que eu quero dizer é o seguinte. Enquanto o dinheiro estiver indo para a especulação, se o Sr. sobe aqui, não é o dinheiro que o Governo está esperando não, ele está restringindo o crédito.

O Sr. José Lins — Terá V. Ex^a a certeza de que não há empresas que estão especulando com os recursos do pró-

prio sistema de investimentos? Não há, nobre Senador? Será que V. Ex^a me daria a certeza?

O SR. CID SAMPAIO — E este é o crime, nobre Senador. V. Ex^a pega os balanços...

O Sr. José Lins — Mas então não é o Governo, o crime é do setor privado!

O SR. CID SAMPAIO — Como não é, se é legítimo?

O Sr. José Lins — Se V. Ex^a acha legítimo, V. Ex^a não tem o direito de reclamar!

O SR. CID SAMPAIO — Ora Senador, a lei existe para todos. Se uma empresa tem recursos que pode empregar ou na ampliação de sua fábrica ou no setor financeiro, criado e oficializado pelo Governo, que o estimula de todos os modos, através da publicidade nas rádios, televisão e imprensas, quer que se vá para ele...

O Sr. José Lins — Mas o que é que o governo tem feito, nobre Senador, senão...

O SR. CID SAMPAIO — Deixe-me concluir, nobre Senador, permita-me concluir a resposta à sua pergunta. Se o Governo até isso faz, se a empresa tem esses recursos, que num momento qualquer são sobranças, ou porque vendeu uma partida, ou porque deixou de comprar matéria-prima, esses recursos deveriam estar guardados em casa ou botar em conta-corrente e não ir buscar aquele juro especulativo que o Governo bota; se o fizesse, só se ele fosse doido e, aí ele deveria ser internado imediatamente, Sr. Senador, e se fecharia a sua empresa em 24 horas.

O Sr. José Lins — Neste caso V. Ex^a chegou à conclusão de que as empresas ganham muito dinheiro.

O SR. CID SAMPAIO — Não, elas não têm dinheiro, as empresas não têm quase nenhum dinheiro. Eu me referi às que têm sobras; e não sofisme, nobre Senador! V. Ex^a está me entendendo, nobre Senador!

O Sr. José Lins — Certamente V. Ex^a acha que esse é o maior volume.

O SR. CID SAMPAIO — V. Ex^a está me entendendo.

O Sr. José Lins — O que eu acho, nobre Senador, é que V. Ex^a identifica bem a crise. A crise existe, está aí para todo mundo ver, mas os remédios que V. Ex^a receitou, talvez piorassem ou agravassem a situação do doente.

O SR. CID SAMPAIO — Mas esses é que estão matando o doente, nobre Senador. Cada dia que passa nós temos mais recessão, cada dia que passa a inflação sobe. Os dados oficiais da inflação, V. Ex^a sabe que nos últimos dois meses, haja vista o seguinte, se V. Ex^a der uma cafiaspirina para o sujeito que tem uma dor...

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não.

O Sr. João Lobo — A minha interferência é para ver se consigo esfriar a discussão entre V. Ex^as. Mas quero prestar um testemunho a V. Ex^a. Eu entendo que a Economia não funciona do mesmo modo em todas as latitudes, em todos os fusos horários, porque senão ela seria muito fácil de ser aplicada, era só pegar a fórmula matemática e botar num país e noutro país. Veja V. Ex^a, eu estava vendo agora o exemplo americano; o Presidente Reagan, aumentando a dívida interna do país, conseguiu baixar tanto a inflação como o desemprego. A inflação que estava em torno de 8,5%, 9% no fim do Governo Carter, está hoje na América em torno de 3,5%, 3,3%, e o desemprego caiu abaixo de 2%. Entretanto, dizem eles, aumentou o

débito interno, a dívida interna do país cresceu. Então, não vejo nenhuma relação entre o crescimento da dívida e a inflação ou o desemprego.

O SR. CID SAMPAIO — Isso é da teoria econômica, ilustre Senador. Se uma inflação ocorre por excesso de demanda, o caminho é tirar o dinheiro. Agora, quais são os sintomas de uma inflação por excesso de demanda? O povo compra cada dia mais, os preços das coisas sobem porque não existe uma oferta suficiente para cobrir a demanda crescente, não existem estoques, e a tendência das empresas é aumentar a sua produção para ganhar mais, atendendo àquela demanda excessiva que se processa. Nessas horas se diz: há inflação de demanda, e a medida é tirar o dinheiro da demanda, tirar o dinheiro que está provocando esse excesso de demanda. Eu pergunto a V. Ex^a, olhe para o quadro brasileiro: nós estamos com excesso de demanda? O povo está comprando cada vez mais? As fábricas estão sem estoque? As fábricas estão ampliando a sua produção para atender a uma demanda crescente? Resonda-me, Senador: Estão?

O Sr. José Lins — Não estão.

O SR. CID SAMPAIO — Então, não há inflação de demanda. Então essa inflação vem de outro canto. O que é que está provocando a inflação? São estes juros e esse governo no mercado financeiro que fazem subir os custos todos os dias, com o próprio imposto, e o próprio juro multiplicados por 5,5; os incrementos de custos refletem, no final, um nível exorbitante.

Eu dei um exemplo, aqui, na última vez que falei, de um produto qualquer, eu exemplifiquei até um fardo de tecido, um fardo de papel que custasse cento e oitenta mil cruzeiros; calculei os impostos sobre eles, calculei os juros do desconto dos títulos, e cheguei à conclusão de que se houve um incremento no seu custo de cento e oitenta mil cruzeiros, este incremento vai refletir no preço final em novecentos e noventa e nove mil cruzeiros, portanto, cinco vírgula cinco vezes mais, e peguei o salário de um homem que ganhasse sessenta mil cruzeiros, que é o salário mínimo; ele, com três salários, comprava o fardo. Ele, tendo um aumento de cento e quarenta e três por cento, que foi o aumento do ano passado, e provavelmente será o deste ano, ele ganharia quanto? Ganharia quase duzentos mil cruzeiros. Então, ele precisaria seis salários para comprar o mesmo fardo de tecido por novecentos e noventa. Então, todos nós estamos vendo. Olhem a inflação aí, o que está subindo, está fácil de ver, agora. Tira o crédito desta gente. Agora, V. Ex^a dirá: "Nada! Tira o crédito dessa gente. Aperta mais essa gente, e fecha mais. O povo gasta menos, e o desemprego é maior". Essa é a receita do FMI. Realmente, quanto menos nós gastarmos internamente, mais dinheiro sobra para pagar. Quanto menos nós importarmos, mais dinheiro sobra para pagar. Eles recebem mais depressa, que é o que eles desejam. Mas nós! Deixa de ser crime econômico para ser crime de lesa-pátria, porque nós vamos enfiar este País no buraco se não mudarmos essa política. Senador José Lins, V. Ex^a entendeu meu raciocínio?

O Sr. José Lins — É difícil entender uma contradição, nobre Senador, porque V. Ex^a, ao mesmo tempo que admite que o aumento do meio circulante aumenta os preços, V. Ex^a acha que nós vamos combater a inflação aumentando o meio circulante. Pelo que eu vejo, V. Ex^a defende a emissão de dinheiro pelo Governo, o aumento da despesa do Governo, portanto o aumento do déficit público que, evidentemente, é uma das grandes causas da inflação, reconhecida por todo mundo, e V. Ex^a invalida todo o esforço do Governo. Nobre Senador, V. Ex^a há de convir que crise é crise; não há ninguém que não sofra na crise. Agora, V. Ex^a também tem que entender que a crise não é infinita no tempo.

O SR. CID SAMPAIO — Se ela é agravada, ela não desaparece.

O Sr. José Lins — V. Ex^a não tem razão quando diz, primeiro, que não há esse surto de esperança, por exemplo, no mercado de São Paulo. A indústria automobilística está aí para comprovar não só o aumento de produção, como de vendas, como de emprego. Mas não são mais empresários isolados, são sindicatos. Eu digo isso, nobre Senador, porque ainda hoje o jornal diz o seguinte: "Se a inflação deste mês ficar em menos de 10%, nós vamos ter uma queda da inflação". O que eu estou querendo é chamar a atenção para uma coisa muito importante, que é a componente psicológica da inflação. Se nós desanimamos, se nós injetamos o desânimo, nós não vamos conseguir nada. As medidas do Governo estão corretas. Agora, são dolorosas? São. As empresas estão sofrendo? Estão. Mas ninguém sai de crise impunemente. Como sabe V. Ex^a, até os países desenvolvidos tiveram o seu momento de crise.

O SR. CID SAMPAIO — Nobre Senador José Lins, V. Ex^a entendeu o meu ponto de vista. Está de acordo com ele, Senador?

O Sr. José Lins — Permita-me V. Ex^a. Sabe V. Ex^a que no caso dos Estados Unidos, o Presidente Ronald Reagan aumentou tremendamente os impostos.

O SR. CID SAMPAIO — Não compare remédios para doentes diferentes.

O Sr. José Lins — Não devemos comparar. Mas aumentou impostos.

O SR. CID SAMPAIO — Não! Diminuiu os impostos.

O SR. CID SAMPAIO — Não! Diminua os impostos. Desculpe-me V. Ex^a. Cresceu o déficit público, mas não aumentou o imposto. Ele baixou os impostos. Agora, nobre Senador, eu vou dar um exemplo claro.

O Sr. José Lins — Diminuiu as despesas com a Previdência Social, V. Ex^a sabe disso, e tomou outras medidas.

O SR. CID SAMPAIO — Mas ele fez isso por pura estratégia.

O Sr. José Lins — Agora as condições americanas são completamente diferentes das nossas.

O SR. CID SAMPAIO — São diferentes. Estou discutindo o Brasil. Agora vou dar um exemplo para que V. Ex^a não continue a dizer que estou pregando coisas que se conflitam.

O Sr. José Lins — É a impressão que tenho. V. Ex^a parece estar desanimado.

O SR. CID SAMPAIO — É uma impressão estranha. Mas, Senador, vou dar um exemplo agora dentro da Física, na qual V. Ex^a é especialista. Vamos transformar a moeda em água e, suponhamos, que dentro de um tanque d'água que todo o País usa, usa para todas as suas utilidades, alguém tirasse dessa água e levasse para um lugar onde só houvesse um grupo que não participasse da vida do País — e o grupo está lá, está bebendo, está tomando banho, está gastando e está colocando em piscina. Agora, como diz V. Ex^a, vamos tirar água porque a maior quantidade de água aumenta o desperdício d'água. É o que acontece. O exemplo que dei, nobre Senador, foi o seguinte: se o País estivesse emitindo dinheiro e mandando-o para uma ilha deserta, onde um grupo que não participa do sistema econômico do País, estivesse utilizando esse dinheiro em jogos de roleta, etc. esse dinheiro não teria qualquer influência sobre o dinheiro que

estava aqui, que está desenvolvendo o País. Então, o dinheiro brasileiro que devia custear ou financiar as operações econômicas — como se podia levar esse dinheiro para essa ilha deserta — está sendo levado através de um cano ladrão para esse grupo que está jogando na especulação e que não aplica esse dinheiro no circuito econômico, porque quando o Governo emitia Letras do Tesouro e ORTNs para pagar déficit público, esse dinheiro era inflacionário...

O Sr. José Lins — Eis aí a contradição de V. Ex^a.

O SR. CID SAMPAIO — Não é contradição! Permita-me concluir, porque senão V. Ex^a, me interrompendo, vai combater um moinho de vento: ainda não terminei meu raciocínio!

O Sr. José Lins — V. Ex^a me perdoe, pode concluir seu raciocínio.

O SR. CID SAMPAIO — Quando o Governo emitia ORTNs e LTNs e tirava dinheiro do público mas pagava a Despesa Pública, este dinheiro voltava para a circulação econômica e tivemos inflação de demanda, nós vivemos inflação de demanda num determinado período. Mas, na hora em que o Governo passou a emitir letras para pagar letras e criou-se esse círculo vicioso de dinheiro no mercado especulativo, observe V. Ex^a o seguinte, nobre Senador: quando alguém aplica um milhão no mercado de capitais no fim de 6 meses esse milhão já está valendo 2 milhões e fica lá dentro, e esse dinheiro que o homem aplicou no mercado de capitais, ele tirou do monte que está servindo no círculo econômico. Então, está faltando dinheiro aqui e o outro está lá. A tese que estou defendendo não é se jogar mais dinheiro aqui, deixando a coisa como está, porque ele vai todo para lá! Vai para lá por quê? Porque interessa mais, dá mais lucro. Nunca defendi isso; o que digo é que precisamos acabar com o sistema especulativo.

O Sr. José Lins — Muito bem, estou de pleno acordo com V. Ex^a Mas daí a concluir que o Governo...

O SR. CID SAMPAIO — Mas Senador, se o Governo continua agora a tirar recursos desses que estão servindo o sistema econômico que já está em falta — porque as fábricas estão fechando, o homem está comprando menos, o homem está passando fome — se ele tira através da contenção do crédito, que é a arma que o Governo está tirando e não está tirando do outro, essa tirada é errada porque piora a agrava o problema todo o dia. É isso que está acontecendo, que está agravando e está aí a resposta.

Senador, nesses dois primeiros meses do ano, dizem os doutrinadores do monetarismo que a expansão do crédito deve ser, no máximo, igual à inflação, próxima da inflação, para evitar que ela cresça. Nesses últimos dois meses a inflação estava em 213%, a expansão do crédito só chegou a 27% ao ano, 2% ao mês. Em lugar da inflação descer, subiu! Então, está visto que o remédio não é este, o remédio está errado.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não.

O Sr. José Lins — Se a emissão foi igual à inflação, é claro que está realimentando a inflação, nobre Senador. Por outro lado, V. Ex^a quer combater a especulação. Estou de pleno acordo.

O SR. CID SAMPAIO — Não defendi a tese. O que eu disse é que os teóricos defendem isso. Para que não haja depressão...

O Sr. José Lins — Mas é claro desculpe-me V. Ex^a Mas é evidente que V. Ex^a deseja combater a especulação, como eu também. Mas o que não entendo é que V.

Ex^a pense que, pelo simples fato de o governo permitir um maior fluxo de meio de pagamento, esse dinheiro, nessas circunstâncias, não vai para a especulação.

O SR. CID SAMPAIO — Mas eu não aconselhei isso; V. Ex^a é que não entende.

O Sr. José Lins — V. Ex^a não pode garantir que se o Governo aumentar os meios de pagamento, esse dinheiro não vai para a especulação. Então, acho que o Governo está certo e tenho esperança de que tudo dê certo.

O SR. CID SAMPAIO — É que o Governo está tirando de onde não deve.

Suponhamos que nós tenhamos dois tanques d'água aqui, Senador.

O Sr. José Lins — O único jeito aí, seria o próprio Governo investir.

O SR. CID SAMPAIO — Com licença, deixe-me terminar o raciocínio.

Este, está servindo para o povo beber e tomar banho, e está faltando. O povo não está tomando banho todo dia, está comendo menos, as fábricas estão fechando porque está faltando água neste tanque. No outro não, está cheiozinho! Chega o Governo, o que faz? Diz: "— Olha, a inflação está alta, vamos tirar mais água desse tanque". Então, essa gente morre de sede, não toma mais banho e morre de fome, Senador, porque falta água completamente. Se o Governo insiste em tirar água desse tanque, deixando o cano, o ladrão roubando água para o outro, aí ele rouba tudo, Senador! Então, ou se acaba com a especulação, ou a inflação cresce e o Governo continua a tirar água de onde não tem água e a matar o povo de sede, Senador! Acho que agora V. Ex^a não encontra contradição no que estou dizendo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, já me estendi longamente sobre este assunto e quando me estendo, não é para discutir com o ilustre Senador José Lins, a quem admiro e sou amigo. O meu objetivo é...

O Sr. José Lins — Mais admiro eu a V. Ex^a

O SR. CID SAMPAIO — ... fazer sentir aos Senadores desta República que nós estamos descendo à alta velocidade no despenhadeiro, e se nós continuarmos a descer, nós vamos cair lá no fundo, ou se as medidas não estão certas, aplica-se e o resultado não dá certo e nós continuamos como meros espectadores, nós vamos ser co-responsáveis pelo desastre final.

Portanto, eu faço dois apelos ao Senado, sugeri várias medidas, que julgo pela experiência, pela dedicação e o estudo de quase uma vida toda, poderem ajudar a solucionar o problema brasileiro. Todavia, eu nem sequer posso encaminhar essas medidas. Elas são inconstitucionais dentro da Constituição que foi feita, para centralizar o Poder na mão do Executivo. Precisamos reformar essa Constituição, e se insistirmos em não reformá-la, não intervimos nisso, não intervimos no processo, é porque não queremos, porque somos dependentes, por qualquer motivo, de alguma força maior. Mas a história nos cobrará no futuro — se nós não alterarmos a Constituição imediatamente, possibilitando ao Parlamento condições de reformá-la, se nós não fizermos essa modificação nos permitindo legislar sobre todos os assuntos que hoje estão levando o Brasil ao precipício, o Senado da República é co-responsável por todos esses males e fatalmente serão cobrados no futuro, pela História, por essa omissão ou por essa dependência. É isso, que eu sem procurar ferir a ninguém e, se me entusiasmo, é porque a gravidade é tão grande, o perigo que vejo é tão iminente, que eu sou forçado a me tomar pelo entusiasmo e buscar ou para permitir que possamos, juntos, buscar uma solução. E a tese que eu defendo é a seguinte: ou o Parlamento brasileiro se une, supera divergências, supera dissensões do passado, supera interesses de qualquer natu-

reza, para lutar exclusivamente pelo interesse maior e salvar este País, ou, então, o Senado vai compartilhar com a responsabilidade de ter assistido, omissa, ao desenrolar de uma crise cujo fim nenhum de nós pode prever.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

— Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES PRONUNCIÁ DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, por permuta com o Senador Martins Filho, ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sou o último orador mas, como se diz, os últimos serão os primeiros. Espero que o apelo que irei formular agora encontre a ressonância almejada.

Atendendo os clamores dos que se dedicam à atividade extrativista da borracha e a sua comercialização, venho pedir às autoridades responsáveis que voltem os seus cuidados para esses angustiados patricios, em face da incerteza que estão vivendo, pela falta de financiamentos a sua produção.

Custa-me crer nesse estado de abandono a que estão relegados no momento, em face do atraso das operações de crédito que já deveriam ter sido contratadas, entre os meses de dezembro de 1983 e janeiro do corrente ano, através do Banco da Amazônia, fulcro do desenvolvimento regional, em torno do qual sempre girou essa atividade, pois nasceu ele sob os auspícios da borracha, quando da hecatombe dos anos 1939/45.

De quem a culpa? Do BASA, ou do Banco Central, repassador dos recursos para esse fim? Quais os motivos que têm contribuído para esse indiferentismo prejudicial a toda a Amazônia e em particular ao Estado do Acre?

Essa política parece até paradoxal num país que foi o primeiro produtor de borracha do mundo e tempos depois passou à condição de importador para atender ao nosso parque manufatureiro, sangrando o nosso erário de divisas escassas, principalmente nessa fase difícil do Brasil de hoje. O consumo industrial vem aumentando de forma considerável, daí exigir assistência financeira aos seringais nativos que suprimam as nações aliadas na II Grande Guerra, quando o bloqueio naval não permitia o transporte dessa matéria-prima do centro asiático produtor às indústrias americanas.

E esses mesmos produtores que, com ingentes esforços no pós-guerra, continuaram produzindo para o Brasil economizar divisas nas importações, para corresponder às necessidades de suas indústrias, parecem esquecidos e abandonados à sua própria sorte. Não desejo discorrer sobre o passado, ainda que recente. Outrossim, quando o poder do indiferentismo procurou subjugar esse comércio tradicional, que foi a razão do povoamento da Amazônia, a pertinácia dos que ali se encontravam superava os óbices. Ainda é tempo de salvar os poucos que ainda, obstinadamente, continuam nesse *métier* que já se vai tornando até antieconômico em face da rígida política creditícia aplicada. Faz-se necessária maior compreensão para essa classe abnegada que quer produzir para a sua sobrevivência, porém muito mais em prol do País, não obstante as dificuldades arrostandas, inclusive nos tempos atuais. Peço aos responsáveis pela política econômico-financeira socorrerem os produtores de bor-

racha que sempre souberam retribuir os compromissos assumidos. Que se façam imediatamente seus financiamentos, mesmo retardados, para ainda poderem se abastecer pelos rios, embora esses já comecem a dar sinais de vazante.

E paralelamente a esse apelo, urge um tratamento diferenciado, como sempre advoguei, para essa classe, no momento em que os acessórios sobre os financiamentos tiveram uma alta elevadíssima em relação aos anos anteriores, onerando-os fundamente. Mesmo considerando como trabalho artesanal, ainda representa uma boa soma de economia de dólares, pela redução do produto importado para atender à demanda industrial. É necessário ir ao encontro dos anseios desses empresários que, como os demais, representam os esteios do desenvolvimento glerário. E no Estado do Acre, de onde retornei há poucos dias, senti, repito, a angústia de que se acham tomados esses heróicos empresários da selva, ao lado de seus seringueiros, também atentos ao seu labor cotidiano, produzindo essa matéria-prima fundamental para o Brasil.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer.

O Sr. Gabriel Hermes — Nós, V. Exª e eu, há mais de meio século vivemos o problema da borracha. Quando começava eu minhas atividades, no ano de 1924, com meu pai, em seu estabelecimento comercial, no Pará, e mantinha ele um sócio, exatamente em Brasília, no seu Estado do Acre, veio a grande crise e arrasou a economia pela segunda vez, de maneira violenta, com a queda da borracha, novamente, a preço totalmente vil. Aí senti o patriotismo daquela gente que ali vivia. Recordo-me de meu pai voltando de uma viagem, que lhe custou trinta e poucos dias, para alcançar de Belém a Rio Branco e a outras localidades onde ele mantinha negócios, comércio, aquilo que se chamava aviamentos, daqueles que, de Belém, mandavam produtos e recebiam, em troca, quase sempre, só borracha. De lá para cá, quanta luta, Sr. Senador! Lembro-me que muitos anos depois, de 1951 a 1954, eu que havia vivido esse drama da borracha, feito pelo Presidente Getúlio Vargas, Presidente do Banco da Borracha, tive então a honra de poder transformá-lo em Banco de Crédito da Amazônia, banco este que continua sendo o que nos restou da guerra. Isso quando podíamos ter explorado a borracha, com o enriquecimento, e passamos a vendê-lo como um produto para os aliados, por um preço vil, para sermos, ao final da guerra, abandonados; e só mesmo o patriotismo nosso salvou o que restou da borracha para nós — o banco. Esse banco — sabe V. Exª — não vem recebendo o apoio devido; e mais grave é saber que não vem recebendo o apoio devido o seringalista, o seringueiro, o comerciante, muitos herdeiros daqueles que conseguiram anexar ao território brasileiro o que é hoje o Estado do Acre, um rico pedaço de terra, que ainda há de assombrar, sem dúvida nenhuma, o Brasil e o mundo, como assombra, hoje, o nosso pedaço de Pará, que se chama Carajás, mostrando que a Amazônia é realmente uma terra de riquezas minerais, uma terra de riqueza em madeiras, que não estamos sabendo aproveitar, uma terra de riquezas em rios que dão energia. O Acre também está fadado a isso; e quando os brasileiros olharem devidamente para aquele pedaço de terra, e fizerem um planejamento mais sério, e derem um apoio mais seguro, será também o Acre um Carajás, será também um pedaço para servir de cartão de visita e de amarra do que temos no Brasil para dar ao mundo. V. Exª tem razão em defender os seringueiros; V. Exª tem razão em apelar para que se apóie o produtor de borracha, e conta com a nossa colaboração, sem dúvida nenhuma necessária.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado. Senador Gabriel Hermes. V. Exª, nesse seu aparte, para mim de grande significação, fez até uma retrospectiva, e me levou à década de 1930, quando criança, quando toda a Amazônia, e o Brasil, de um modo geral, em especial a Amazônia — quero me referir à Amazônia — enfrentou aquela grande crise que amedrontava a qualquer Caim, todavia os seringalistas se mantiveram à frente de seu trabalho, obstinadamente, produzindo, mantendo seus seringais vivos até os dias atuais; muitas vezes incompreendidos, ao longo dos anos, mas mesmo assim eles se tornam indiferentes e voltados, exclusivamente, à produção.

Espero, portanto, que as autoridades atuais, responsáveis pela nossa economia, voltem seu olhar àqueles homens que têm sido os responsáveis pela produção de borracha, economizando divisas, mormente nesta época difícil para o Brasil, já que ele precisa de importação, para suprir o seu parque manufatureiro.

Quero, também, nesta ocasião em que V. Exª me honrou com o seu aparte, dizer que V. Exª foi um dos presidentes, no início do banco, quando o banco ainda era incipiente com "c" e com "s", e V. Exª soube comandá-lo com energia e com probidade; e sem querer menosprezar os seus antecessores ou os seus sucessores, é preciso repetir que se o Banco da Amazônia, hoje, atravessa essa dificuldade, é resultante da atenção que lhe está faltando.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tratarei de outro assunto.

Aproveito a oportunidade para registrar que no dia 23 assistí, feliz, a cerimônia de entrega de 165 títulos de terras a pequenos agricultores, tornando-os dessa forma proprietários de suas glebas e dando-lhes a garantia necessária, inclusive para financiamentos e outras vantagens previstas na legislação fundiária. Participamos, mais uma vez, de um encontro desse porte, graças à política fundiária adotada pelos governos revolucionários, a partir do saudoso Marechal Castello Branco, o iniciador dessa benfazeja reforma agrária, continuada pelos seus sucessores Costa e Silva, Médici, Geisel e pelo Presidente João Figueiredo, agora através de seu Ministro Danilo Venturini, tendo no INCRA seu ponto de apoio e como executor dessa política o dinâmico Paulo Yocota; e no Acre, é ela aplicada, com especial discernimento, pelo Coronel Marne Paiva.

Dessa maneira vai o órgão cumprindo a sua finalidade, dentro do pensamento brasileiro, espelhado na frase de Kennedy:

"Se a sociedade livre não puder ajudar os muitos que são pobres, não poderá salvar os poucos que são ricos."

Portanto, sem demagogia, dentro do respeito aos nossos patrícios mais carentes, processa-se no Estado acreano a almejada reforma agrária, e que há alguns anos foi lançada pelo saudoso governador e depois Senador José Guimard dos Santos, quando administrou o então Território no período de 1945/50. E me orgulho em proclamar que o meu governo, nos anos de 1966/1971, e dentro da lição do líder José Guimard, com a mesma sensibilidade, foi ao encontro daqueles necessitados de terras, comprando-as e distribuindo-as sob o critério recomendado pelo bom senso e de forma indistinta.

Desta tribuna, secundo a minha saudação aos beneficiários que, devidamente conscientizados, saberão honrar os títulos recebidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

As amortizações das prestações da casa própria e dos empréstimos hipotecários constituem, hoje, um dos mais

angustiantes problemas dos mutuários, respectivamente, do Sistema Financeiro de Habitação e do Sistema de Financiamentos e Empréstimos Hipotecários.

Se na maioria dos países desenvolvidos as habitações estão condicionadas a fatores climáticos e/ou dificuldades de aquisição de tipos de material de construção, entre nós, o problema maior é de natureza econômica e reside, especificamente, na crescente dificuldade, para a maioria dos mutuários brasileiros, de manter em dia seus compromissos com a CEF ou com as entidades financeiras concessionárias de financiamentos e empréstimos, em virtude da diminuição cada vez maior do poder aquisitivo da grande maioria do povo brasileiro, provocada pela inflação galopante que lhe corrói a economia.

O Sistema Financeiro de Habitação, criado pela Lei nº 4.380/64, com a finalidade de propiciar condições favoráveis ao povo para adquirir a casa própria, representa, hoje, um grande logro por ser um sistema elitista, sofisticado, complexo, extorsivo e gerador de inflação.

Os preços das chamadas casas populares contruídas para atender à demanda das classes de baixa renda, com o escorchante aumento dos juros e da correção monetária estão acima dos seus minguados recursos financeiros.

A casa própria é um sonho acalentado por todo chefe de família, além de representar um direito fundamental de todo homem, conforme reconhece o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sua aquisição, portanto, não pode ser uma utopia.

Mas, enquanto não for possível a cada brasileiro adquirir seu próprio imóvel por falta de recursos ou de financiamento (no Brasil existe, ainda, um déficit de mais de 7 milhões de moradias), incumbe ao Governo promover a construção, através do BNH, do maior número possível de unidades imobiliárias e facilitar ao mutuário do SFH todos os meios possíveis para que ele possa saldar seus débitos para com os agentes financeiros.

Em agosto de 1982, o ex-presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, reconhecia que o Sistema Financeiro de Habitação, após 18 anos de existência, ainda não havia atingido suas finalidades, e admitia que o mesmo vive um processo de sedimentação que está longe de ser terminado, seja na sua estrutura, seja na consecução de seus objetivos sociais (*Folha de S. Paulo*, 4º cad. 8-8-82).

Ainda no mesmo ano, vários empresários que atuam no setor da construção, manifestaram suas preocupações com a crescente escassez de recursos para a habitação.

Em recente pronunciamento proferido no Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, o mesmo ex-presidente do BNH prevê que o SFH corre o risco de tornar-se inviável dentro de um a dois anos se a inflação não for contida ou se não forem adotadas medidas capazes de compatibilizar as disponibilidades do mutuário com as prestações devidas.

Todos sabem que o SFH foi concebido para uma economia em desenvolvimento normal, ou em crescimento, sem índices incompatíveis de inflação como ocorre presentemente no País. O resultado é que o tripé que sustenta as operações do sistema poupança — retorno dos investimentos e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — estão evoluindo com sérios acidentes de percurso.

Com índices tão elevados de inflação, como os registrados nos últimos anos, agravados pelas altas taxas de desemprego, subemprego e rotatividade da mão-de-obra, não só aumentou o volume de inadimplência no SFH como os saques do FGTS, levando este sistema a regime pré-falimentar.

Alguma coisa, portanto, precisa ser feita no sentido de se alocar um maior fluxo possível de recursos para o Sistema Financeiro de Habitação.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estamos encaminhando à Mesa um projeto nesse sentido, com a finalidade de cooperar com o Sistema Financeiro de Habitação.

O presente projeto, sobre consubstanciar uma medida capaz de contribuir para que, a curto prazo, possa dispor de apreciável soma de recursos financeiros, vem contribuir para consolidar, solidificar o nosso Sistema Financeiro de Habitação.

O mutuário brasileiro não deseja "dar um tiro na cabeça", como propôs literalmente o presidente do Banco Central, como forma de acobertar sua dívida, através do seguro do BNH. Ele quer amortizar suas prestações financeiras e seus compromissos hipotecários, mas, sem precisar retirar da sua mesa o alimento indispensável para si e para seus filhos.

O projeto em apreço apresenta mais um instrumento eficaz para que o SFH possa colimar seus objetivos. Afinal, o Brasil tem uma poupança que é a quarta do mundo e uma economia que, *malgré tout*, ocupa um lugar de destaque entre as economias dos países em desenvolvimento.

Assim, Sr. Presidente, o nosso projeto dispõe sobre o pagamento dos financiamentos dos contratos imobiliários do Sistema Financeiro de Habitação e do Sistema de Financiamentos e Empréstimos sobre Garantia Hipotecária, e esse projeto vem ajudar por um lado o mutuário e, por outro lado, contribuir também para melhorar a caixa do BNH, pois propomos que o mutuário do Sistema Financeiro de Habitação, de que trata a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e do Sistema de Financiamentos e Empréstimos sobre Garantia Hipotecária que tenha recolhido mais da metade do prazo do contrato de financiamento imobiliário ou hipotecário poderá quitar o respectivo saldo devedor com desconto de 50%.

Assim, Sr. Presidente, nós acreditamos estar contribuindo para minorar por um lado as aflições dos mutuários que chegam aos milhões neste Brasil, e, por outro lado, contribuir no sentido de que o Sistema Financeiro de Habitação não entre em falência como está ameaçado de entrar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MÁRIO MAIA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

LEI Nº 4.380, DE 21-8-64

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Art. 1º O Governo federal, através do Ministro do Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Falando sobre o fornecimento de sangue aos hospitais, o médico José Pedro Tomé Neto, chefe do Serviço de Coleta e Distribuição de Sangue do Instituto de Saúde do Distrito Federal, salientou que esse atendimento é um problema de segurança nacional, devendo ficar a cargo do Estado, evitando-se que o interesse do lucro prevaleça sobre o objetivo prioritário que deve ser a saúde.

Advertiu que no Rio de Janeiro e em São Paulo os bancos não promovem um controle rigoroso, utilizando reações imprecisas, por serem mais baratas, contribuindo,

do, assim, para aumentar a incidência de doenças transmissíveis pela transfusão, como a sífilis e a hepatite.

Essa incidência tem diminuído muito desde quando as doações deixaram de ser remuneradas, majoritariamente os doadores procedentes das classes de baixa renda, mais vítimas por doenças contagiosas.

Tal a opinião daquele médico, enquanto a proprietária do único Banco de Sangue de Brasília, Maryse Bittencourt Coelho, que abastece os hospitais do Distrito Federal, defende a compra do sangue, apontando-a como um meio de controlar a saúde de uma parte da população à mingua de assistência médica.

Em Brasília, há mais de dezesseis mil doadores cadastrados no Hemobanco. A proibição da venda de sangue reduziu violentamente o número dos doadores, apelando-se para que os candidatos à transfusão levem pelo menos duas pessoas como doadores.

Uma análise dessas opiniões e dos fatos que as suscitam revela que a comercialização do sangue resulta numa receita marginal para milhares de pessoas, principalmente desempregados e subempregados, que buscam os bancos de sangue para obter um pouco de dinheiro, destinado primariamente à compra de alimento.

Esse dado é bastante preocupante, demonstrando que a pobreza geral do proletariado urbano transforma as inspirações mais generosas de uma doação voluntária em objeto mercantil, tanto mais grave esse recurso quanto é certo que o custo, para o organismo, do sangue doado ou vendido é superior ao valor de várias rações alimentares.

Somos favoráveis à proibição da venda do sangue destinado às transfusões, mas tememos que isso possa resultar numa oferta insuficiente, prejudicial à saúde pública. Tendo-se que voltar ao sistema anterior, que seja exclusiva a operação pelos bancos de sangue dos hospitais da Fundação Hospitalar, das Forças Armadas e do IPASE, pois a presença do Estado diminuirá, no caso, a mercantilização do sangue.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por diversas vezes, ocupando esta tribuna para defender os mais legítimos interesses do meu Estado, tenho me referido, com minúcias, a respeito da tipicidade da região amazônica, com as suas características próprias e inconfundíveis, em razão de que venho reclamando um tratamento diferenciado e especial para aquelas paragens distantes, onde somente a compreensão exata das suas realidades pode determinar o comportamento do homem, as suas atividades e a sua maneira de agir, de trabalhar, de viver.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, volto a me dirigir às autoridades federais, a fim de pedir-lhes providências imediatas para um problema cíclico que, repetindo-se todos os anos, ameaça permanentemente a sobrevivência das populações e a combatida estrutura econômica da região.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao problema das enchentes, verdadeiro flagelo que assola o já por si só sacrificado viver das comunidades amazonenses, especialmente aquelas instaladas às margens dos rios, desenvolvendo um labor econômico primário, sujeito ainda aos caprichos de uma natureza imprevisível e até mesmo hostil, com rios que, à época das cheias, transformam-se em verdadeiros monstros devoradores das barrancas e dos beiradões, levando tudo de roldão na fúria incontrolável das águas.

O Baixo Amazonas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, já está começando a sentir a proximidade desse flagelo terrível, com a subida vertiginosa das águas prenunciando que, este ano, a enchente deverá ser mais catastrófica do que a do ano passado, eis que as marcas anteriores já foram ultrapassadas, provocando intranquilidade e desassossego, notadamente entre os pequenos pecuaristas da várzea, a esta altura já dominados pela insegurança, preparando apressadamente as suas marombas, prontos para receber o golpe destruidor das águas que, a cada dia novo, aumentam o seu volume, rugem como uma cavalcada de hipogrifos, enquanto aqueles pobres irmãos comecem a perder noites de sono, pensando nos compromissos assumidos com os financiamentos bancários e, em última análise, com a própria sobrevivência.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entendendo que é sempre muito melhor prevenir do que remediar, quero dirigir um apelo, em nome das populações ribeirinhas do Amazonas, ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que S. Exª determine aos órgãos especializados que realizem, com a maior brevidade, um exame metódico da situação que começa a se delinear no Amazonas, de modo a que providências possam ser estudadas, com larga margem de antecedência, a fim de que sejam evitadas as improvisações de última hora, com os conhecidos atropelos que delas decorrem comumente.

É necessário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, agora que o problema está ganhando corpo, pensar em providências concretas e objetivas para superá-lo, ou pelo menos contorná-lo, já que ninguém tem condições de evitá-lo, considerando a inevitabilidade das enchentes em rios que, não possuindo ainda leito definitivo, movem-se como serpentes sinuosas, arrastando ilhas, derrubando barrancas, destruindo pastos e plantações.

Que o Sr. Ministro da Agricultura, portanto, encarando uma realidade que não pode ser modificada, ensejando consequências que são sobejamente conhecidas de todos nós, diligencie urgentemente no sentido de que planos e esquemas comecem a ser montados, de modo a que, quando chegar o momento da grande cheia, já esperado por todos, os nossos pecuaristas não se vejam abandonados, sem saber o que fazer nem a quem recorrer, vendo os seus pequenos rebanhos sendo dizimados pelo furor das águas, pelo que faço questão de repetir, enfaticamente, que é sempre muito melhor prevenir do que remediar. E os pecuaristas do Amazonas esperam confiantes que essas medidas preventivas sejam tomadas com a premência que o caso requer.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o falecimento ocorrido precisamente há um mês, no dia 27 de fevereiro passado, perdeu a Bahia um dos mais autênticos valores culturais e humano do nosso país, o jornalista e escritor Adroaldo Ribeiro Costa, cuja atuação como editorialista na A TARDE, de Salvador, tornou-o credor da mais sincera admiração e respeito de todos quanto tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Sensatez, equilíbrio e objetividade eram as características dos seus apreciados editoriais nesse grande órgão da imprensa brasileira.

Homem de extraordinária cultura e grande coração, foi, certamente, "Hora da Criança" — obra por ele imaginada e realizada, e à qual se dedicou, por inteiro, durante aproximadamente 40 anos, uma das razões fundamentais do grande prestígio intelectual, efetivo e sentimental que granjeou, proporcionando-lhe, inclusive, uma inegável ressonância nacional.

Membro do Conselho Estadual de Cultura e de inúmeras outras entidades cívicas, culturais e filantrópicas,

o professor Adroaldo Ribeiro Costa, criador da "Hora da Criança", continua sendo alvo desde o seu prematuro falecimento, de manifestações de apreço e saudade em todos os seguimentos da sociedade, reunindo as autoridades e a imensa legião dos admiradores que, quotidianamente, aplaudiam os seus editoriais e pronunciamentos, através de A TARDE, principalmente na coluna que manteve, durante quase 30 anos, "Conversa de Esquina", a qual se transformou, por assim dizer, numa autêntica tribuna do pensamento baiano.

Levando em consideração a excepcional categoria cultural, o mérito pedagógico e o profundo significado educativo da "Hora da Criança", o ilustre Governador João Durval Carneiro decidiu construir na área cedida há alguns anos para esse programa, o teatro Adroaldo Ribeiro Costa, homenageando, dessa maneira, concreta e definitivamente, o inesquecível e ilustre incentivador do teatro infantil, na Bahia, possivelmente dos maiores que o Brasil já conheceu, cuja obra teatral, no âmbito da literatura infantil pode ser comparada à de Monteiro Lobato.

A obra de Adroaldo Ribeiro Costa contribuiu, à semelhança do pioneiro e mestre incomparável que foi Monteiro Lobato, para redimensionar o teatro infantil no Brasil.

A oportuna e significativa decisão do Governador João Durval Carneiro Permitirá a continuidade da obra de Adroaldo Ribeiro Costa, assegurando-lhe perenidade, com um teatro especialmente voltado para a formação, educativa e moral, das crianças baianas.

Dessa iniciativa, irradiar-se-á de Salvador, para toda a Bahia e o Brasil, uma benéfica, pujante e crescente influência cultural, a partir do teatro a ser construído pelo Governo do Estado.

Convém acentuar que, desde 11 de setembro de 1979, já se encontrava disponível numa área de sete mil metros quadrados, nos termos do decreto de doação, da Prefeitura de Salvador.

O referido terreno, situado na avenida Juracy Magalhães Júnior, conforme projeto do vereador Osório Vilas Boas, aprovado pela Câmara Municipal de Salvador, destinava-se à construção da sede própria da "Hora da Criança".

Seria demasiado longo relatar todas as homenagens tributadas ao teatrólogo e escritor Adroaldo Ribeiro Costa pelas figuras mais representativas da sociedade baiana.

Homenagens justas e consagradoras, prestadas a uma das mais notáveis expressões do jornalismo brasileiro, que nobremente dedicou toda a sua vida às crianças, às boas causas, e à defesa dos supremos interesses da sua terra e da sua gente.

Desejo, portanto, associar-me a essas manifestações de apreço e saudade, solicitando a incorporação ao texto destas ligeiras considerações, da Mensagem do ilustre Relator Chefe de A TARDE, Jorge Calmon, aos seus colegas de redação, (divulgada na A TARDE, de 28 de fevereiro) e do magnífico artigo que escreveu sobre Adroaldo Ribeiro Costa, também publicado na A TARDE, de 14 de março de 1984.

A fim de que se possa bem avaliar as dimensões da personalidade de Adroaldo Ribeiro Costa, solicito, também, a incorporação do pronunciamento formulado pelo Conselheiro Remy de Souza, ontem, na sessão especial em sua homenagem, no Conselho Estadual de Cultura, assim como dos artigos da página a ele dedicada pela A TARDE, em seu caderno especial de hoje, de autoria de Édio Sousa — "Os meus fantasmas queridos"; Consuelo Pondé de Sena — "Desaparece o nosso Cronista"; Hermano Gouveia Neto — "Adroaldo, Educador"; Guilherme Hupsel de Oliveira — "Adroaldo"; Giralda da Silva Santana — "Vazio deixado"; Alina F. Costa Marques — "E agora?" e Magela Cantalin — "Soneto para adroaldo".

Eram estes os Comentários que desejava formular, como uma sincera homenagem póstuma ao valoroso homem de bem e educador exemplar que foi Adroaldo Ribeiro Costa, meu amigo, contemporâneos por ocasião dos nossos estudos acadêmicos na Bahia ele, na Faculdade de Direito, e eu, de Medicina. Relembro, com saudade, neste instante, os pronunciamentos que fiz transcrevendo, nos Anais do Senado, crônicas de sua autoria (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

A tarde — Terça-feira, 28 de fevereiro de 1984.

UMA MENSAGEM DO REDATOR-CHEFE DE A TARDE

Do Rio de Janeiro, onde se encontra, o jornalista Jorge Calmon, redator-chefe de A Tarde, enviou-nos esta declaração:

"Ausente de Salvador, nestas últimas semanas, estou sabendo, profundamente consternado, do falecimento de Adroaldo. As circunstâncias, ao longo da vida, contribuem, às vezes, para ampliar a nossa família, dando-nos irmãos pelo afeto. Adroaldo estava neste caso. Além do sentimento pessoal, lamento sua morte pelo enorme claro que seu desaparecimento representa para tantos setores da cultura baiana, a começar pela imprensa e estendendo-se pelo teatro, pela música, pela história, pelas letras e pela sua sincera e intransigente defesa do nosso patrimônio. Caracterizou sua atuação em todas estas áreas pela irrepreensível honestidade, aliando a este predicado a bondade, o espírito público e o notável bom senso. Lamento não menos pela infância, que perde seu pai adotivo, o antigo e incansável educador, que, durante quase 40 anos, complementava pela arte, através da Hora da Criança, a formação intelectual de meninos e jovens. Lembro, ainda, a sua permanente contribuição para o desenvolvimento do esporte baiano, a melhoria de cujos padrões era a sua preocupação, sendo que o seu clube predileto deve-lhe o hino mais popular de Salvador. Estarei presente, em pensamento, aos seus funerais, participando do apoteose com que a Bahia certamente consagrará, embora tardiamente, os seus inesquecíveis serviços.

A todos os companheiros de A Tarde transmito as expressões de minha solidariedade por essa perda que a todos nós afeta tão fundamentalmente."

SOBRE ADROALDO

Jorge Calmon

Adroaldo é um biografável (conjuguemos a palavra da moda) à disposição de quem tenha acompanhado a sua múltipla atividade, distribuída pelos numerosos campos da inteligência e da sensibilidade a que o talento eclético o conduziu. Algum dia — que desejamos próximo —, qualquer dos seus amigos ou admiradores se lançará a essa tarefa, com o entusiasmo que o afeto e a saudade se encarregarão de manter constante na realização do complexo trabalho. E Adroaldo bem que o merece, e espera. Não que cortejasse a notoriedade, enquanto viveu. Despretensioso, autêntico, avesso a todo artificialismo, via-se que se contentava com a satisfação íntima proporcionada pelo trabalho bem feito. Dava-se por pago com isso. Mas não lhe desagradava que lhe fizessem justiça. E recebia as homenagens (a derradeira delas proveio de Edivaldo Boaventura) com visível contentamento, embora sem quebra da naturalidade e do feito bonacheirão

que o caracterizavam e tornavam tão amena a sua companhia. Por isso, onde quer que hoje esteja o seu espírito — e acredito que no céu, o destino dos bons —, haverá de ler, algum dia, depois de muito procurar os óculos (que freqüentemente esquecia em minha mesa de trabalho, depois de combinarmos sobre o que iria escrever), o romance escrito de seu romance vivido, aprovando trechos e discordando de outros, que não teriam sido bem assim.

Criador de técnicas para incutir nas crianças o gosto da cultura, autor e diretor teatral, compositor, músico (que também era), escritor e cronista, jornalista, poeta, historiador, professor (expunha com fluência e verve), folclorista, contador de estórias, todas essas faces de Adroaldo Ribeiro Costa e de seu legado comportariam capítulos de uma biografia que está para ser encomendada a uma das testemunhas de sua vida; estudo que haverá de ser entremeadado de passagens sobre o homem que ele foi, intelectualmente realizado, mas existencialmente infeliz. Porque, salvo a infância e a adolescência em Santo Amaro, ao tempo do pai — um inteligente autodidata que fundara um ginásio acreditado —, e no período da mocidade, quando o futuro prometia emoldurar as ambições de sucesso com o amor de uma companheira e um lar próprio, a sorte foi-lhe, daí em diante, freqüentemente adversa, no que diz respeito à sua vida particular, confinando-o, por fim, na solidão de uma velha casa (remodelada ainda há pouco, graças, sobretudo, ao carinho de amigos, dentre eles Antônio Pithon, Paulo Segundo e Arthur Luís Couto), uma solidão apenas compensada pela assistência quase maternal de duas mulheres que muito o estimavam, esplêndidas na sua solidariedade. Ali, o trabalho, entre os livros, foi o seu conforto e o seu consolo. Tinha por pérfido companheiro o cigarro, ilusório estimulante cuja dependência finalmente abandonou quando já instalada de maneira irreversível a doença que há dias lhe causou a morte.

Como é natural, conheci de Adroaldo principalmente o seu desempenho como jornalista. Creio que nunca foi repórter, pois a notícia não era o seu forte, nem o motivo maior do seu interesse na profissão. Era um grande comentarista. Quando já enfermo, raramente podia vir ao jornal, para entregar pessoalmente o editorial e a crônica. Recebia de Cruz Rios ou de mim, pelo telefone, a sugestão do assunto. E quando o motorista do jornal chegava à sua casa, o editorial já estava pronto.

Redigia com facilidade, sua linguagem era límpida e correta, possuía sobretudo uma notável habilidade para transitar pelos assuntos mais delicados sem cometer excessos ou impropriedade, mas empregando rude firmeza quando isso era necessário. A quase totalidade dos editoriais de A Tarde (os comentários mais destacados, que este jornal publicava no alto da 4ª e hoje da 6ª página) foram de sua autoria, nestes últimos anos. Muitas vezes invocava exemplos históricos (pois sabia História muito bem) para fundamentar o desdobramento do artigo. Por isso, já que também trabalho no ramo, algumas ocasiões lhe adverti, fraternalmente, quando um daqueles editoriais provocava repercussão mais viva, através de cartas de apoio chegadas à redação:

"Seu Adroaldo, vai ver que estão pensando que este editorial foi meu..." Ao que ele retrucava, com a risonha bonomia que lhe era peculiar: "Não tem importância. Foi o título que você deu..."

No dia do seu aniversário, quando chegava ao jornal, vinha logo reclamar o meu abraço. Um abraço longo, apertado, de coração contra coração. Abraço de irmãos.

Lembranças como estas acodem-me neste momento à memória quando falo sobre ele. São lembranças que esvoaçam sobre minha saudade, muito mais indelévels que as letras gravadas na máquina pela fita preta com que escrevo.

A Tarde — terça-feira, 27 de março de 1984
CONVERSA COM ADROALDO

Remy de Souza

O Conselho Estadual de Cultura realizou sessão especial em homenagem a Adroaldo Ribeiro Costa, que foi um dos seus componentes, a qual teve o comparecimento de pessoas da família, amigos e colaboradores e participantes da Hora da Criança. Foi orador o conselheiro Remy de Souza, que proferiu as palavras que a seguir publicamos. Transcorre hoje o 30º dia do falecimento do saudoso baiano, sobre cuja figura e atividade divulgamos vários artigos na página de capa do caderno 2. Foi esta a oração do professor Remy de Souza no Conselho de Cultura:

Quis o nosso presidente Wilson Lins, por nímia gentileza dele, que eu fosse, nesta tarde de homenagem do Conselho Estadual de Cultura a você, o intérprete de todos nós, seus companheiros deste Conselho, pela sua passagem desta para a outra melhor vida.

Alegou como justificativa, para grande honra minha, ser eu um filho espiritual seu. Esse reconhecimento me sensibiliza e galardoia pois, de fato, deste agrégio Conselho sou o único a possuir a felicidade de haver sido duplamente seu discípulo: nos bancos escolares do velho Colégio Marista, ao Canela, e como participante ativo da Hora da Criança durante muitos anos. Com emoção leio a sua dedicatória a meu exemplar do seu livro **Igarapé**, hoje uma das relíquias de minha biblioteca: "Remy, você é da Família Real H.C. Esta história é também sua, portanto. Com a estima do velho companheiro Adroaldo Ba. 27-7-82".

Quero, então, para desobrigar-me da nobre missão atribuída pelo presidente Wilson Lins, trazer a este cenáculo da cultura baiana o meu depoimento pessoal, sincero, humilde, afetivo, mas sobretudo veraz sobre sua pessoa e sua obra. Você merece a homenagem da verdade. Realmente, poeta na medula dos ossos e na massa do sangue, você foi das criaturas mais diretas e menos formais deste planeta. Portanto, seria trair a sua doce memória falar-lhe de maneira protocolar.

Não vou discursar, meu bom Adroaldo, você não merece isso! Vou conversar com você, lembrar aos que hoje nos ouvem e lerão amanhã, o seu espírito brilhante, evocar a sua alma amorosamente baiana, seu modo de ser anticonvencional, macunálmico por excelência, vale dizer, brasileiro genuíno, com todas as qualidades e defeitos que esse tipo humano implica: nem dedutivo latino, nem indutivo saxônico, mas intuitivo tropical e sul-americano.

Homem telúrico, a sua carreira já surge como que traçada pelo ambiente em que você nasceu, um soteropolitano de Santo Amaro. O velho Arlindo, seu pai, que cheguei a conhecer encanecido mas lépido e firme, orgulhoso dos três filhos que tinha, sempre estava presente nos grandes momentos da Hora da Criança que era o prolongamento natural das famílias de todos os componentes do movimento criado e dirigido por você. Arlindo Costa era merecidamente o seu ídolo e exemplo de brasilidade, pois, nos idos de 1928, ainda na República Velha, portanto, tivera a coragem louca de abrir o Ginásio Santamarense para a educação de seus três filhos e dos muitos filhos alheios que, sem ele, não teriam tido educação adequada.

Lembro-me de que, em aula, você costumava repetir o provérbio chinês "o maior ignorante pode apontar o caminho da escola". Sem dúvida, aí era o exemplo paterno que o inspirava.

A Universidade Vidu, como bem dizia Viraldo Sena, um dos beneficiados de seu pai, foi a escola primária, média e superior, porque escola da vida, para muita gente boa da terra baiana dos canaviais.

Uma vez mais se confirma o dito de Victor Hugo, outro imenso poeta de sua estima: "Abrir uma escola é fechar uma prisão". Inegavelmente, o germe de sua vo-

cação pedagógica você o adquiriu no lar paterno. Abençoado lar, querido amigo, e justificado motivo de orgulho seu e exemplo para todos nós, brasileiros, de iniciativa tenaz de um homem de bem que beneficiou generosamente a muitos. Bendita seja a memória de Arlindo Costa, seu Vidu!

Mas o tempo passa e a vida continua. O trio dos meninos Ribeiro Costa, os três B — bom, bonito e barato — porque simpáticos, trocavam por pouco dinheiro em programas radiofônicos, foi crescendo e virando gente.

Você, Adroaldo, se forma bacharel em direito pela velha Faculdade de Joana Angélica, então uma verdadeira escola superior de estudos gerais na época em que a Bahia ainda não dispunha de uma Universidade. A velha escola lhe deu assim o embasamento de uma mundividência bastante sólida para enfrentar a vida com a necessária bagagem intelectual. Mas a sua vocação profunda não era o Direito porque suas entranhas não suportaram jamais as agruras deste mundo cão. Lembro-me que, certa feita, você me contou a desilusão pela profissão de advogado, cedo surgida quando um pobre cliente seu, dos primeiros e talvez o último, preso e maltratado em ignóbil masmorra, se pendurou na sua lapela suplicando: — "Me tira daqui, doutor!" E você o viu morrer à míngua logo depois, antes mesmo de ser julgado o *habeas corpus* seu em favor dele.

Por essas e outras, você como eu (mais um traço-de-união entre âmbos) desdenhando menos a ciência jurídica do que a profissão de advogado, optamos pela tentativa de salvar o homem antes do crime pela sua educação, como pregava Victor Hugo.

Vem daí o seu encontro com o imenso irmão Gonzaga dos Maristas. Entre os dois estabeleceu-se uma simpatia à primeira vista. No jovem que lhe vinha pedir trabalho no Colégio Nossa Senhora da Vitória, o fardo do educador religioso de pronto detectou um promissor espécime do mesmo ofício. O irmão Gonzaga Régis logo arranhou aulas em horário compatível para você e essa amizade jamais foi desmentida ao longo dos anos. Quando, muito depois, as suas atitudes independentes e seu entusiasmo por Monteiro Lobato o fizeram tachar de comunista por uma ala obtusa do catolicismo baiano, foi ele dos mais ardentes defensores seus junto ao cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, grão Chanceler da nascente Universidade Católica do Salvador. Ele inclusive não aceitou o seu pedido de demissão quando você lhe pôs o cargo à disposição.

Em questão de religiosidade, aliás você sempre foi um típico latino-ibero-americano, dos que se confessam ateus graças a Deus.

Livre pensador nas discussões de fim de jantar, você consagrou a Hora da Criança à Nossa Senhora da Conceição, em cujo templo o vigário monsenhor Manoel Barbosa, seu velho amigo, celebrava as missas de aniversário do movimento.

Nisso não há contradição. Apenas sublinham tais atitudes, aparentemente antagônicas, o claro-escuro da alma humana.

Foi nos Maristas que nos conhecemos. E como eram agradáveis as suas aulas! Você nunca foi historiador no sentido acadêmico, mas, o que é bem mais importante no ensino médio, sempre foi um grande contador de histórias. Suas aulas passavam sem sentir, porque o exímio conversador para quem, textualmente, "a história era um passeio no tempo", começava o ano letivo nos convidando, a partir daquele momento, a passar, a passear com ele no tempo. E que belos passeios fizemos sem cansar, guiados pela sua imaginação!

Lembro-me igualmente do primeiro abraço seu que recebi por um discurso inflamado feito no teatro do colégio, em dia festivo, proclamando, com o perdoável pancho de meus verdes anos, algo assim: "Colegas, como Peter Pan, digamos ao mundo que nós somos a juventude eterna!"

Você gostou da frase, achou eloquente minha fala e me abraçou com entusiasmo. No fundo eu não menti e por isso digo agora a meus filhos e alunos: "Vocês são brasileiros do século XXI. Preparem-se para tomar conta desse imenso País que só precisa é de brasileiros do tamanho dele. Vão mais a frente do que nós, seus pais e educadores. Isso de ser igual aos pais é um insulto, é considerar vocês coisas e não gente. Nada disso, jovens! Vocês têm de ser melhores, bem melhores do que nós, seus pais e professores! Se vocês, na minha idade, não forem melhores nem souberem mais do que eu, sentir-me-ei um fracassado já que os degraus das escadas são para serem ultrapassados".

Mas o fato é que o tal discurso inflamado de moço fez o saudoso irmão Plácido, seu fã e diretor de peças escolares em que eu representava papéis dramáticos com toda a seriedade de meus 15 a 17 anos, incumbir-me de ir felicitá-lo, em nome da turma do 1º ano colegial, pelo estrondoso êxito do primeiro **Narizinho**.

Fui, então, com uns colegas, em uma ensolarada manhã de domingo, ao seu programa na Rádio Sociedade da Bahia, lá no velho prédio tombado da Rua Carlos Gomes. Quando disse a que vinha, você me pôs o microfone nas mãos e eu disse que desejava ser um súdito do reino encantado das Águas Claras, para ser governado eternamente por Narizinho e o Príncipe Escamado.

Desde esse dia, você realizou meu desejo e fui participante de várias jornadas cênicas da Hora da Criança.

Cumpra aqui que se diga; o segredo do seu êxito era justamente você não ter segredo nenhum. Sua pura espontaneidade é que fazia seu sucesso entre nós, jovens. Digamos que você não mentia porque não sabia como.

Era menos virtude adquirida do que jeito próprio seu de ser. A Hora da Criança, nascida e crescida sem planejamento, foi a mais espontânea escola viva brotada neste solo tropical nordestino. Em **Igarapé** você contou a história dessa teimosia. Eu vivi alguns lances inesquecíveis dessa bonita aventura nos bastidores do teatro, que era meu lugar de predileção. O que até hoje me interessa no teatro não é ser artista do tablado, mas escrever textos, expressar meu pensamento através de atores, conhecer as regras da carpintaria teatral, a arquitetura interna das peças. Essa oportunidade de viver dentro do arcabouço de um espetáculo eu a tive na Hora da Criança, como muitos outros jovens tiveram a de cantar, declamar, tocar, expandindo assim seus talentos.

Outro aspecto altamente positivo da Hora da Criança era a absoluta democracia sem demagogia reinante no seu ambiente. Filhos de rico, pobre ou remediado, de preto, branco ou mulato, todos conviviam irmanamente no mesmo ideal artístico e sem o menor constrangimento, quer representando no palco, com verdadeira consciência profissional, quer ajudando na chamada "estiva", isto é, trazendo mudanças de cenários e contraregrando a turma miúda num trabalho anônimo muito estimulante.

Não entrarei aqui na discussão acadêmica de saber se você foi ou não o fundador do teatro infantil brasileiro: é questão de história literária complexa demais para ser resolvida aqui e depende do ponto de vista em que o observador se coloca.

Certamente, para nós baianos, você foi quem deu a oportunidade, indistintamente a todos os jovens que o procuraram, de cultivar a própria vocação artística sem estrelismo, tão prejudicial nessa idade. Nunca houve meninos prodígios na Hora da Criança. Por outro lado, do ponto de vista literário, **Narizinho**, sua peça melhor acabada, é uma obra-prima no gênero e um marco na história do nosso teatro.

Sintetizando, você costumava dizer que "teatro para você era como mulher: de ambos, gostava mesmo era de tudo"!

E por falar em mulher, abordemos esse delicado capítulo de sua vida íntima.

Todos que o aproximamos, sabemos de sua extrema sensibilidade.

Dou aqui uma vez mais o meu depoimento pessoal. Um dia, lá no DESC — Departamento da Educação Superior e da Cultura, que eu então dirigia, você confidenciou que amara e noivara com uma jovem, tendo já planos de casamento à vista e plena equiescência de ambas as famílias, sua e dela. Porém, cedo morre a linda menina de seus sonhos, vítima de algo como leucemia, coisa de que naquele tempo nem se cogitava. Morte tida por isso como misteriosa, fatal, romântica e nunca mais você se refez do golpe. Fãs não lhe faltaram depois e até noivas permanentes, o que atesta uma instabilidade afetiva que aquele golpe na juventude talvez explique. Não me chame de indiscreto por eu aqui e agora recordar, aos que ouvem esta nossa conversa na esquina da imortalidade, uns versos seus para sua eleita, desaparecida cedo demais.

Eles corriam copiados de mão e mão e eram recitados com deleite e ternura por nós, integrantes da Hora da Criança e admiradores seus, versos esses que, mais do que minhas palavras, dirão do verdadeiro tom de sua paixão:

Distância

Adroaldo Ribeiro Costa

Meu amor:

Tão longe estás de mim,
que não te ouço a voz,
que não te vejo,
nem sinto mais o fogo do teu beijo,
e a maciez de cetim
dos seus cabelos.
O que eu daria para vê-los,
novamente esses olhos que, apaixonadamente,
me olharam tanto, tanto,
que já não sabia mais se eram teus
ou se eram meus.
O que eu daria...
A minha vida inteira,
em troca de um só dia...

Nós... passou querida!
Agora... eu. Só.
E vou vivendo a tortura desta vida,
tão inútil sem ti que foste...
Para onde, amor?
Que não te vejo,
Nem sinto mais o fogo do teu beijo,
e a maciez de cetim
dos teus cabelos?
Onde estás, amor? Onde!...
Brincando de esconde-esconde,
levaste-me a felicidade para longe,
e esperas sorrindo,
que eu vá buscar o brinquedo
que nós dois,
em segredo,
fizemos,
e não pudemos
depois
brincar...

Não vê, amor?
Estou seguindo...
Sem parar jamais... Jamais!
E não te aflijas. Vê:
não estou sorrindo?
Ninguém, nunca mais,
me viu chorar.
E bem sabes porque:
Eu sei que te verei ainda,
eternamente bela,
eternamente jovem,
eternamente linda...

E como sei, querida,
que isto é certo,
bendigo o tempo que me leva a vida,
murmurando,
a cada minuto de dor
que vai passando:
Estou mais perto, amor!...
estou mais perto...

Hoje, já agora reunindo a dona desses versos e grande eleita de seu coração juvenil, dê um beijo por todos nós nessa princesa distante de mais um conto de fadas nordestino...

Falemos agora dos seus defeitos, querido amigo, para dar-lhe de público a sua verdadeira dimensão humana e para que não transformem em panegírico as minhas palavras de simpatia e compreensão por sua pessoa e obra o que seria uma verdadeira ofensa a sua doce memória.

E se assim procedo é porque de você mesmo ouvi pela primeira vez a história do menino que, cansado de só ouvir elogiar os mortos, perguntou ao pai:

— Papai, onde é que se enterram os maus?

Falo, portanto, como mortal e pecador e não como juiz, pois, cedo aprendi no catecismo que não cabe ao barro, julgar o barro mas só a Deus. Digamos em resumo, portanto, que você, como qualquer criatura normal — nem anjo nem besta como diria Pascal — teve todos os defeitos de suas qualidades. Eu compararia o seu egoísmo primário como o do fabulista francês, Jean de La Fontaine, a respeito do qual você escreveu programas radiofônicos em que eu recitava algumas fábulas no original e você traduzia e comentava para a gente miúda de nossa terra aquelas imortais histórias de bichos. O título sugestivo que você escolheu para essas aulas vivas de literatura, que o IRDEB poderia reprisar, era "Monsieur de La Fontaine vient cheznous" (O Senhor de La Fontaine vem em nossa casa).

Ora, La Fontaine boêmio, desligado de tudo, até da família, para só pensar em sua arte, viveu as fábulas dele como você viveu a *Hora da Criança*, isto é, integralmente. Você nunca pensou nos outros porque também nunca pensou em si mesmo. Viveu sempre pela Criança com C maiúsculo com o devotamento louco de um cavaleiro andante pela Dama distante de seus pensamentos fiéis.

É uma opção de vida que a ninguém cabe censurar. Talvez os psicólogos interpretem seu devotamento à criança baiana como mecanismo de compensação por não haver construído um lar. Todavia, a coisa me parece mais complexa e o destino de um homem não se enquadra jamais em uma simples teoria, por mais engenhosa que ela seja.

Também o terrível acidente que mutilou seu rosto e lhe roubou a vida de um sobrinho dileto foi um duro golpe que só o seu amor à vida fez superar com muito esforço.

É claro que depois disso você ficou mais ácido de trato sem, contudo, perder aquele coração de manteiga que o fazia tão querido. Digo-o eu que neste mesmo recinto com surpresa recebi de você pontadas de agressão verbal por motivos de somenos, logo a seguir desanuviadas em abraços sentidos e comovedores depois da sessão, como se nada houvesse ocorrido. Esse era o Adroaldo de sempre: um combativo-afetivo, um adulto cheio de traços do espírito de infância, até nas malcriações.

Para mim, quem melhor resumiu sua carreira profissional, querido Adroaldo, foi o nosso confrade James Amado quando o definiu como "um grande animador cultural". É isso mesmo. Até como jornalista, dos mais velhos cronistas de *A Tarde*, foi essa sua capacidade em fazer de uma coluna diária um encontro de idéias e de pessoas, uma conversa de esquina que virou uma tribuna livre, um verdadeiro canto dos oradores o "speakers corner", de Hyde Park da imprensa baiana, um ponto de encontro da baianidade, o que permitiu-lhe sustentar por tão longo tempo uma carreira de cronista geral.

De fato, você sempre veicula com igual paixão e muito espírito democrático e equidade, tanto as idéias próprias como as alheias. Seu senso de liberdade tinha pouco de filosófico e nada de dogmático. Lembrava mais o vôo livre de um pássaro do que o andar decidido de um homem. Sensitivo mais do que reflexivo, o clima mental de liberdade era o único em que você podia respirar normalmente. Daí sua incapacidade visceral e inata de pertencer a qualquer seita, partido ou grupo fechado que não fosse um clube de futebol, este por definição, muito aberto.

Quero, para terminar meu punhado de reminiscências pessoais a que muitas outras e melhores virão por certo juntar-se para formar a poliantéia a que você, caro amigo, tem direito pelo muito que fez e legou à Bahia, quero resumir o seu pensamento em alguns "flashes" significativos, verdadeiras marcas de fábrica de seu espírito cintilante. Começo com uma de suas frases características e das que mais me impressionaram até hoje: "O que falta na vida é a música". E você desdobrando a idéia: "Quando a gente assiste a um filme, uma ópera ou um programa de televisão, a música sublinha e acompanha cada passo da ação até o paroxismo, enlevando a alma da gente. Mas na vida corrente é bem diferente. Nada, nada mesmo vem emprestar o enlevo de um fundo musical aos dramas humanos mais pungentes". Realmente, a sua alma de poeta jamais se acomodou nem conformou com o prosaísmo da vida. Você tinha horror do chão cotidiano, por isso sintonizava tão bem como a alma infantil, mágica, pura e alada.

Outro pensamento seu digno de registro é a letra do Hino do Colégio Nossa Senhora da Vitória, os Maristas de Salvador, que rezava assim, se não me falha a memória:

"Salve escola oficina sadia
Que aprimora o valor juvenil
Tu te esforças de noite e de dia
Num labor incessante e febril
Sob as bênçãos do amor de Maria
Para dar cidadãos ao Brasil

Aí está síntese de tudo quanto se espera da escola. E que dizer do Hino da Hora da Criança, senão, que é todo um programa pedagógico e uma política educacional? "Enquanto nós cantarmos haverá Brasil". Frase mais linda dispensa exegese pela graça de seu enunciado e frescor de sua mensagem de amor e esperança.

Mas é o Hino da Bahia, seu clube esportivo de predileção, que consagrou sua veia poética perante o povo todo desta sua terra.

Por isso termino minha fala com ele, parafraseando-o. Tal como o povo torcedor da turma tricolor canta nos estádios e nas ruas: "Mais um Bahia, mais um Bahia, mais um título de glória!..." eu também termino esta minha conversa com você na esquina da eternidade elevando minha súplica aos céus, e aqui, estou certo, em nome da Bahia em peso:

— "Mais um Adroaldo, Senhor Deus Onipotente. Para alegria deste torrão e felicidade da criança brasileira, Pai celestial, não deixe órfãos por muito tempo os meninos da Bahia. Mande-nos mais um Adroaldo, Senhor!..."

A TARDE

Fundador: Ernesto Simões Filho
Salvador, Bahia — terça-feira, 27 de março de 1984
Caderno 2

O SEGUNDO PAI DE TODAS AS CRIANÇAS

A Tarde — terça-feira, 27 de março de 1984

OS MEUS FANTASMAS QUERIDOS

Edio Souza

Não fiquei para o seu sepultamento. Estive no velório até o quanto a minha emoção pôde ser controlada

Toquei-lhe a mão num gesto de despedida, como a lhe dizer adeus e senti o gelo da morte na sua fria epiderme. Voltei para a nossa velha e amada Santo Amaro varando com o meu velho fusca a madrugada morna do Recôncavo. E todos os meus fantasmas me acompanharam nesta viagem de retorno. Dentro da névoa dos meus pensamentos os vultos surgiam como imagens animadas de cinema ou tevê. Todas as faces dos amigos trespassados apareceram nítidas e me fitaram do outro lado da bruma onde a luz dos faróis se esfumava dentro da noite.

Todo mundo tem os seus fantasmas queridos que desfilam no vídeo da memória em momentos assim. Os meus são inúmeros, incontáveis, que, às vezes, penso serem mais vivos, mais reais e muito mais consistentes do que os que, respirando e tocáveis, se movem em derredor de mim neste incommensurável picadeiro da vida. Tantos amigos amei e já se foram, mas que ainda povoam a minha vida interior, o mundo das minhas lembranças, que fico a imaginar a grandeza do poder da evocação; será que eles passaram mesmo quando ainda os vejo tão reais e tão presentes num simples ato de recordar? Assim estarão vivos, assim queira ressuscitá-los, o que sempre ocorre, e às vezes, sem ao menos desejar ou ter a mínima intenção voltada a esse objetivo. E lá surgem eles emergindo do fundo do poço da memória... São tantos, meu Deus! Meu pai, meu irmão, meus dois filhos, meus amigos — Juca, os dois Zezinhos, Salles e Velloso, Joaquim Santana, o gênio que morreu tão moço, o meu poeta Nestor, Cloves Lopes, Barrinhos, Zé Burgos... são tantos os que acodem em revoada como andorinhas aos desvãos dos beirais pelo entardecer... A todos amei com sincera emoção. Não me cansei de haver me dado a eles e sei que do mesmo modo eles se dedicaram a mim em igual medida de afeto propiciando-me o pábulo, a hóstia da sincera e aliciadora amizade. Quanto os amei e quanto deles recebi em afeição — a moeda cunhada em ouro puro de amizade, e foi tanta que me considero, no particular, um marajá dos mais opulentos.

Agora, lá vai você Adroaldo, meu velho Doc. Deus foi bom para com você, lhe permitindo trabalhar até o fim e morrer sem deixar transparecer, mesmo nos momentos mais difíceis sob o guante da dor exacerbada, sinais de desespero até o instante, o derradeiro instante do seu transpasse para a eternidade. Girnália, sua amada verônica, devotada e fiel companheira, contou-me, entre lágrimas, a serenidade com que você transpôs o limiar. Não podia morrer de outro modo quem tanto se deu em ternura e afeto e tanto soube aquecer como fornalha o coração humano.

Eu sei que estarei como sempre, lá no sítio da Pedra com as velhas porteiras escancaradas à passagem do seu fusca e sempre na atalaia do seu imenso e envolvente abraço, pronto a varar a noite, a enorme e acolhedora noite santamarense, e praticar “a brincadeira que está ficando rara na convivência humana: brincar de conversar sem reservas mentais, nem atitudes estudadas, tudo franco e sincero”, de acordo com a magna carta que você souhou instituir para reger a utopia que você imaginou fundar — “O Estado Livre da Pedra”.

Sim, estarei sempre à sua espera, mano, para finalizarmos aquela conversa que prometemos um ao outro, — se permitido for, um dia reatar.

Ou será que a memória é o limite da eternidade da frágil e trágica criatura humana?

Assim, por enquanto, até breve e deixe-me agora enxugar os olhos molhados do rócio da saudade caído nesta madrugada indormida na noite do seu passamento.

Você foi um bravo. Você soube lutar até o fim, meu irmão, suportando com dignidade e estoicismo extremos as áscuas da terrível doença que o abatera sim, mas que não conseguira vergar o aço da sua pertinaz e máscula resistência.

Aqui tomo o empréstimo ao nosso queridíssimo amigo comum, Nestor Oliveira, dois versos para, em síntese, tentar, afinal, retratá-lo com justeza, como sempre o vi

pela vida em fora, desde que as minhas pobres palavras, envoltas de emoção, fraquejam:

Aprisionaste n'alma uma centelha,
E a eternidade dentro de ti mesmo!

DESAPARECE O NOSSO CRONISTA

Consuelo Pondé de Sena

Um dever que se impõe como cidadã baiana, efetiva colaboradora deste jornal e admiradora de Adroaldo Ribeiro Costa é, lamentando o seu precoce desaparecimento, anunciado primeiramente pela televisão, prestar-lhe as homenagens do meu maior respeito, simpatia e saudade.

Em que pese sabê-lo, de há muito, gravemente enfermo, a infausta notícia provocou intenso impacto no seio da nossa sociedade, pois Adroaldo, cuja vida totalmente devotada à comunidade baiana, era extremamente amado por sua gente.

Homem de trato fácil, habituado à convivência com a mocidade, pois professor de tantos e por tão longos anos e dedicadíssimo fundador da Hora da Criança, Adroaldo Ribeiro Costa era um daqueles predestinados a servir à comunidade em que vivia, tudo fazendo com total desprendimento.

Comunicativo, leal e afetuoso, sempre deixou extravasar, através das páginas que escrevia, com talento e graça, a grandeza de sentimentos que lhe exornava o caráter sem mácula e o seu imenso amor a esta terra e a sua Santo Amaro da Purificação.

Despretensioso, realmente simples, menosprezava o brilho enganador das glórias efêmeras. Era fraternal, solidário, dádivo, absolutamente fiel aos seus amigos, desprendido e realizador.

Destituído de um dos defeitos mais negativos da condição humana — a inveja — Adroaldo sabia animar os que se iniciavam na imprensa, estimulando-os através de elogios generosos, mas absolutamente sinceros, a prosseguir na, a um tempo árdua e fascinante, atividade.

Indulgente, compreensivo, extremamente bom, sabia o quanto era importante distribuir palavras de estímulo aos que, pouco a pouco, se lançavam nas lides jornalísticas.

Era um homem de bem na extensão da palavra. Por isso, tantas vezes ouvi, de quem tinha autoridade para avaliá-lo, dado o grande convívio de tantos anos neste jornal, palavras elogiosas a seu respeito, seja como jornalista atuante e conceituado, seja como eficiente e dedicado servidor de *A Tarde*, tecidas pelo seu redator-chefe, Jorge Calmon, seu grande amigo e sincero admirador.

Recordo-o hoje, tal como o via todos os anos na Procissão de N. S. da Purificação, em Santo Amaro quando, ao lado dos inúmeros amigos do casal Edna — Carlos Pinto, participava do carinhoso acolhimento daqueles extraordinários anfitriões, comungando igualmente das alegrias que encham de contentamento os filhos daquela abençoada terra no dia da sua santa padroeira.

A sirena final, a derradeira, que revela o fim da mortal existência convocou-lhe a pura alma à eternidade.

E ele se foi, deixando este jornal, seus parentes, sua Hora da Criança, seus companheiros de atividade docente e da imprensa, seus incontáveis amigos e inúmeros leitores que sinceramente deploram sua partida, pois ele não merecia ser tão cedo subtraído do nosso convívio, nem os baianos desfalcados de tão marcante presença.

Todavia, na singeleza de uma vida recatada e totalmente devotada ao bem público, revestiu Adroaldo de grandeza e dignidade a cultura de sua terra. E este solo, que ele tanto extremava, recobre-lhe, agora, o honrado e terminal revestimento físico.

Desprendida da carne, no entanto, sua alma límpida e serena ganha, para sempre, a suprema imortalidade — chega serena e firme até a presença do Criador que o acolherá prazerosamente porque, sendo um limpo de coração, ele verá a Deus.

ADROALDO, EDUCADOR

Hermano Gouveia Neto

Ainda não me apercebi, verdadeiramente, do desaparecimento de Adroaldo Ribeiro Costa! Ainda procuro as suas crônicas, lá no canto da sexta página da nossa *A Tarde*. Sinto vontade de ligar o número de seu telefone. Penso até que irei encontrá-lo, amanhã ou depois, ou no Conselho Estadual de Cultura, ou na próxima sessão da Academia Bahiana de Educação, ou na sede da Hora da Criança, ou mesmo em outro lugar.

Eu mesmo encontro razões para explicar estas minhas impressões. Dentre outras, uma é a sua presença espiritual que, apesar de nos fazer sentir uma saudade imensa, nos conforta e nos permite conviver com as suas idéias, com a sua obra e com a sua vida. Em casa, em meio as papeladas do meu desorganizado arquivo particular, volto a rever notas, recortes e outros documentos relacionados com Adroaldo. A sua pasta está crescendo e os fatos gravados pela memória eu começo a anotar, cuidadosamente, já agora com mais motivação, graças ao artigo do Prof. Jorge Calmon — dizendo ser Adroaldo um biografável, à disposição dos seus amigos, e colegas admiradores.

Adroaldo Ribeiro Costa foi um dos melhores homens polivalentes que conheci. Este traço marcante da sua personalidade contribuiu muito para que eu me tornasse seu intransigente admirador, o que justificaria a nossa amizade e o nosso convívio, durante longos 35 anos. Adroaldo passou a integrar a minha família espiritual, do mesmo modo que, com certeza, eu fazia parte da sua. Éramos amigos, irmãos e solidários, especialmente nas horas vagas do sofrimento, das incertezas e das decepções.

Adroaldo, em verdade não obstante um grande jornalista, o que ele foi mesmo foi um grande educador, carreira iniciada na década de 30, como professor do Ginásio Santamarense, fundado por seu pai, Arlindo Costa, em 3 de fevereiro de 1928, em Santo Amaro — uma das paixões de sua vida. Quem estudar ou conhecer a vida de Adroaldo Ribeiro Costa, facilmente perceberá que a educação foi a razão de ser da sua existência. Tanto isso é verdade que ele fez da criança o motivo maior de todas as suas realizações. Para Adroaldo, a criança foi a fonte perene de toda a sua inspiração. Por isso se explica haver a Hora da Criança, sob o seu comando, para não falar de sua teimosia, existir durante nada menos de 40 anos.

Adroaldo foi um educador, na expressão verdadeira da palavra. Ninguém é educador apenas por ter sido professor, pois neste caso se trata, apenas, de um profissional do ensino. Ninguém é educador, tão-somente, por ter dirigido escolas, órgãos ou instituições educacionais. Não se deve considerar educador, quem apenas escreveu sobre educação. Do mesmo modo, não é educador alguém que ajudou a construir escolas ou, com dinheiro, serviu à educação.

Ser educador, no meu entendimento, é, antes de tudo, colocar-se permanentemente à serviço da educação. Ser educador significa sacrifício, renúncia, perseverança, amor ao próximo, crença no homem e na sociedade, certeza de que o mundo poderá ser melhor. Daí, eu não ter a menor dúvida em afirmar que Adroaldo Ribeiro Costa foi um dos melhores educadores que a Bahia conheceu nesta segunda metade do século que se está acabando.

Adroaldo deixou um vazio na educação baiana, tão carente de valores nestes últimos tempos. Quem fizer o perfil da sua existência, dirá: Adroaldo era um homem bom, simples, modesto e humilde; Adroaldo não tinha inveja, não era ambicioso, não se preocupava com as coisas materiais; Adroaldo era um idealista, um sonhador, que acreditava nos homens, na sociedade, na pátria, na família e no amor.

Adroaldo Ribeiro Costa, com certeza, foi um grande educador. Nos meios educacionais da Bahia, a partir de 1947, quando trouxe Monteiro Lobato a Salvador, ga-

nhou projeção, a frente da Hora da Criança, revelando valores novos, muitos dos quais se projetaram nacional e internacionalmente. Embora exercesse o magistério, em diversos estabelecimentos de ensino, a Hora da Criança foi a sua grande escola. O seu querido Instituto Normal da Bahia, hoje, com justiça, Instituto Central de Educação Isaias Alves, foi outro lugar onde deixou marcas da sua atuação como educador. Tornou-se catedrático, após brilhante concurso e mais tarde seu diretor, realizando uma das melhores gestões de que se tem notícia, na história do ICEIA, oriundo da velha e tradicional Escola Normal da Bahia. Ele amava o ICEIA, por muitas razões, inclusive por gratidão. Quando a sua Hora da Criança atravessou uma das suas piores crises, foi no Teatro do ICEIA que ele se obrigou, renovando forças para prosseguir a sua longa caminhada.

Na sua vida de educador há outro fato digno de registro: foi o primeiro diretor do Colégio Estadual João Florêncio Gomes, missão que lhe foi confiada por Anísio Teixeira, quando resolveu criar a "Seção de Itapajipe" — do Colégio Estadual da Bahia (o "Central").

Dirigiu muitos outros órgãos e exerceu cargos, todos vinculados ao setor educacional, como o Serviço de Assistência aos Menores (Seam), Fundação Cultural do Estado (Teatro Castro Alves), além de membro do Conselho Estadual de Cultura. O importante, porém, é que Adroaldo Ribeiro Costa, independente de cargos e funções, marcou a sua presença na vida educacional e cultural da Bahia. Fez rádio e teatro, foi um grande desportista, escreveu livros, participou ativamente da vida pública baiana e se projetou, não só como educador, também, um grande jornalista.

Exatamente como jornalista foi que ele consolidou a sua vocação de educador. O jornalismo foi a sua grande arma a serviço da nossa educação, especialmente durante um quarto de século, escrevendo em **A Tarde**. As suas crônicas eram todas marcadas por verdadeiro sentido pedagógico. Adroaldo escrevia ensinando. As suas crônicas, no fundo, representavam lições de amor e solidariedade. Até quando escrevia protestando ou reclamando, nos oferecia lições de humildade, bom senso, perseverança. As suas crônicas retratavam traços da sua própria personalidade. Nós, que o conhecemos de perto e com ele convivemos, podemos atestar o quanto de bom, simples, humilde, resignado, idealista e sonhador era Adroaldo Ribeiro Costa. As agruras da vida, os sofrimentos, as injustiças e incompreensões não foram suficientes para abalar o seu ânimo, para conter o seu idealismo ou destruir os seus sonhos.

Os seus últimos dias de existência, apesar da fatal doença que destruía o seu físico, foram muito significativos para que compreendêssemos a grandeza do seu espírito. Podemos dizer que Adroaldo morreu em serviço, sonhando com a realização dos seus ideais, acreditando nos homens, pensando no Brasil, na Bahia, na Cidade de Salvador e em Santo Amaro. Certamente, os seus últimos pensamentos foram voltados para a grande paixão de sua vida: a Hora da Criança, símbolo de sua devoção à nossa juventude, à causa da Educação.

Adroaldo, antes de tudo, foi um grande educador.

ADROALDO

Guilherme Hupsel de Oliveira

Não é fácil escrever sobre um amigo que partiu. Por mais justas e merecidas que sejam, as palavras ficam sem cor, perdidas no grande mistério da vida e de seu fim. O passamento de Adroaldo Ribeiro Costa é notícia que nos entristece. Mas, o pesar não deve ser apenas nosso. Deve ser, além de seus familiares e amigos, de toda uma cidade. Cronista de rara sensibilidade, seus escritos no **A Tarde** representavam algo de bom e puro. Tinham, assim, o condão de amenizar o lado menos venturoso da vida. Eram crônicas repassadas de amor e ternura, de velhas saudades. Seu estilo, sua maneira de ser e escrever

garantiram-lhe um lugar certo e definido na admiração de seus leitores.

A velha amizade que nos ligava tinha um denominador comum: a Hora da Criança, sua paixão maior. Foi através dessa sua criação, quando a Rádio Sociedade da Bahia funcionava no Passeio Público, que nos tornamos mais íntimos, à maneira de dois irmãos ligados pelo coração.

Recordar esse tempo é o mesmo que relembrar as generosas sementes que um homem de bem plantou, estendendo os braços às crianças da Bahia, acolhendo-as como um pai, conduzindo-as para os caminhos da arte. Um belo trabalho que nunca deverá ser esquecido, tal a sua importância, os bons frutos colhidos.

Não é fácil, repetimos, escrever sobre um amigo que se foi. Sobre tudo, um amigo que derramou muitas luzes, fino e educado, cultor dos brios da família baiana. Muitos, certamente, já fizeram o elogio de sua marcante personalidade. As palavras ditas e escritas queremos juntar as nossas, num modesto preito de reconhecimento e admiração ao bom Adroaldo, que nunca deixou de ser menino, porque amava a todos eles.

Certo dia, numa de nossas visitas à terra comum, reencontramos o amigo em plena redação. Foi, para nós, um imenso prazer poder rever, depois de tantos anos, o talentoso Adroaldo, amável e atencioso, como sempre, ilustrando com a sua inteligência uma crônica qualquer.

Ficamos com essa imagem. A última de um reencontro salutar, amigo, preso às coisas do coração. Não falemos dessa coisa incômoda que se chama saudade. Antes, queremos pedir a Deus toda a paz do céu para o bom Adroaldo, que, certamente, há de encontrá-la porque foi justo e humano. Que os meninos da Hora da Criança, hoje, homens feitos, possam, sempre, recordar para os seus filhos e netos a história de um homem que dignificou a vida, que soube, como poucos, engrandecer toda uma existência.

VAZIO DEIXADO

Girnália da Silva Santana

Falar de Adroaldo, numa época como esta é um pouco difícil e principalmente para mim, que já convivía com ele o dia-a-dia, durante este sete anos, e hoje ainda sufocada pela dor e pela saudade que não me largam um instante. Sinto dificuldade de me expressar como eu gostaria. E de repente lembrei-me do verso de um poema que ele tinha lido bem antes do seu falecimento, o nome de cujo autor não me lembro. Só sei que foi publicado em um dos jornais, se não me falha a memória o "Jornal da Bahia".

O poema começa assim:

"Do alto me vem uma saudade
Saudade do nada do além
Talvez, saudade inexplicável
da tristeza que nunca me deixa
Quem sabe, saudade do amor que não vem..."

E é justamente isto que eu sinto. Uma saudade infinita e uma lembrança viva de Adroaldo, tanta que às vezes eu fico a pensar que ele ainda está vivo e quando saio e volto tenho esperança de encontrá-lo e isto para mim é um impacto muito grande. Fico a recordar coisas, brincadeiras, às vezes em que nós saíamos juntos para várias comemorações, como por exemplo a missa dos 70 anos de A Tarde, missas de aniversários da "Hora da Criança", aniversários de pessoas amigas, homenagens que eram feitas a ele, como a última que foi a entrega da medalha "Barão de Macaúbas", no ICEIA, lançamento de seu livro "Igarapé", do disco da Hora da Criança, o Seminário da Cultura da Brincadeira, organizado pela Hora da Criança, sem contar as vezes que viajavamos juntos para Santo Amaro e para Muritiba, onde ele gostava de ficar na varanda deitado na rede para sentir o ar puro, e principalmente à noite, quando era tempo de lua cheia. Que saudade, meu Deus!

Realmente, é muito difícil dizer neste espaço tudo o que ele representou para mim. Ele era uma pessoa de temperamento muito forte, como todo mundo sabia, mas tinha um coração como eu nunca vi em toda minha vida. Era uma pessoa humilde, pura. Se desse um cartão em qualquer pessoa, na mesma hora se arrependia e pedia desculpas.

Adroaldo me deu amigos que, hoje eu digo e repito, são um patrimônio humano muito grande, que não daria para citar todos aqui, vou dizer alguns: Jorge Calmon, Arthur Couto, Cruz Rios, Jaime Guimarães, Wilson Lins, José Berbert, Hermano Gouveia Barreto (de Santo Amaro), Paulo Segundo da Costa, Antônio Pithon, Remy de Souza, Milton Gaúcho, Sodré Martins, Osório Vilas Boas, Paulo Maracajá, Édio Souza, José Copello, Carlos Pinto, Itazil Benício dos Santos, Nolito, a família H.C., Célia Barreto, Atarcílio Barreto, Raimundo Pimenta etc., etc. E sei que posso contar com todas essas pessoas neste momento de profunda dor.

Para finalizar, gostaria de transcrever a dedicatória do livro "Igarapé". Ele me disse que a minha seria especial. Escreveu assim:

"Girnália querida!

Aqui tem você a história de uma viagem que realmente já vai longe.

Ela começou às margens do riozinho barrento que você conhece, veio vindo, por águas ora mansas ora encrespadas, até chegar ao ponto em que estamos.

O último trecho da viagem — que teve muita beleza de sonho realizado e muita lágrima de perda sofrida — foi feito com o privilégio de ter você ao meu lado.

E a sua mocidade, tão cheia de amor, foi a coisa mais bela que me aconteceu, nestas minhas horas de ocaso.

Deus a abençoe e lhe pague por isso. E faça com que esta aventura se prolongue pelo maior tempo possível. Com um beijo muito terno e muito amor,

Adroaldo, Bahia, 25/7/82."

E AGORA?

Arlina F. Costa Marques

"Debruçado sobre o berço de Thais como fiz há anos com Arlina, eu a contemplo e abençoo"...

É mais ou menos assim um dos trechos da crônica que você fez para Thais, minha filha, sua neta, quando ela nasceu e agora, oito anos depois, me vi debruçada sobre o seu caixão a contemplá-lo pela última vez.

Puxa tio! É realmente inacreditável. Você ali, inerte, morto e eu a olhá-lo e pensar: e agora? Como é que vai ser sem você?

Você que sempre foi o nosso pulso forte, nosso encorajador nos momentos de dor, quando perdemos nossos entes queridos. As perdas foram enormes, mas restava ainda você e que não nos deixava faltar nada, principalmente amor e carinho.

Tenho em mãos um bilhete que você me fez uma determinação vez, e que termina assim: "Seu tio que jamais poderá substituir o homem excepcional que foi seu pai, mas que tudo fará para sua felicidade". E fez Ah! Quanto você fez pela minha felicidade! Quanta coisa boa aprendi com você. Os passos mais importantes da minha vida foram dados com sua ajuda, com seu apoio, com sua opinião.

Meus filhos não conheceram o avô, meu pai, mas tinham você: o vovô Adroaldo que eles tanto aprenderam a amar.

Thais, principalmente, por ser mais velha, já uma moçinha, ficou arrasada com seu desaparecimento.

Soube pela diretora da escolinha dela que em uma festinha, realizada lá, tocaram o **Hino do Bahia**, e ela chorando muito pediu à pró que tirassem a música que ela não agüentava mais ouvir o hino feito por você, sabendo que você já tinha morrido.

Não dá, não dá para acreditar que você já não está mais aqui com a gente.

Mas é a vida, não? O caminho de nós todos é esse, só que não aceitamos nunca, mas... estamos aí, partindo para diante, pedindo a Deus que nos dê forças e resignação para enfrentar mais essa.

Ficou seu nome, sua obra, sua lembrança, porém, tenha certeza que nós não deixaremos jamais de cultivar sua memória e levaremos até o fim da nossa vida o orgulho de ter sido da família Ribeiro Costa.

O nosso papo hoje é curto, porque tudo que tenho para dizer-lhe não cabe aqui nem em nenhum papel.

SONETO PARA ADROALDO

Magela Cantalice

Eis agora um vazio neste canto
Que Adroaldo povoava de cultura,
Deixando entrever também o encanto
Que tinha como esplêndida criatura.

Como poeta, era o arauto da ternura,
Um menestrel ridendo de acalanto,
Que transformava o fel numa doçura
Ou num sorriso transmutava o pranto.

Sem rompantes de orgulho, sem alarde,
Ele fez desta página de *A Tarde*
Um lampejo de amor em prol da criança.

E agora, que se foi pra eternidade,
Só nos resta o sabor de uma saudade
E o consolo final de uma esperança!

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É preciso mais seriedade dos poderes constituídos do Governo do Distrito Federal, quando dos acontecimentos de grande movimentação popular. Já houve vários casos desagradáveis e ainda agora, no último domingo, o que se viu no "Ginásio Presidente Medici" bem exemplifica o que assinalamos.

Tem sido uma constante, nos últimos espetáculos realizados no Ginásio de Esportes do Centro Desportivo Presidente Medici, o visível excesso de lotação de espectadores.

Oficialmente, a arrecadação do jogo de vôlei entre o Brasil e o Japão foi de Cr\$ 50.256.000,00 com 25.042 pagantes, havendo, ainda, o registro da presença de mais **5.000 menores de 10 anos**. O próprio *Correio Braziliense* ao retratar o jogo afirma em manchete: "O Brasil dá show para **35.000 pessoas** e vence o Japão".

Mais adiante, aquele órgão de imprensa assim se manifestou sobre o assunto, em sua edição de 26 do corrente:

"MUITA GENTE PAGOU E NÃO ASSISTIU O JOGO

"A FEBRAVO é quem vai responder pelo excesso de lotação verificada no ginásio". A afirmação é de um funcionário do DEFER, que fez questão de frisar várias vezes que o órgão não tinha nada com o jogo e sua única obrigação foi ceder o local e colaborar com os promotores. "Inclusive, não havia nem o nome do DEFER impresso nos ingressos, como fazemos quando a promoção é nossa".

Muita gente sem ingresso entrou e mais pessoas ainda, com ingresso na mão, não conseguiu entrar, sendo raros os casos de quem recebeu de volta seu dinheiro. Já no final do primeiro set, enquanto centenas de pessoas estavam aglomeradas em frente à administração do ginásio, tentando receber o dinheiro de volta, já que os porteiros não permitiam a entrada, as bilheterias continuavam normalmente

vender ingressos. Das duas, uma: ou entrou miuto carona, ou imprimiram e venderam ingressos acima da lotação oficial do ginásio, que, segundo o DEFER, é de 25 mil pessoas.

Nas arquibancadas, o clima era pior que nas cadeiras, pois, além da lotação está acima do seguro, o público era bem mais mal-educado. Um rapaz, José Luís Lins, de Taguatinga, quebrou a perna e teve que ser carregado para fora do ginásio e muitas pessoas saíram feridas. Um policial — que não quis se identificar — perdeu um revólver quando passava através da multidão. Na tribuna de imprensa havia de tudo. Um funcionário do DEFER preferiu abrir a porta a vê-la arrombada.

O policiamento, com um contingente de 180 soldados, foi muito pequeno para o grande público. E não há desculpas, pois ninguém esperava menos que a lotação completa."

Esse fato foi uma repetição do que ocorreu no dia 18 do corrente mês e no ano quando houve a superlotação do ginásio no show do conjunto "Balão Mágico", com a agravante de que a grande maioria dos presentes era criança. Convém, ainda, salientar que neste dia houve um início de tumulto no momento em que inadvertidamente apareceu uma enorme labareda, com a finalidade de alimentar o balão, que representa o símbolo do conjunto.

Venho, portanto, respeitosamente, solicitar que, a douta Comissão do Distrito Federal manifeste junto à Secretaria específica a estranheza e apreensão pelos fatos aqui assinalados, bem como sugerir que, nos contratos de cessão, existam cláusulas proibindo a venda de ingressos acima da capacidade do ginásio e, em caso do não cumprimento desta disposição, fica o DEFER autorizado a cassar a concessão existente, devendo, ainda, jamais contratar com as entidades infratoras.

Na certeza de que estou colaborando para a segurança da população do Distrito Federal, procurando, preventivamente, evitar um acidente de seríssimas proporções, como membro da Comissão do Distrito Federal, nesta Casa, cabe-me ressaltar que fatos como esses citados não deveriam se repetir, na Capital do Brasil, cidade que deverá se orgulhar de ser composta de uma população das mais educadas do Brasil.

Peço, Senhor Presidente, Senhores Senadores, que o dinâmico e eficiente Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Alexandre Costa, faça sentir as autoridades que o Senado e especialmente a Comissão dedicada aos problemas do Distrito Federal estão preocupados com esses inusitados acontecimentos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Jornal mineiro, em editorial de ontem, teceu algumas considerações dignas de comentário, neste plenário, a respeito do rio São Francisco.

Relata que muitos levantamentos e estudos se fizeram sobre o curso d'água, no sentido de atualizar suas potencialidades e definir as formas de seu aproveitamento econômico. Mas, que concretamente o que se fez foi pouco, já que são, de certo modo, isoladas as realizações concernentes a Três Marias, "saída da imaginação criadora de Juscelino Kubitschek" e Paulo Afonso, "produto do idealismo de Delmiro Gouveia, cuja materialização muito ficou à dever à devoção empreendedora de Apolônio Sales".

À parte estes projetos e a barragem de Sobradinho, comenta *O Estado de Minas*, nada mais houve que projetos esquecidos e frustrações acumuladas.

Para sacudir esta inércia programou-se em Belo Horizonte, a partir de hoje, uma iniciativa interessante. Seu objetivo é "reunir representantes das instituições familiarizadas com a realidade do São Francisco e estudiosos que se empenham em localizar alternativas para a sua exploração, num grande foro de debates, do qual pudesse sair a definição de um **projeto integrado**, capaz de agrupar as diferentes potencialidades que ele apresenta."

Para a realização do Seminário intitulado "São Francisco — um rio de esperança" a Associação Comercial de Minas Gerais convoca a participação dos organismos federais, estaduais e municipais envolvidos com a questão.

Não se pode senão aplaudir a iniciativa num momento em que do São Francisco só se tem noticiado o "grande desastre ecológico", que fez poluir suas águas, envenenar seus peixes, comprometer Paulo Afonso e até mesmo ceifar vidas humanas.

A opinião pública consternada aguarda para a próxima quarta-feira o laudo oficial e definitivo que confirmará quem foi o responsável pelo ato ilícito: os detritos de usinas regionais ou a utilização de agrotóxicos.

Qualquer que seja o resultado final do exame não há dúvida de que foram inadmissíveis os resultados produzidos pela contaminação, que clama pela efetiva punição dos culpados.

E não apenas isso: é preciso que se tomem todas as precauções necessárias para que a população ribeirinha seja educada no sentido de conviver com o dano e minimizar as suas conseqüências prejudiciais para o organismo humano e a harmonia ecológica.

Não podem as autoridades permitir que se manifeste apenas em prejuízos e desesperança a força multiplicadora de resultados que esta grande bacia fluvial contém.

Nem que as pessoas jurídicas, os entes estatais ou paraestatais, que, muitas vezes, se manifestam como agentes poluidores dos grandes rios, acobrem suas práticas danosas pela quase imunidade, que ostentam aos tipos de sanções previstas pelo Direito Penal.

O simples pagamento de uma multa ou mesmo a interdição e o fechamento de estabelecimentos criminosos muitas vezes, não são punição proporcional à gravidade da falta que cometem contra a natureza.

Neste ponto, aliás, não se pode se não felicitar o Ministro Nestor Jost por haver manifestado publicamente a sua intenção de trabalhar para que uma legislação mais severa e atuante possa ser implantada no Brasil para punir, e eventualmente, prevenir estas práticas duvidosas.

O que não nos impede, como parlamentares, de ir trabalhando nesta via para que os rios brasileiros possam cumprir a sua vocação de veículos de integração nacional, fontes de energia elétrica e bases alimentares de populações ribeirinhas carentes.

Se, como já dizia o Corão, "criamos da água toda coisa que vive" é preciso ultrapassar as constatações poéticas para atingir princípios legais capazes de amedrontar (e realmente punir) todo aquele que altera a qualidade da água e prejudica com isso a vida do homem e de todos os seres que dela dependem.

Para concluir, Sr. Presidente, faço constar deste pronunciamento o editorial do *Jornal do Brasil* do dia 21 de março, sob o título "Grito de Alerta":

"O desastre ecológico do rio São Francisco, tornado estéril e contaminado por um longo trecho, é dos que deveriam colocar a consciência nacional em estado de alerta e de indignação. O São Francisco já foi chamado, com toda a razão, de "rio da amizade nacional". É um símbolo brasileiro no mesmo nível em que o Tâmesis é para os ingleses, ou o Reno para os alemães.

O desastre, entretanto, vai além do simbólico. Se o Tâmis ocupa, na Inglaterra, um lugar parecido ao do "Big Bem", e se o Reno foi imortalizado pelas óperas de Wagner, o São Francisco é meio de vida para inúmeras populações do interior. É um rio de vida, de um momento para o outro transformado num rio morto.

As primeiras imagens já deveriam bastar para provocar sobressalto: a dos imensos peixes de água doce liquidados pelo envenenamento das águas. Mas por trás dessas imagens, está a realidade ainda mais dura de multidões privadas do seu meio básico de subsistência.

As causas do desastre ainda não estão esclarecidas. É preciso que o sejam, o quanto antes, pois o país acaba de contrair mais uma imensa dívida consigo mesmo, e com os seus habitantes. Mas por trás da causa imediata, pode-se avistar o rastro de uma antiga herança de irresponsabilidade e deseducação.

Passados cinco séculos da chegada dos primeiros europeus a estas bandas, ainda não nos livramos de uma atitude predatória que era, em boa parte, a dos primeiros colonizadores. Ainda não estamos acostumados a enxergar o país como uma realidade integrada, algo a ser construído, posto de pé. A visão ainda é, freqüentemente, a do interesse mais imediato, a do obstáculo a ser superado pelos métodos mais sumários.

Não se pode esquecer, numa discussão desta natureza, os obstáculos de outra ordem que são colocados ante a atividade econômica pela presença excessiva do Estado. O primeiro grande predador é o Estado, com a sua burocracia cara que gosta de manter-se à custa dos setores produtivos. Estes, acuados, podem lançar-se, por sua vez, à política da terra arrasada — e até por questões sociais: uma fábrica que fecha são centenas ou milhares de empregos que se acabam.

De um e de outro lado, pagamos agora um preço muito alto pela formação ainda escassa das mentalidades. Falta inteligência — e falta educação. É, então, tudo se transforma numa guerra mesquinha onde o São Francisco acaba de ser ferido violentamente.

Que este crime sirva ao menos de alerta. O Brasil cresceu, nos últimos anos, e agora enfrenta problemas de países grandes, com mazelas específicas do próprio mundo desenvolvido. Esses problemas e mazelas não podem ser enfrentados com o desorganizado amadorismo que caracterizava o país antigo. Estamos obrigados a crescer — e a superar as nossas carências mais graves, inclusive de organização social. A não ser assim, chegaremos a envergonhar-nos do país em que vivemos." (muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uma vigorosa profissão de fé no papel que a educação tem a desempenhar no mundo moderno e, mais especialmente, em um país em via de desenvolvimento como o nosso. Esse é o principal sentido do importante pronunciamento que acaba de fazer o Brigadeiro Waldir Vasconcelos, Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, na aula inaugural dos cursos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos.

Na verdade, é de se lamentar que não haja, na cúpula governamental, muito mais autoridades tão capazes de compreender — e, mais do que isso, de proclamar — a necessidade de se colocar a educação como um investimento no futuro, na forma pela qual se coloca o Tenente-Brigadeiro Vasconcelos. Encontramos, ao con-

trário, inúmeras manifestações de descaso pelo nosso sistema educacional, partidas lamentavelmente daqueles que detêm a estratégica função de abrir e de fechar os cofres públicos.

Exatamente neste momento, tecnocratas insensíveis estão a debruçar-se sobre fórmulas malfazejas destinadas a burlar a Constituição e deixar de executar o que determina emenda apresentada por este Congresso Nacional, mandando aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino 13 por cento da receita federal proveniente de impostos. Voltaremos oportunamente a este assunto.

O que desejo assinalar agora é aquilo que afirma o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, na aula magna proferida no ITA: "No processo de desenvolvimento, a educação deve ser considerada um investimento e não apenas um serviço social". Infelizmente, lamenta também o Brigadeiro Waldir Vasconcelos, "este conceito não está suficientemente enraizado em nossa mentalidade e tem sido de difícil aplicação".

Mostra também o Ministro que o ensino da ciência e da tecnologia, a que se dedica o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, deve pautar-se por padrões de excelência. "Qualquer país que não tenha e não incentive escolas de excelência", adverte, "está fadado ao subdesenvolvimento". Isto é verdadeiro em qualquer regime político e em qualquer país do mundo.

Precisamente por meio de um bom ensino é que se consegue formar o que o Brigadeiro chama de "mentalidade apropriada para o desenvolvimento". Esse desenvolvimento, objetivo comum de todos nós, de toda a Nação brasileira, só pode resultar de uma mentalidade gerada através de um processo contínuo, de geração para geração. Conforme assinala o Ministro Vasconcelos, "somente uma escola poderá propiciar o ambiente necessário para que isto aconteça".

Tal espírito já estava presente na criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Observemos o que já alcançou a indústria aeroespacial brasileira. O País conseguiu gerar uma tecnologia de ponta, produzir aviões, exportá-los para inúmeros pontos do planeta, desenvolver bases para o lançamento de artefatos espaciais. Isso, porém, não veio de um só golpe, não surgiu do dia para a noite.

Como está recordado no pronunciamento do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, não se procurou criar em primeiro lugar a indústria aeronáutica. À época de criação do ITA, o Brasil não dispunha da massa crítica de tecnólogos, de engenheiros, de cientistas para suportar tal indústria. Por isso mesmo optou-se "por formar a mentalidade e a capacitação endógena necessária para que tal indústria mais tarde florescesse". Assim, na década de 60 esse florescimento ocorreu de forma natural, como uma continuidade do processo iniciado anos antes.

A partir dessa base é que a educação, a pesquisa e a indústria, em uma inter-relação contínua, indivisível, chegam aos resultados concretos, palpáveis, envidescadores que podemos hoje constatar. É, no caso, uma linha que parte do ITA, passa pelos institutos do Centro Tecnológico da Aeronáutica, atinge a indústria e culmina nos produtos finais de nosso setor aeroespacial, para utilizar as palavras do Brigadeiro Waldir Vasconcelos.

Esse é, mostra ele, o modelo de ensino adotado como matriz para o ITA. Um modelo que tem como ponto alto encerrar a educação como uma variável estratégica da mais elevada relevância para qualquer intenção, plano, projeto ou programa de desenvolvimento. Atrair cérebros, obter os melhores professores, deles conseguir que ministrem à nossa juventude sua experiência, constitui a melhor forma de transferir tecnologia. Criar um ambiente que estimule a pesquisa e o processo criativo representa o melhor caminho para que vingue o desenvolvimento científico e tecnológico que desejamos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1
Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Cunha Lima, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, tendo

PARECERES, sob nºs 858 e 859, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Finanças**, favorável.

2
Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978, tendo

PARECERES, sob nºs 1.090 a 1.092, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário, com duas subemendas que apresentam; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Minas e Energia; e

— de **Minas e Energia**, favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

3
Votação, em turno único do Requerimento nº 857, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.)

4
Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1984, de autoria dos Senadores Aderbal Jurema e Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a crise econômica e financeira da Previdência e Assistência Social.

5
Votação, em turno único, do Requerimento nº 896, de 1983, de autoria da Senadora Eunice Michiles, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Mista, composta de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para no prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política examinando ainda os motivos e causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia.)

6
Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 1984, de autoria do Senador José Ignácio, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77, do Regimento Interno, a constituição de Comissão Especial Interna, composta por 7 membros, para, no prazo de um ano, estudar aspectos relacionados com a agropecuária brasileira. (Dependendo de Parecer da Comissão de Agricultura.)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1982, de autoria do Senador Lázaro Bar

boza, que dispõe sobre a proibição de importar alho, tendo

PARECERES, sob nºs 817 e 818, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Economia, favorável.

8

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio Ferreira.

9

votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço de álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, SOB Nº 710, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 16-3-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Senadores:

Durante a sessão de hoje foi aqui tocado, pelas vozes dos Senadores Itamar Franco, Roberto Saturnino e nós próprios, o problema da retenção ordenada, segundo ouvimos falar, pela SEPLAN, — a SEPLAN, geralmente, é o Boi de Túnis, sofre por tudo — de dois terços do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ordem essa transmitida ao banco executor, que era o Banco do Brasil.

Sexta-feira, fim de expediente, com a autoridade fazendária maior viajando, justamente no dia de hoje, para a China, com dificuldade para encontrar autoridades outras que pudessem esclarecer o assunto, vamos apresentar, do que colhido junto ao Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, e não do Planejamento, já que o Planejamento nada tem a ver com isso, as informações iniciais que segunda-feira serão aduzidas por outras, quando então em pleno funcionamento a máquina administrativa do País, máxime na forma de prestação de maiores esclarecimentos. Mas não vamos deixar de atender ao prego do ilustre membro desta Casa e Líder do PTB, Senador Nelson Carneiro, que achava que não se poderia, até segunda-feira, durante essas 72 horas, ficar sem uma explicação sobre o fato. Sem esgotar, portanto, o assunto, dando como que uma prévia do que aconteceu, vamos aqui transmitir as informações que pudemos colher.

O Sr. Alfredo Campos — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Virgílio Távora?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não.

O Sr. Alfredo Campos — Eu gostaria de ler para V. Exª e para os demais Senadores aqui presentes o telex cuja cópia já passei às mãos de V. Exª, recebido do Prefeito de Teófilo Otoni, Getúlio Neiva, que também é o

Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri.

Passo a ler o telex:

“Para o Senador Alfredo Campos
Código Telex (061) 1156 — 1954 — 2500
Senado Federal — Brasília — DF

Ilustre Senador. Apelamos a V. Exª no sentido de tomar posição firme em defesa dos interesses dos municípios brasileiros, no episódio da retenção, por parte do Banco do Brasil, de 2/3 (dois terços) do valor da quota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que, anunciada pela SAREM para este mês, está sendo reduzida. Segundo o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Doutor Mailson Nóbrega, com quem falamos por telefone no início da tarde de hoje, não está havendo retenção, mas houve, isso sim, uma informação errada do Banco do Brasil, repassada aos prefeitos pela SAREM, pois o referido Banco computou verbas que deveriam ser repassadas em abril juntamente com as verbas a serem repassadas às prefeituras em março. Ocorre que nunca houve esse tipo de erro, segundo as informações da SAREM sempre corretas. Em face disso, os prefeitos assumiram compromissos que não poderão saldar, se permanecer a retenção da qual só tomamos conhecimento ontem. As prefeituras estão irremediavelmente comprometidas com o anúncio de um aumento de 102% de suas cotas de FPM em março, como resultado do aumento de 102% na arrecadação federal. Houve de fato um aumento da arrecadação, como todos os jornais noticiam, tendo havido, somente no imposto de renda, um superávit não previsto de quase um trilhão de cruzeiros. Pedimos ao ilustre Senador nos apoiar neste momento difícil, pois é preciso mostrar ao Governo que a expectativa frustrada de aumento da receita municipal acabou levando os municípios a aumentar ainda mais o seu endividamento crônico. É preciso mostrar ao Governo Federal que não se constrói um País sem os municípios e que os municípios não podem pagar pelo erro cometido pelo Banco do Brasil. Certos de elevado espírito público de V. Exª, somos atenciosamente,

Getúlio Neiva — Prefeito de Teófilo Otoni — MG e Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri — AMUC.”

Ao agradecer a V. Exª o aparte, em que fui obrigado a me alongar, porque o telex é extenso, queria dizer aqui, antes de mais nada, que não se trata puramente de um boato. Os prefeitos de Minas Gerais, meu Estado, estão comprometidos, bem como as suas prefeituras, com esse decréscimo da arrecadação. Gostaríamos de ter a resposta que V. Exª nos promete trazer aqui na próxima segunda-feira, para tranquilidade não somente dos municípios do meu Estado mas de todos os municípios do Brasil, grato a V. Exª

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O aparte de V. Exª, eminente Senador Alfredo Campos, vai justamente ilustrar o início de resposta que, dizemos, vamos dar, com os dados que pudemos colher neste fim de tarde, para não deixar desassossegado o espírito daqueles que pensam, como o eminente Líder do PTB, que a resposta, embora sem ser em toda a sua plenitude, deveria ser dada ainda hoje e não segunda-feira.

Explica o Ministério que tem a seu cargo a gestão das finanças do País: o Ministério da Fazenda, já que a SEPLAN não teve coisa alguma com isto, isto é, não foi a SEPLAN quem ordenou este ato praticado pelo Banco do Brasil. O Secretário-Geral do Ministério da Fazenda nos dá a seguinte explicação, que transmitimos em primeira face, repetimos, protestamos trazer maiores esclarecimentos e entrar a fundo na discussão do assunto, quando necessário, a partir da próxima semana: “Foi

um equívoco do BB e da SAREM; classificaram receita de março, que deveria ser transferida para o fundo em abril, e distribuíram, conjuntamente, com a parcela normal de março. O BB estava transferindo, de uma só vez, as cotas de março e de abril. Em números, a dotação normal, a distribuição normal, repito, seria de 158 bilhões de cruzeiros para o FPM e FPE — o Fundo de Participação dos Municípios e o dos Estados. E o BB transferiu, não mais 100% dessa quantia, mas justamente 452 bilhões de cruzeiros, ou seja, Cr\$ 294 bilhões a mais.

Dois problemas apareceriam se não houvesse o Ministério agido da maneira que agiu, assim diz S. Exª o Sr. Secretário-Geral: 1º — Estados e Municípios não teriam, praticamente, nada a receber em abril; 2º — A Caixa do Tesouro estava programada apenas para liberar Cr\$ 158 bilhões. Isso afetaria, irremediavelmente, a programação da mesma e do déficit público.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o fato houve e aqui está explicado o porquê, e a maneira que as autoridades federais o justificam.

A partir da próxima semana, com mais elementos, poderemos dar outras explicações à Casa.

Não houve, ao ver das autoridades, e a nosso ver, tomada de Fundo de Participação de ninguém. Apenas houve a retenção daquilo que não pertencia ao Fundo de Participação daquele mês. Em abril mesmo, só com esses recursos, ao invés de Cr\$ 158 bilhões, eles receberam Cr\$ 294 bilhões e mais aquilo que deve a arrecadação deste fim de mês.

Eram, no momento, as explicações iniciais que tínhamos que dar a esta Casa, conforme prometido. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 23/3/84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tomo conhecimento do que diz hoje o Correio Braziliense sobre uma conversa espontânea e pessoal que teve o nobre Senador Affonso Camargo com um Ministro de Estado.

Diz o jornal, o que é lamentável, que:

A ida do secretário-geral do PMDB, Senador Affonso Camargo, ao Palácio do Planalto, para falar com o General Rubem Ludwig, provocou uma onda de indignação e de revolta em seus companheiros de partido de todas as tendências, que lhe custou o cargo.

E continua:

Desde a sessão matutina do Congresso até a última sessão noturna, os peemedebistas revezaram na tribuna condenando Camargo, não só por ter “subido a rampa”, — uma expressão, Sr. Presidente, que se torna, hoje, cunhada como pejorativa — como também, por dar a entender que a campanha das diretas poderá fracassar com a emenda Dante de Oliveira.

S. Exª ressaltou que sua ida ao Planalto teve por único e exclusivo escopo, conversar sobre eleições nos moldes do sistema parlamentarista. Todos sabemos o quanto S. Exª tem procurado defender essa forma de Governo, modelo no qual S. Exª vê uma das alternativas para a solução da crise atual política do País.

O Senador Affonso Camargo disse mais, que não quer enganar o povo, conduta que, está dentro da linha da dignidade e de absoluta coerência que esse ilustre companheiro tem adotado, sistematicamente, em suas posições pessoais ou políticas. S. Exª lembrou ainda que

existe um vácuo entre a vontade nacional, expressa nas concentrações públicas, e o voto dos 548 parlamentares que somamos hoje na Câmara dos Deputados e no Senado. E está certo. As explicações do Secretário-Geral, segundo diz o jornal, não chegaram a convencer os dirigentes peemedebistas nem seus próprios companheiros de um grupo mais íntimo, que consideraram o contato do Senador com o Ministro como, no mínimo, infeliz.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Com prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, parece-me, é opinião pessoal, que há assuntos publicados no mesmo jornal que mereceriam, nesta oportunidade, a atenção da Liderança do Governo, pelo clima de cizânia que o noticiário faz transparecer como existindo dentro do Palácio do Planalto. Eu leio para V. Exª, e leio apenas para solicitar a V. Exª que traga ao Senado e à Nação estas explicações, porque estas explicações, sim, interessam à Nação e ao Senado, em vez de V. Exª, embora seja seu direito, evidentemente, está se preocupando com assuntos fúteis que são da órbita interna...

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª me permita, contesto a futilidade do assunto.

O Sr. Fábio Lucena — ...da administração do PMDB. Leio para V. Exª

ACKEL ACHA QUE DERRUBA LEITÃO ATÉ FIM DO MÊS.

O Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, está convencido de que até o fim do mês o Ministro Leitão de Abreu será afastado da Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. De acordo com informações divulgadas ontem no Congresso, por parlamentares ligados ao Ministro Ackel, ele já teria colocado uma champanha na geladeira para festejar a queda de Leitão de Abreu.

Isto, Senador José Lins, é que é grave. Quanto à intriga — intriga no sentido literário, quero que V. Exª a compreenda bem — que V. Exª pretende suscitar com a ida do Senador Affonso Camargo ao General Ludwig, essa intriga desaparece diante da gravidade desse fato noticiado por um dos mais importantes jornais brasileiros. Como é que V. Exª explica essa Champanha do Ministro da Justiça? V. Exª foi convidado para a queda do Ministro Leitão de Abreu? A Bancada do Partido de V. Exª foi convidada?

O SR. JOSÉ LINS — Senador Fábio Lucena, parece que V. Exª não percebeu o sentido do que estou dizendo.

Não nego que possa haver divergências de opinião entre pessoas, entre grupos ou até entre classes sociais. Não é esta a minha preocupação no momento. A humanidade é vária, os pontos de vista são diversos, cada um tem o direito de sustentar aquele que bem lhe prouver, ou que lhe seja considerado mais de acordo com a sua tendência humana ou política. Refiro-me, aqui a um problema completamente diferente. Refiro-me, Senador Fábio Lucena, exatamente à desnecessidade de exacerbarem-se tais diferenças. Defendendo, neste instante, o diálogo. Denuncio o radicalismo como prejudicial à política dentro do seu Partido ou do meu.

O Sr. Fábio Lucena — Ora, que preocupação louvável de V. Exª

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª me desculpe, gostaria de continuar o meu discurso.

O Sr. Fábio Lucena — Se V. Exª me permite concluir o aparte...

O SR. JOSÉ LINS — Se não me engano, V. Exª pede-me outro aparte. Concedo-o, com prazer, contanto que V. Exª seja breve.

O Sr. Fábio Lucena — Além da notícia publicada ontem pelo Jornal *O Estado de S. Paulo*, de que o novo Ministro da Agricultura, Sr. Nestor Jost, estava envolvido em escândalos financeiros com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo antes de sua nomeação para aquele cargo, fato que também mereceria a explicação da Liderança do Governo, há outra revelação, do mesmo *Correio Braziliense*, da maior gravidade. Eis o que diz o jornal: "Falta credibilidade ao Governo, admite Camilo Penna". É o próprio Ministro da Indústria e do Comércio quem diz que o Governo não tem crédito. São estes assuntos, nobre Senador, permissa concessa, que deveriam merecer a atenção de V. Exª, para que fossem explicados.

O SR. JOSÉ LINS — Não estou de acordo com V. Exª

O Sr. Fábio Lucena — Deixe as questões do PMDB que nós as resolveremos.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª jamais ajudou a resolver questões do PMDB. Ao contrário. V. Exª pode criar problemas para o seu partido.

O Sr. Itamar Franco — Não apoiado!

O Sr. Fábio Lucena — Quem quiser subir a rampa que suba. Não me responsabilizo por quem escorregar na rampa.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª disse muito bem, quem quiser subir que suba. É por isso que estou comentando exatamente uma atitude contrária a esse ponto de vista. Há aí um verdadeiro complô contra o Senador Affonso Camargo. Apenas procurou entrar no Palácio. S. Exª não foi sequer manter entendimentos.

O Sr. Fábio Lucena — Mas ele não procurou. Ele conversou. Excelência.

O SR. JOSÉ LINS — Isso mesmo. Apenas conversou. Permite-me então continuar.

V. Exª está inteiramente fora do meu caminho. Está longe das idéias que pretendo expor e analisar.

O Sr. Fábio Lucena — Em absoluto. Acredito...

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª não é nenhum democrata modelo. Mas é um liberal que procura esclarecer fatos abertamente e com equilíbrio. Aqui mesmo V. Exª tem acusado acerbamente a muita gente, fugindo exatamente dos caminhos dos confrontos com a verdade.

O Sr. Fábio Lucena — A propósito, ataquei e vou continuar a atacar dentro da lei. Este é o meu direito.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª continua a atacar, mas na hora em que deve chegar às últimas consequências. Ante o julgamento, sei bem qual é a posição de V. Exª.

O Sr. Fábio Lucena — Jamais atacaria V. Exª, por exemplo ou a qualquer Senador do PDS que são inatacáveis.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª não tem o direito de falar assim. Pelo que me parece, V. Exª não é daqueles que primam por buscar provas às acusações que faz. Peço pois a V. Exª que me desculpe. Continuarei o meu discurso.

O Sr. Fábio Lucena — Repito o que disse: desculpas V. Exª deve pedir ao General Newton Cruz, e não a mim.

O SR. JOSÉ LINS — Diz ainda o jornal, Sr. Presidente:

"Articulado por setores que, desde a sua indicação para a Secretaria-Geral" — e note-se bem, que o fato não se origina no memento — "o condenaram por ser biónico, documento pedindo a cabeça do Secretário-Geral não chegou, contudo, a circular entre os deputados que estavam aguardando as explicações do Senador."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, da minha parte, sou favorável a um inteiro, sincero e amplo diálogo entre nós políticos, mesmo quando não nos entendamos, mesmo quando haja dificuldades, porque aqui viemos para analisar problemas, para dialogar e buscar soluções.

O diálogo é a fibra mesma do tecido político, e se esse tecido encontra-se, hoje, esgarçado, uma das razões é exatamente, a falta de diálogo.

O que estou condenando é uma posição radical do PMDB, contra um simples encontro entre dois homens públicos, que, afinal de contas, em nada compromete idéias, quaisquer programas, quaisquer desejos, ou quaisquer aspirações políticas do seu partido. Nós, congressistas de todos os matizes, deveríamos, em benefício da Nação abrir, de uma vez por todas, o coração, permitir a livre troca de idéias, ao sabor da política. Compromissos sim, devem ser assumidos ao longo das linhas partidárias que cada um de nós seguimos. Procuremos ouvir e consultar o mais possível. Assim como procuramos consultar o povo, também devemos consultarmos entre nós, homens públicos, que somos escolhidos exatamente para orientar decisões, em benefício da Nação.

O Sr. Cid Sampaio — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador Cid Sampaio.

O Sr. Cid Sampaio — Nobre Senador José Lins, quero estar de acordo com V. Exª e levar um pouco adiante este acordo. Permite-me V. Exª misturar este assunto com as laranjas do ilustre Senador Passos Pôrto.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª faz uma boa mistura — um pouco de açúcar nos amargores. Meu objetivo não é realmente provocar dissensões, mas é exatamente reduzi-las.

O Sr. Cid Sampaio — Primeiramente, cada pessoa tem os seus caracteres, cada um tem a sua crença, tem os seus mitos. Pessoalmente admito que todo o território nacional, embaixo e em cima da rampa, pertence a todos os brasileiros. Seja qual for o recanto deste País, todos os brasileiros, sejam quais forem as suas cores políticas, devem ter acesso a ela. Evidentemente, esta é uma questão de ponto de vista pessoal, e cada um tem o seu ponto de vista e — como disse — tem os seus mitos, as suas crenças, as suas idiossincrasias. O fato de qualquer um de nós, de acordo com as suas crenças e o seus conceitos, criticar o outro, é um direito que lhe assiste, principalmente dentro de uma frente democrática, como é a frente do PMDB. O ilustre Senador Fábio Lucena salientou os problemas que estão existindo hoje perante o País, que já não se trata mais de questões meramente individuais. Trata-se, sim, de problemas entre posições e cargos de Governo, que, se não trabalham em harmonia, podem levar o País ao caos. São realmente muito mais graves, realmente requerem muito mais atenção do que um simples ponto de vista pessoal de um Senador do PMDB, de alguns Deputados ou Senadores do PMDB, com relação ao processo como trate os assuntos. O Senador Affonso Camargo explicou a sua visita: ia tratar de viabilizar, como declarou, a discussão das eleições diretas através da apresentação de emenda constitucional instituindo o parlamentarismo e opinou, porque é um ponto de vista

seu, segundo ele me informou, que se no momento atual a Emenda Dante de Oliveira fosse votada ela não seria aprovada. Evidentemente, ainda há tempo de mudança, e eu, pessoalmente, acredito na aprovação dessa emenda. Mas, quero aproveitar, desculpe-me a extensão do meu aparte, e agora para referir-me à questão da laranja, a tese defendida por V. Ex^a. Hoje, os industriais de laranja pedem socorro, socorro para poderem desenvolver essa atividade. Uma região faminta, uma região onde há desemprego em massa, uma região onde as condições naturais possibilitam pouca utilização da terra. De onde vem isso? De medidas do Governo que restringem o crédito e que seguem a orientação do FMI, medidas que, segundo estou informado, evidentemente que não quero dar a esta minha informação o caráter de informação oficial, porque ainda não tive acesso a documentos que a comprovassem, mas que o Banco do Brasil tem aplicado no Open, no mercado de capitais, algumas centenas de bilhões de cruzeiros, por imposição do FMI, que é para enxugar os recursos que devem ser emprestados à produção nacional. É possível que exista, é possível que não exista, eu não tenho informação segura, mas é provável que exista. Isso é que está causando essa desordem no problema da laranja, isso é que está causando o fechamento das fábricas. Então, eu aproveito este meu aparte para relembrar o apelo que fiz há poucos dias aqui no Senado, da união em torno de problemas cujas soluções visem salvar este País. Inclusive, falo novamente a V. Ex^a, ora na Liderança do PDS, subscrevamos todos uma emenda constitucional que restabeleça na sua plenitude as prerrogativas de um Congresso democrático, a possibilidade de legislar sobre todos os assuntos. De forma que, na hora em que V. Ex^a chama a atenção, justifica, eu também justificaria, a posição de um nosso companheiro do PMDB que discute um assunto com uma pessoa do Governo, eu voltaria a apelar a V. Ex^a, e pediria a sua concordância, pelo menos um alento, porque a minha emenda está sendo redigida, para que eu continuasse a minha redação com mais entusiasmo, de que é de pensamento dos homens do PDS nesta Casa de, juntos, estabelecermos as condições indispensáveis para que nós possamos interferir nos destinos do Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ LINS — Nobre Senador Cid Sampaio, agradeço honrado o aparte de V. Ex^a confesso, e V. Ex^a sabe disso, que sou um velho admirador do querido amigo pernambucano que comigo conviveu durante os 5 anos em que fui Superintendente da SUDENE. Tenho uma profunda admiração pela sua luta, pelo seu trabalho, pelas suas posições, nada arraigadas a pontos de vista extremados. Conheço os seus sentimentos democráticos e a lisura do seu pensamento.

Pois bem, nobre Senador. Imagine que fosse V. Ex^a ao Banco do Brasil lutar por uma causa tão justa quanto é o apoio à atividade econômica do seu Estado. Regiões sofridas como aquela, pobres, precisam, sem dúvidas e sem delongas, do apoio creditício do Governo para desenvolver a sua produção, tão importante para a economia daquela área. Imagine, repito, que V. Ex^a fosse procurar uma autoridade do Governo para discutir esse problema, como Senador da Oposição, e fosse criticado pelo seu Partido. Não seria isso um verdadeiro absurdo?

Eu não esperava outra atitude de V. Ex^a, outro posicionamento. Quanto a espécie, quero dizer a V. Ex^a que tenho mantido muitos contatos com o Banco do Brasil. Infelizmente, o Banco não tem atendido, de modo satisfatório, a muitas das reivindicações de crédito para custeio e comercialização, para o desenvolvimento, em geral, das atividades privadas, hoje tão carentes. Isso, porém, está no contexto dessa política do Governo, de enxugamento do mercado a que V. Ex^a se referiu. Mas uma justiça eu quero fazer ao Banco do Brasil. Posso garantir a V. Ex^a que ele tem lutado. Ele que é o maior instrumento de crédito em todo este País, e que penetra mesmo os recantos mais afastados da Pátria para levar a sua ajuda.

Pois bem, posso garantir a V. Ex^a que o Banco do Brasil tem ultrapassado, mais de uma vez, os limites de aplicação que lhe têm sido impostos, para atender a problemas como esse. Tenho esperanças de que o apelo feito pelo nobre Senador Passos Pôrto será ouvido pelo Presidente Osvaldo Colin, pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro Delfim Netto, e que o problema será solucionado.

V. Ex^a disse ainda, muito bem, que é preciso que nos unamos em torno dos problemas suprapartidários. Pois eu acho que hoje um dos problemas, o maior problema suprapartidário é exatamente a falta de diálogo entre nós. Parece que nos acostumamos a viver estanques e no momento mesmo em que um Senador tem a "ousadia" de conversar, de trocar idéias com outra área é mal interpretado.

O Sr. Cid Sampaio — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Com prazer.

O Sr. Cid Sampaio — Senador, isso tem uma razão de ser. Este País hoje só tem uma cabeça, um ouvido e uma boca. Quem ouve o que não interessa ao ouvido maior, age em desacordo com a cabeça maior, ou fala alguma coisa que a cabeça maior não quer falar, ele é escanteado. Haja vista o Ministro da Marinha. Então, o que se observa é que não adianta o Presidente Colin pretender conceder crédito à laranja ou a quem quer que seja, porque as decisões são decisões maiores. Portanto, esse entendimento nas questões suprapartidárias aqui dentro do Congresso perderia um pouco o sentido se nós não dispuséssemos a realizar aquilo que a cabeça maior não quer. Porque, se for para fazer tudo que a cabeça maior quer, não muda nada nisso, continua tudo da mesma maneira. De forma que se eu defendo realmente o entendimento geral, é necessário que todos nós nos dispamos desse atendimento a forças estranhas, a preconceitos estabelecidos e impostos por que se julga dono do Brasil. De outra maneira nós nada conseguiremos. Daí porque, como medida número um eu sugiro, e pedi o sinal verde de V. Ex^a, a reforma da Constituição naquilo em que ela nos tolhe de legislar sobre diferentes assuntos. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a tem alguma razão. Mais uma vez estamos de acordo. Há realmente uma única orientação que V. Ex^a configura como sendo uma única cabeça. Mas nada impede, nobre Senador Cid Sampaio, como bem V. Ex^a diz, que nós, que sentimos os problemas na carne e que representamos o povo; nós que buscamos soluções para as suas questões, nos unamos para ajudá-lo. V. Ex^a fez, aliás, uma comparação muito interessante: no caso, de que trato, nobre Senador Cid Sampaio, a cabeça única do Deputado Ulysses Guimarães funcionou como um guilhotina, cortando, violentamente, a boa vontade do Senador Affonso Camargo justo quando ela buscava diálogo. Não sei se foi somente a orientação do presidente do seu Partido, mas firmo-me, na palavra de V. Ex^a para reforçar essa tese geral: a de que é preciso que haja mais receptividade à expressão do pensamento de cada um sobretudo quando esse pensamento não compromete a doutrina ou orientação dos partidos.

Eu agradeço mais uma vez o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador José Lins, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Com o maior prazer, nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Gostaria de participar do seu discurso para externar a minha solidariedade ao eminente Senador Affonso Camargo. S. Ex^a, além de ter sido

meu correligionário algum tempo, é meu amigo, com S. Ex^a convivo ao longos dias aqui da nossa vida no Senado Federal e pude observar em S. Ex^a um grande homem público, homem de uma lealdade extrema, decente, honrado. Tenho certeza que o seu objetivo, ao ter contado com o chefe da Casa Militar da Presidência da República, foi no sentido de ampliar o elenco de alternativas para a saída do impasse institucional em que vive o País. O que nos surpreendeu a todos, inclusive a velhos parlamentares desta e da outra Casa do Congresso Nacional, foi a gravidade das acusações feitas por deputados que usaram ontem da tribuna achincalhando, inclusive, a vida pública desse ilustre paranaense. Aproveito, então, a oportunidade para dizer a V. Ex^a que estou solidário com as suas palavras, acho, devemos tecer, através do tear do entendimento, uma nova forma de vida política do País e isto só poderá ser feita quando os homens que lideram os partidos políticos se encontrem e dialoguem. Segundo declarações dele próprio, S. Ex^a teria ido ao gabinete do Ministro Rubem Ludiwig, que é conhecido como defensor do sistema parlamentar de Governo, discutir essa hipótese...

O SR. JOSÉ LINS — É verdade. Segundo as declarações do próprio Senador, esse foi o objetivo de sua visita.

O Sr. Passos Pôrto — Então, acho que o Senador Affonso Camargo deve ser sustentado por todos nós porque, naquele instante, S. Ex^a representava, inclusive, o Congresso Nacional, visto que é um representante do povo, além de ser o Secretário-Geral de um partido político, o maior Partido de oposição do País. De modo que S. Ex^a ia carregado de autoridade para discutir com um elemento da política do Governo. Receba, portanto, S. Ex^a, através do seu discurso, a minha solidariedade.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço, nobre Senador, o honroso aparte de V. Ex^a e ouço o nobre Senador Itamar Franco, já ali a postos.

O Sr. Itamar Franco — É impressionante essa solidariedade que os parlamentares do Governo prestam ao Secretário-Geral do PMDB. Eu acho que chega a ser até...

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a me desculpe, não é ao Secretário-Geral do PMDB.

O Sr. Itamar Franco — Eu mal comecei...

O SR. JOSÉ LINS — Trata-se da defesa de uma tese que, pela sua generalidade se aplica a um caso exemplar...

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a permita-me, pelo menos...

O SR. JOSÉ LINS — ...ligado a um colega de V. Ex^a. V. Ex^a não confunda...

O Sr. Itamar Franco — Agora vou dizer, face à intervenção de V. Ex^a no meu aparte, que se tornou até comovente ver o Senador Passos Pôrto dizer que o Senador Affonso Camargo foi lá falar já em nome do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ LINS — Todos podemos falar como Congressistas...

O Sr. Itamar Franco — ...É um direito que lhe assiste. É um direito que nós, por exemplo, fundadores do PMDB, que sofremos em nosso Estados, que lutamos para implantar esse Partido, nas horas mais difíceis — pouca gente, por exemplo, no meu Estado acreditava no PMDB — nós temos o direito, nós, Senadores José Lins,

de discordar da ida do Senador Affonso Camargo, como Secretário-Geral para ter um encontro com o Chefe do Gabinete Militar.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª garante que ele dialogou como Secretário-Geral?

O Sr. Itamar Franco — Ele não se despiu. E acabou o Senador Passos Pôrto dizendo que ele foi na qualidade de Secretário-Geral e representando o Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ LINS — O Senador Passos Pôrto certa vez a sua interpretação...

O Sr. Itamar Franco — Ele não se despiu...

O SR. JOSÉ LINS — Todavia V. Exª faz, agora, uma revelação. Pessoalmente, não estava a par desse assunto. Pelo que o próprio Senador disse, ele ali esteve em caráter pessoal...

O Sr. Itamar Franco — Admiro sua candura, até estou gostando dela...

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª não admite desvincular a responsabilidade do Secretário-Geral, da liberdade pessoal que tem o homem público de assegurar o direito à privacidade...

O Sr. Itamar Franco — Não há separação, Excelência! Ele pode falar com quem ele quiser, mas, no momento, S. Exª é o Secretário-Geral do PMDB. Quer ele goste ou não, quer V. Exª goste ou não, ele é o Secretário-Geral. É isso que eu quero dizer, ele pode subir quantas vezes quiser a rampa do Palácio do Planalto, mas nós também temos o direito de gostarmos disso ou não. É um direito que nos assiste, como homens do partido.

O SR. JOSÉ LINS — Pois bem, V. Exª tem o direito de dar a sua opinião, como eu de dar a minha.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª hoje começou dizendo que queria dialogar, dialogar e, de repente, foi intempestivo com o nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. JOSÉ LINS — Gosto do diálogo e até agradeço a intervenção de V. Exª

O Sr. Itamar Franco — V. Exª disse que queria dialogar e, de repente, cortou, abruptamente, de uma maneira até estranhável, o aparte do Senador Fábio Lucena.

O SR. JOSÉ LINS — S. Exª não estava sintonizado com assunto da minha tese.

O Sr. Itamar Franco — Estava. V. Exª pegou o Correio Braziliense...

O SR. JOSÉ LINS — Eu não faria tal coisa...

O Sr. Itamar Franco — Não, veja só, Excelência, vamos dialogar. V. Exª diz que quer dialogar hoje. Isto não é muito usual em V. Exª, mas vamos aproveitar essa sexta-feira, que não é santa, para dialogar com V. Exª

O SR. JOSÉ LINS — Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Senador José Lins, V. Exª dispõe de um minuto para concluir seu discurso.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª Senador Itamar Franco, pode prosseguir com o aparte. O Presidente do Senado é compreensivo, e nós o respeitaremos.

O Sr. Itamar Franco — Os minutos de S. Exª nós vamos transformar, pelo menos, em 120 segundos. Mas,

Senador José Lins, a verdade deve ficar bem clara. V. Exª pode fazer os comentários que quiser, é um direito que lhe assiste, sobre o ponto de vista defendido pelo Senador Affonso Camargo. Mas nós do PMDB temos o direito, e até o dever, de discordar ou não de S. Exª. É isso que precisa ficar bem claro. S. Exª, como Secretário-Geral do Partido, precisa ter cuidado nas suas ações, porque nelas não se distinguem, no momento, se é um Senador da República, se é um simples cidadão ou se é em nome do Partido. E, particularmente, nesta hora difícil, quando se quer dialogar, vamos dialogar dentro do Congresso Nacional, como diz V. Exª, que é a nossa Casa. Não vamos procurar formas parlamentaristas lá, quando temos o autor do projeto parlamentarista aqui dentro do Senado da República. Isso é que precisa ser visto. Então, o diálogo de V. Exª é um diálogo estéril porque V. Exª é um homem que não aceita dialogar. Há poucos dias, numa intervenção, num debate com V. Exª, eu perguntei: Senador José Lins, V. Exª, por exemplo, vai defender, vai votar as eleições diretas? V. Exª não quis dialogar nesse campo.

O SR. JOSÉ LINS — Sempre dialoguei. Confirmando a V. Exª que aceito as diretas, mas não aceito que o PMDB lhes marque a data. Só isso.

O Sr. Itamar Franco — Veja como V. Exª é contraditório.

O SR. JOSÉ LINS — Se não entendeu naquela hora, entenda V. Exª agora a minha posição.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª é contraditório.

O SR. JOSÉ LINS — Não tenho nada de contraditório.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª é contraditório, não é o PMDB que está marcando a data...

O SR. JOSÉ LINS — O PMDB procura impor a época e a data.

O Sr. Itamar Franco — Essa data, Senador José Lins, já está atrasada muitos anos, neste País.

O SR. JOSÉ LINS — Aceitamos o diálogo; o assunto deve ser submetido ao Congresso, e que o Congresso decida.

O Sr. Itamar Franco — O que se fez? O que fez o Deputado do PMDB e os outros Deputados? Apresentaram uma emenda à Constituição, e vamos examiná-la, vamos debatê-la.

O SR. JOSÉ LINS — Pois vamos debatê-la.

O Sr. Itamar Franco — Foi justamente o que perguntei a V. Exª. O que não podemos, Senador José Lins, é concordar, por exemplo, que o Chefe do Executivo, neste momento em que o Congresso Nacional tem que ter liberdade, independência, e há de ter, para deliberar sobre essa matéria, o Chefe do Executivo, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República venha dizer que não aceita a aprovação dessa emenda porque não se pode cassar o Colégio Eleitoral. Isto sim é que é uma interferência indevida aqui no Congresso Nacional e, quanto a isso, não ouvi a voz de V. Exª

O SR. JOSÉ LINS — Pois vai ouvir. V. Exª ouvirá...

O Sr. Itamar Franco — V. Exª nos permita dizer, aqui — e digo com a minha responsabilidade de fundador do PMDB, de Senador — O Senador Affonso Camargo errou, porque no momento S. Exª é o Secretário-Geral do Partido.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª, nobre Senador Itamar Franco, que é um dos mais brilhantes parlamentares desse Senado...

O Sr. Itamar Franco — Obrigado.

O SR. JOSÉ LINS —... é, também, um homem de diálogo e tanto é que, muitas vezes, tenho recebido até provocação no bom sentido, para debater, com V. Exª. Isso muito me agrada, por várias razões. Primeiro, porque considero o diálogo como o único instrumento capaz de nos levar, como nossos Partidos, a um caminho de entendimento em torno dos problemas nacionais. Segundo porque dialogar com um homem inteligente como V. Exª torna-se, além de tudo, um prazer intelectual. No momento, porém, V. Exª não é senão mais um dos que condenam a atitude do Sr. Senador Affonso Camargo. Infelizmente este "um a mais" que V. Exª é, para mim representa muito, pelo seu valor, pelo seu poder de convencimento, pela sua expressão política, pelo seu prestígio e pelo seu brilho. Por isso, a opinião de V. Exª preocupa-me profundamente. Não vim aqui, nobre Senador Itamar Franco, absolutamente, meimiscuir nos problemas do PMDB. Ao contrário. Como disse ao nobre Senador Fábio Lucena, levanto sobretudo uma tese completamente diferente — a tese da necessidade de um pouco mais de compreensão para os que buscam o diálogo. Essa necessidade foi entendida, também, pela nossa Liderança na Câmara. O nobre Deputado Nelson Marchezan considerou as críticas do PMDB ao Senador Camargo como uma atitude "antidiálogo". A Nação não aprovaria esse radicalismo. Todos esperam, em vez disso, que o Congresso encontre os verdadeiros caminhos da paz social, da tranquilidade e do trabalho. Esperam que o nível de emprego volte a ajudar os mais pobres. Não! De modo nenhum estou a criticar o Partido de V. Exª senão para defender a atitude de um homem que, espontaneamente e em caráter pessoal, segundo as suas próprias palavras, buscou discutir idéias com um outro homem que, todos sabem, merece o nosso respeito.

O Sr. Cid Sampaio — Contando com a benevolência do Sr. Presidente, eu pedia ainda, a V. Exª, um pequeno aparte.

O SR. JOSÉ LINS — Concedo-o com muito prazer.

O Sr. Cid Sampaio — Senador José Lins, a sua exposição, o carinho com que V. Exª vem tratando a atitude do Senador Affonso Camargo, realmente, a nós do PMDB comove, mas, dentro dessa tese do entendimento, eu pediria a V. Exª que nos desse um sinal verde para a questão do entendimento global, aqui dentro, porque nós todos estamos vendo, lá fora, que as coisas não mudam por elas mesmas; o FMI continua a impor, nós assistimos a inflação passar de 212 para 230 e tantos por cento e as medidas ficam cada vez mais apertadas; nós assistimos o Governo insistir, mesmo vendo a depressão crescer e a inflação crescer. Então, nós precisamos nos determinar a fazer alguma coisa, não podemos continuar a nos submeter a tudo isso, passivamente, sem sequer reformar a Constituição. Como tão bem disse V. Exª o povo quer que nós nos entendamos, para chegar a uma solução, mas é preciso que nós ouçamos a voz do povo. Qual de nós duvida, hoje, que o povo brasileiro quer eleições diretas para já? Nenhum de nós. Então, vamos nos entender em torno disso, vamos trazer aqui essas medidas, vamos debatê-las com o compromisso de que prevalecerá o espírito democrático, a vontade da maioria. E, se nós fizermos isso, aqui dentro do Congresso, nós estaremos cumprindo a nossa obrigação perante o povo que nos outorgou procuração para defendê-lo. Muito obrigado a V. Exª

O SR. JOSÉ LINS — Aceito, nobre Senador Cid Sampaio, integralmente, a sugestão de V. Exª. Não diria,

talvez, integralmente, porque não me agrada a idéia de abrir as portas do diálogo, deixando-lhes atravessadas algumas traves impeditivas.

Estes "se", esses condicionais e eu os tenho ouvido de muitos líderes do PMDB, que dizem aceitar o diálogo mas somente "se as eleições forem já". Ora, esta é uma atitude inteiramente errada. O "se" deve vir depois. Postas as idéias na mesa, devemos estudá-las, entendermos sobre elas, ceder de parte a parte, mas sem as traves iniciais. Este é o meu pensamento que, acredito, coincide com o de V. Ex^a

Digo mais: alardeiam, aqui e lá fora, quanto a obrigação de aceitarmos o clamor do povo. Mas, antes dessa obrigação, está o respeito a esse clamor. Esse respeito nos impõe, porém, uma análise responsável dos seus porquês, das suas causas, e das condições muitas vezes momentâneas falaces e fugaces que lhe dão origem. Ninguém ignora que São Paulo elegeu um "Cacareco", nin-

guém ignora que o povo argentino apoiou vigorosamente o governo na Guerra das Malvinas. Mas foi o povo a maior vítima daquele desvario.

Aos líderes, nobre Senador Cid Sampaio, cabe uma responsabilidade muito grande. Daí por que o clamor do povo deve ser entendido e aceito, mas exatamente com motivação para o diálogo. Ele tem que ser levado à análise das lideranças, porque as lideranças não são somente porta-vozes desses anseios, mas são, ou devem ser, sobretudo, guias do seu povo. Ignora V. Ex^a o poder das lideranças sobre os povos? Pois este é um fato incontestável. Os líderes conduzem os povos, e é por isso e só por isso que devem ouvir e orientar para o bem os seus desejos maiores. O destino das nações, aquilo que elas aspiram de mais puro e permanente, depende inexoravelmente, dessa coisa essencial que é responsabilidade das suas lideranças.

Termino, Sr. Presidente. O objetivo deste meu comentário foi trazer a minha solidariedade pessoal a um colega que merece, de nós todos, o maior respeito, mas sem qualquer intenção de imiscuir-me nos problemas internos do PMDB. Isso não tenho o direito de fazê-lo. O Senador Affonso Camargo, por todos os modos, merece o nosso respeito. Merece a nossa confiança e, eu tenho a certeza, Sr. Presidente, que esta confiança, ele a merece também, do PMDB. É por isto que lamento a severa reação de seu Partido — um retrocesso no caminho do entendimento. O Senador Affonso Camargo, tem a minha solidariedade. Ao PMDB desejo que seja mais aberto, que aceite e permita o diálogo entre pessoas, porque, sem este, nunca chegaremos ao diálogo entre os nossos partidos. O diálogo é, para mim, a fibra mesma do tecido político que deve proteger a alma da Nação. E a Nação é tudo para nós. (Muito bem!) Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.